

# Análise orçamental previsional

## Municípios e Serviços Municipalizados

### Região de Lisboa e Vale do Tejo

2017 a 2021

# FICHA TÉCNICA

<b>Propriedade</b>	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo Rua Alexandre Herculano, 37, 1250-009 Lisboa T: +351 213 837 100 F: +351 213 837 192 Website: <a href="http://www.ccdr-lvt.pt">http://www.ccdr-lvt.pt</a>
<b>Título</b>	Análise orçamental previsional – Municípios e Serviços Municipalizados RLVT   2017 a 2021
<b>Coordenação</b>	Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo) Margarida Cucharra (Diretora de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, DSAJAL)
<b>Revisão</b>	Alexandra Carapeto (Chefe de Divisão para a Administração Local, DAL/DSAJAL)
<b>Elaboração técnica</b>	Alexandra Carapeto (DAL) Teresa Rosa (DSRVT)
<b>Tratamento de dados Orçamentos iniciais - Documentos Previsionais</b>	Alexandra Carapeto (DAL) Teresa Rosa (DSRVT)
<b>Data</b>	Junho 2021
<b>ISBN</b>	978-972-8872-80-9

# ÍNDICE GERAL

Sumário Executivo.....	3
Enquadramento normativo.....	4
Apresentação.....	6
CAPÍTULO I. FINANÇAS - MUNICÍPIOS RLVT.....	8
1.1 RECEITA PREVISIONAL MUNICIPAL.....	8
1.1.1 Evolução da receita previsional – 2017 a 2021.....	8
1.1.2 Evolução da estrutura da receita previsional – 2017 a 2021.....	11
1.1.3 Receita previsional municipal – 2021.....	13
1.2 DESPESA PREVISIONAL MUNICIPAL.....	17
1.2.1 Evolução da despesa previsional – 2017 a 2021.....	17
1.2.2 Evolução da estrutura da despesa previsional – 2017 a 2021.....	20
1.2.3 Despesa previsional municipal – 2021.....	22
CAPÍTULO II. FINANÇAS - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS RLVT.....	26
2.1 RECEITA PREVISIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS.....	26
2.1.1 Evolução da receita previsional – 2017 a 2021.....	26
2.1.2 Evolução da estrutura da receita previsional – 2017 a 2021.....	29
2.1.3 Receita previsional dos serviços municipalizados – 2021.....	31
2.2 DESPESA PREVISIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS.....	34
2.2.1 Evolução da despesa previsional – 2017 a 2021.....	34
2.2.2 Evolução da estrutura da despesa previsional – 2017 a 2021.....	37
2.2.3 Despesa previsional serviços municipalizados – 2021.....	39
CAPÍTULO III. FINANÇAS - MUNICÍPIOS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS RLVT.....	42
3.1 RECEITA PREVISIONAL TOTAL (municípios e serviços municipalizados).....	42
3.1.1 Evolução da receita previsional total – 2017 a 2021.....	42
3.1.2 Evolução da estrutura da receita previsional total – 2017 a 2021.....	45
3.1.3 Receita previsional total – 2021.....	47
3.2 DESPESA PREVISIONAL TOTAL (municípios e serviços municipalizados).....	49
3.2.1 Evolução da despesa previsional total – 2017 a 2021.....	49
3.2.2 Evolução da estrutura da despesa previsional total – 2017 a 2021.....	52
3.2.3 Despesa previsional total – 2021.....	54
CAPÍTULO IV. NOTAS FINAIS.....	56

## ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Evolução da receita municipal previsional, por NUTS III – 2017 a 2021 .....	8
Tabela 2 – Evolução das receitas municipais previstas – 2017 a 2021 .....	9
Tabela 3 – Evolução do peso das receitas municipais previstas, por natureza económica – 2017 a 2021 .....	11
Tabela 4 – Composição das receitas municipais previsionais, por NUTS III, 2021 .....	13
Tabela 5 – Receita municipal previsional por município – 2021 .....	16
Tabela 6 – Evolução da despesa municipal previsional, por NUTS III – 2017 a 2021 .....	17
Tabela 7 – Evolução das despesas municipais previstas – 2017 a 2021.....	18
Tabela 8 – Evolução do peso das despesas municipais previstas, por natureza económica – 2017 a 2021 .....	20
Tabela 9 – Composição das despesas municipais previsionais, por NUTS III, 2021 .....	22
Tabela 10 – Despesa municipal previsional por município – 2021 .....	25
Tabela 11 – Evolução da receita previsional dos serviços municipalizados, por NUTS III – 2017 a 2021 .....	26
Tabela 12 – Evolução das receitas previstas pelos serviços municipalizados – 2017 a 2021 .....	27
Tabela 13 – Evolução do peso das receitas previstas pelos serviços municipalizados, por natureza económica – 2017 a 2021.....	29
Tabela 14 – Composição das receitas previsionais dos serviços municipalizados, por NUTS III, 2021.....	31
Tabela 15 – Receita previsional por serviços municipalizados – 2021 .....	33
Tabela 16 – Evolução da despesa previsional dos serviços municipalizados, por NUTS III – 2017 a 2021 .....	34
Tabela 17 – Evolução das despesas previstas pelos serviços municipalizados – 2017 a 2021 .....	35
Tabela 18 – Evolução do peso das despesas previstas pelos serviços municipalizados, por natureza económica – 2017 a 2021.....	37
Tabela 19 – Composição das despesas previsionais dos serviços municipalizados, por NUTS III, 2021.....	39
Tabela 20 – Despesa previsional, por serviços municipalizados – 2021 .....	41
Tabela 21 – Evolução da receita previsional total (municípios e serviços municipalizados), por NUTS III – 2017 a 2021.....	42
Tabela 22 – Evolução das receitas previsionais, RLVT – 2017 a 2021 .....	43
Tabela 23 – Evolução do peso da receita previsional total, por natureza económica, RLVT – 2017 a 2021 .....	45
Tabela 24 – Composição das receitas previsionais, por NUTS III, 2021 .....	47
Tabela 25 – Evolução da despesa previsional total (municípios e serviços municipalizados), por NUTS III – 2017 a 2021.....	49
Tabela 26 – Evolução das despesas previsionais, RLVT – 2017 a 2021 .....	50
Tabela 27 – Evolução do peso das despesas previsionais, por natureza económica, RLVT – 2017 a 2021 .....	52
Tabela 28 – Composição das despesas previsionais totais, por NUTS III, 2021 .....	54
Tabela 29 – Previsão das receitas totais na RLVT, municípios e serviços municipalizados, 2021 .....	56
Tabela 30 - Previsão das despesas totais, municípios e serviços municipalizados RLVT, 2021 .....	57

Gráfico 1 – Evolução do total de receita prevista pelos municípios – 2017 a 2021.....	8
Gráfico 2 – Evolução da receita efetiva e não efetiva prevista pelos municípios – 2017 a 2021.....	8
Gráfico 3 – Evolução das receitas municipais previstas, por rubrica – 2017 a 2021.....	10
Gráfico 4 – Variação da receita municipal prevista, por natureza económica – 2020 a 2021 .....	10
Gráfico 5 – Evolução do peso da receita efetiva e receita não efetiva prevista – 2017 a 2021.....	11
Gráfico 6 – Evolução da estrutura da receita previsional municipal – 2017 e 2021 .....	12
Gráfico 7 – Previsão inicial da receita nos municípios da RLVT em 2021, por NUTS III .....	13
Gráfico 8 – Estrutura da receita previsional municipal, RLVT – 2021 .....	14
Gráfico 9 – Estrutura da receita previsional municipal, por NUTS III – 2021.....	14
Gráfico 10 – Composição da receita municipal previsional por município – 2021 .....	15
Gráfico 11 – Evolução do total de despesa prevista pelos municípios – 2017 a 2021.....	17
Gráfico 12 – Evolução da despesa efetiva e não efetiva prevista pelos municípios – 2017 a 2021.....	17
Gráfico 13 – Evolução das despesas municipais previstas, por rubrica – 2017 a 2021.....	19
Gráfico 14 – Variação da despesa municipal prevista, por natureza económica – 2020 a 2021 .....	19
Gráfico 15 – Evolução do peso da despesa efetiva e despesa não efetiva prevista – 2017 a 2021 .....	20
Gráfico 16 – Evolução da estrutura da despesa previsional municipal – 2017 e 2021 .....	21
Gráfico 17 – Previsão inicial da despesa nos municípios da RLVT em 2021, por NUTS III .....	22
Gráfico 18 – Estrutura da despesa previsional municipal, RLVT – 2021 .....	23
Gráfico 19 – Estrutura da despesa previsional municipal, por NUTS III – 2021 .....	23
Gráfico 20 – Composição da despesa municipal previsional, por município – 2021 .....	24
Gráfico 21 – Evolução do total de receita prevista pelos serviços municipalizados – 2017 a 2021.....	26
Gráfico 22 – Evolução da receita efetiva e não efetiva prevista pelos serviços municipalizados – 2017 a 2021 .....	26
Gráfico 23 – Evolução das receitas previstas pelos serviços municipalizados, por rubrica – 2017 a 2021 .....	28
Gráfico 24 – Evolução do peso da receita efetiva e receita não efetiva prevista – 2017 a 2021.....	29
Gráfico 25 – Evolução da estrutura da receita previsional dos serviços municipalizados – 2017 e 2021.....	30
Gráfico 26 – Previsão inicial da receita nos serviços municipalizados da RLVT em 2021, por NUTS III .....	31
Gráfico 27 – Estrutura da receita previsional dos serviços municipalizados, por NUTS III – 2021.....	32
Gráfico 28 – Composição da receita previsional, por serviços municipalizados – 2021 .....	32
Gráfico 29 – Evolução do total de despesa prevista pelos serviços municipalizados – 2017 a 2021.....	34
Gráfico 30 – Evolução da despesa efetiva e não efetiva prevista pelos serviços municipalizados – 2017 a 2021 .....	34
Gráfico 31 – Evolução das despesas previstas pelos serviços municipalizados, por rubrica – 2017 a 2021 .....	36
Gráfico 32 – Variação da despesa prevista pelos serviços municipalizados, por natureza económica – 2020 a 2021 .....	36
Gráfico 33 – Evolução do peso da despesa efetiva e despesa não efetiva prevista – 2017 a 2021 .....	37
Gráfico 34 – Evolução da estrutura da despesa previsional dos serviços municipalizados – 2017 e 2021 .....	38
Gráfico 35 – Previsão inicial da despesa nos serviços municipalizados da RLVT em 2021, por NUTS III.....	39
Gráfico 36 – Estrutura da despesa previsional dos serviços municipalizados, por NUTS III – 2021.....	40
Gráfico 37 – Composição da despesa previsional, por serviços municipalizados – 2021 .....	40
Gráfico 38 – Evolução da receita previsional total (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2017 a 2021 .....	42
Gráfico 39 – Evolução da receita efetiva e não efetiva previsional total, RLVT – 2017 a 2021.....	42
Gráfico 40 – Evolução das receitas previsionais totais (municípios e serviços municipalizados), por rubrica, RLVT – 2017 a 2021.....	44
Gráfico 41 – Variação da receita previsional total, por natureza económica, RLVT – 2020 a 2021 .....	44
Gráfico 42 – Evolução do peso da receita efetiva e receita não efetiva prevista, RLVT – 2017 a 2021 .....	45

Gráfico 43 – Evolução da estrutura da receita previsional total (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2017 e 2021.....	46
Gráfico 44 – Previsão inicial da receita total (municípios e serviços municipalizados) da RLVT em 2021, por NUTS III.....	47
Gráfico 45 – Estrutura da receita previsional total (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2021.....	48
Gráfico 46 – Estrutura da receita previsional total, por NUTS III – 2021 .....	48
Gráfico 47 – Evolução da despesa previsional total (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2017 a 2021 .....	49
Gráfico 48 – Evolução da despesa efetiva e não efetiva previsional total, RLVT – 2017 a 2021 .....	49
Gráfico 49 – Evolução das despesas previsionais (municípios e serviços municipalizados), por rubrica, RLVT – 2017 a 2021.....	51
Gráfico 50 – Variação da despesa previsional, por natureza económica, RLVT – 2020 a 2021.....	51
Gráfico 51 – Evolução do peso da despesa efetiva e despesa não efetiva prevista, RLVT – 2017 a 2021.....	52

Gráfico 52 – Evolução da estrutura da despesa previsional (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2017 e 2021 .....	53
Gráfico 53 – Previsão inicial da despesa total (municípios e serviços municipalizados) em 2021, por NUTS III .....	54
Gráfico 54 – Estrutura da despesa previsional total (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2021..	55
Gráfico 55 – Estrutura da despesa previsional total, por NUTS III – 2021 .....	55
Gráfico 56 – Previsão inicial das receitas totais na RLVT, 2021 .....	56
Gráfico 57 – Receitas previstas pelos municípios e pelos serviços municipalizados, por rubrica, 2021 .....	56
Gráfico 58 - Previsão inicial das despesas totais na RLVT, 2021.....	57
Gráfico 59 - Despesas previstas pelos municípios e pelos serviços municipalizados, por rubrica, 2021 .....	57

## SUMÁRIO EXECUTIVO

### RECEITAS E DESPESAS PREVISIONAIS

Os orçamentos iniciais dos municípios na RLVT aumentaram em +25,6%, entre 2017 e 2021, passando de 2.935,25 M€ para 3.685,62 M€, evidenciando-se um crescimento contínuo das estimativas orçamentadas, em particular um aumento em +5,3%, entre 2020 e 2021.

Se incluirmos os exercícios financeiros dos serviços municipalizados (SM) na RLVT, as receitas e despesas previstas para 2017 ascenderam aos 3.268,74 M€ projetando-se um crescimento em +24,2% até 2021, ano em que aqueles agregados atingem previsivelmente um valor superior aos 4 mil milhões de euros (4.060,54 M€).

Resulta assim, numa perspetiva de integração de serviços, incluindo os SM, que as receitas e despesas municipais, previstas para 2021 na RLVT decorrem em 90,8% da gestão financeira dos municípios e em 9,2% dos SM.

### RECEITAS CORRENTES

Nos municípios a previsão das receitas correntes para 2021 refletiu aumento, +21,9% face a 2017, acréscimo reforçado pela atuação dos serviços municipalizados (+11,8%).

O peso das receitas correntes previsionais embora continue predominante ao longo dos exercícios financeiros, indo ao encontro do que se verifica em sede de execução orçamental, tem vindo a cair ligeiramente – de um peso de 81,2% em 2017 desce para 78,9% em 2021, considerando apenas a atividade dos municípios, ou descida de um peso de 82,7% para 80,4%, se forem incluídos os SM.

Nos municípios a maior fonte previsível de receitas assenta na recolha de impostos diretos (peso médio anual de 38,9%), seguindo-se as transferências e subsídios correntes (peso médio anual de 19,7%) e a venda de bens e serviços (peso médio anual de 10,9%), prevendo-se em todos uma tendência genérica de subida, comparando o exercício de 2017 com o de 2021. A maior fonte de receitas previstas dos SM decorre da venda de bens e serviços (peso médio anual

89,5%), e se considerarmos o universo global municipal, o peso médio anual deste agregado, face às receitas totais previstas, ascende aos 18,6%, quase o dobro.

### RECEITAS DE CAPITAL

Também a previsão para as receitas de capital dos municípios reflete um crescimento (+22,9%), entre 2017 e 2021, não se estimando a mesma tendência para os SM (-44,5%), mas resultando num aumento global em +20,7%.

O peso médio anual das receitas de capital, face à receita global prevista, é de 13,1%, suportado essencialmente pelas transferências e subsídios de capital previstos receber (peso médio anual de 7,9%, revelando projeções de subida) e pela venda de bens de investimento (peso médio anual de 3,3%).

### RECEITA NÃO EFETIVA

A receita não efetiva, decorrente da receita prevista obter com ativos e passivos financeiros e ainda com o saldo de gerência anterior – operações orçamentais (SGA), tem vindo a projetar aumentos significativos, essencialmente por conta da gestão a empreender pelos municípios (+99,4%), quase duplicando os valores previstos receber.

Assim, a receita não efetiva global passou de projeções que rondavam os 132,44 M€ em 2017, toda ela pertencente aos municípios, para os 274,00 M€ em 2021, sendo que, para este ano, os SM preveem receitas não efetivas na ordem dos 9,86 M€, por conta das previsões com o SGA.

Revelando uma tendência de crescimento, constata-se um reforço do peso da receita não efetiva nas receitas totais previstas, peso médio anual de 5,6% para os municípios (3,7% e 1,5% inerentes aos passivos financeiros e ao SGA, respetivamente) e peso médio anual de 1,8% para os SM.

### DESPESAS CORRENTES

Nos municípios a previsão das despesas correntes, em valores absolutos, entre 2017 e 2021, refletiu um acréscimo em +19,1%, também reforçado pela atuação prevista para os SM (+12,0%).

No entanto, em termos relativos, constata-se uma tendência decrescente, uma vez que o peso das despesas correntes nas despesas totais desce, muito devido ao decréscimo do peso da aquisição de bens e serviços, de 29,7% em 2017 evolui para um peso previsto de 26,6% em 2021, no universo municipal, incluindo os SM. O peso médio anual das despesas previsionais correntes no total das despesas ronda os 66,0% nos municípios e os 80,3% nos SM.

### DESPESAS DE CAPITAL

Pelo contrário, a previsão das despesas de capital revelou acréscimos significativos nos municípios, tanto em volume (+54,3%) quanto no seu peso relativamente às despesas totais (+22,9%), tendo também crescido nos SM em valor (+11,1%).

Este aumento teve por suporte principal o crescimento do investimento direto através da aquisição de bens de capital (+61,1% nos municípios e +11,1% nos SM) entre 2017 e 2021. Também as transferências e subsídios de capital dos municípios para outras entidades cresceram em +6,4% (despesa residual para SM), promovendo-se o investimento indireto através da delegação de competências para freguesias e respetivas obrigações financeiras.

O peso médio anual do investimento direto e indireto global foi, respetivamente, de 25,9% e de 2,7% do total de despesas previsionais, para o período em análise.

### DESPESA NÃO EFETIVA

A despesa não efetiva resulta da despesa prevista realizar em ativos e passivos financeiros. Evidencia-se uma descida no conjunto destes agregados na gestão projetada pelos municípios (-33,6%), por outro lado, uma subida da despesa não efetiva nos SM (+112,9%), entre 2017 e 2021. Destaque para a queda em -28,3% das despesas previstas gastar com amortização de empréstimos por parte dos municípios mas subida destas mesmas despesas (+116,6%) por parte da gestão previsional dos SM. O peso médio anual da despesa não efetiva no total das despesas é de 4,1% nos municípios e de 0,7% nos SM.

## ENQUADRAMENTO NORMATIVO

Este trabalho, ao desenvolver uma análise orçamental previsional no universo dos municípios e serviços municipalizados da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT), no horizonte temporal de 2017 a 2021, referencia relevantes mudanças em termos do enquadramento normativo associado à elaboração dos documentos previsionais.

Para além de uma obrigação legal, sendo também um instrumento de apoio à gestão municipal, os documentos previsionais têm estado sujeitos a um conjunto de disposições legais, designadamente a Lei de Enquadramento Orçamental<sup>1</sup>, a Lei das Finanças Locais (RFALEI)<sup>2</sup> e o POCAL, sem prejuízo de ser possível identificar igualmente normas relevantes para esta matéria noutros diplomas legais, com particular destaque para as Leis do Orçamento do Estado.

A RFALEI estabelece um conjunto de regras orçamentais que devem ser consideradas na elaboração dos documentos previsionais. O seu art. 46.º prevê os documentos que deverão ser incluídos no orçamento municipal: *“1 – O orçamento municipal inclui, nomeadamente, os seguintes elementos: a) Relatório que contenha a apresentação e fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes; b) Mapa resumo das receitas e despesas da autarquia local, que inclui, no caso dos municípios, de forma autónoma, as correspondentes verbas dos serviços municipalizados, quando aplicável; c) Mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica, a que acresce, de forma autónoma, o dos serviços municipalizados, quando aplicável”*.

Até 2019 e em cumprimento do disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)<sup>3</sup>, os municípios elaboravam e aprovavam anualmente os seus documentos previsionais, que continham a previsão das receitas e despesas projetadas para o ano em questão.

Não obstante os sucessivos adiamentos na sua implementação, o ano de 2020 consagrou-se como o ano da entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)<sup>4</sup> para as entidades da administração local, que revogou, entre outros diplomas, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (com exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1. relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento).

O SNC-AP permite um sistema contabilístico para o sector público consistente com o Sistema de Normalização Contabilística e com as Normas Internacionais de Contabilidade Pública, viabilizando a convergência das práticas de contabilização e avaliação de ativos e passivos dos organismos das administrações públicas portuguesas com as dos outros Estados-membros.

A nova solução assegura um controlo financeiro global – desde a preparação do orçamento e respetivas alterações, execução e controlo; passando pela gestão da despesa e receita, cabimentos, compromissos e gestão de fontes de financiamento; até à consolidação e prestação de contas, promovendo-se assim a transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras, da eficiência e eficácia da gestão pública.

O SNC-AP, tal como acontecia com o POCP e os seus planos setoriais, obriga à implementação de três subsistemas contabilísticos, atualmente designados de contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão, apresentando um plano de contas multidimensional, onde a classe zero se destina à contabilidade orçamental, as classes 1 a 8 são destinadas à contabilidade financeira e a classe 9 está livre para a contabilidade de gestão.

Suportado por 27 normas de contabilidade pública (nas quais se inclui uma norma relativa à estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras (NCP 1), uma norma relativa à contabilidade orçamental (NCP26) e outra de contabilidade de gestão (NCP27)), um plano multidimensional e uma estrutura conceptual, o SNC-AP aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local.

Com a aplicação do SNC-AP aos municípios, os documentos previsionais, refletindo a vontade política para o próximo ano e seguintes, passaram a incluir um plano orçamental plurianual, com um horizonte de 4 anos para além do ano a que respeita o orçamento, o que faz ter em conta, necessariamente, os compromissos plurianuais já assumidos, garantindo-se assim um planeamento orçamental de médio e longo prazo.

De uma forma sistematizada, as entidades do Subsetor da Administração Local estão obrigadas a preparar as demonstrações orçamentais e financeiras previsionais, de harmonia com o previsto:

- No n.º 46 do ponto 11 da NCP 26 do SNC-AP, sendo que as demonstrações orçamentais a elaborar são o orçamento e plano orçamental plurianual (ano seguinte, mais 4 anos) bem como o plano plurianual de investimentos. A NCP26 tem como objetivo regular a contabilidade orçamental, estabelecendo conceitos, regras e modelos de

<sup>1</sup> Aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de Setembro, na sua atual redação.

<sup>2</sup> Aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto.

<sup>3</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

<sup>4</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016 de 21 de dezembro e Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio.

demonstrações orçamentais de finalidades gerais (individuais, separadas e consolidadas), componentes principais do relato orçamental de uma entidade pública ou de um perímetro de consolidação, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades.

- No n.º 17 do ponto 6 da NCP 1 do SNC-AP “*As entidades públicas devem ainda preparar demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e demonstração dos fluxos de caixa, com o mesmo formato das históricas, que devem ser aprovadas pelos órgãos de gestão competentes.*”
- Na al. e) do artigo 46.º da RFALEI, na sua redação atual, devendo também ser elaboradas as atividades mais relevantes da gestão.

As principais inovações face ao referencial contabilístico anterior consistem assim na elaboração de demonstrações orçamentais previsionais com caráter plurianual, integrando o orçamento e as grandes opções do plano, bem como a preparação de demonstrações financeiras previsionais, nomeadamente, o balanço, a demonstração dos resultados por natureza e a demonstração dos fluxos de caixa.

Importa salientar que o objeto de estudo neste trabalho incide apenas sobre o subsistema contabilístico orçamental previsional, não se analisando nem se apurando os dados relativos às demonstrações financeiras previsionais.

Os municípios preparam e executam as suas decisões através dos respetivos serviços, entendidos em sentido amplo<sup>5</sup>, sendo possível distinguir duas formas de gestão: através de serviços municipais, em sentido restrito, ou de serviços municipalizados<sup>6</sup>.

Nos termos do artigo 16º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, os serviços municipalizados têm orçamento próprio, devendo os municípios, quando aplicável, inscrever no seu orçamento municipal, de forma autónoma, os totais das receitas e despesas daqueles serviços.

Os serviços municipalizados são serviços integrados na estrutura organizacional dos municípios e dispõem de organização autónoma, sendo geridos de forma empresarial.

Em termos contabilísticos, apesar desta sua natureza essencialmente empresarial, os serviços municipalizados aplicam as regras das autarquias locais<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> Para maior desenvolvimento teórico desta questão, vide, por exemplo, Freitas do Amaral, Diogo, Curso de Direito Administrativo, Livraria Almedina, Coimbra, 1996.

<sup>6</sup> A existência dos serviços municipalizados encontra-se atualmente regulada, na sua essência, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, alterada pelas seguintes leis: Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.

Previamente à criação deste tipo de serviços, que visam a prossecução de necessidades coletivas da população do município, deve ser elaborado um estudo relativamente aos aspetos económicos, técnicos e financeiros da entidade a criar.

Podem também ser criados serviços intermunicipalizados, quando a criação tem origem numa entidade intermunicipal ou em vários municípios.

Os serviços municipalizados podem desenvolver a sua atuação nas seguintes áreas<sup>8</sup>: abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas, gestão de resíduos urbanos e limpeza pública, transporte de passageiros e distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

Uma vez que numas situações o tipo de serviços desenvolvidos pelos serviços municipalizados é executado diretamente pelos próprios serviços municipais, enquanto noutras situações os mesmos serviços são prestados através dos serviços municipalizados, considerou-se útil congregar, no âmbito deste trabalho, a informação disponível relativa aos orçamentos dos serviços municipalizados existentes na RLVT.

A 1 de janeiro de 2017 existiam na RLVT 14 serviços municipalizados, incluindo 2 serviços intermunicipalizados, ocorrendo em 2018 a criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Mafra.

Atualmente, desde 1 de janeiro de 2020, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Tomar estão em processo de extinção.

De acordo com o princípio da transparência previsto no artigo 7.º e nos termos do artigo 79.º da RFALEI, os municípios e serviços municipalizados devem publicitar no respetivo sítio eletrónico os documentos previsionais.

<sup>7</sup> Até 2019 o sistema de contabilidade das autarquias locais em vigor foi o POCAL. A partir de 2020 aplica-se o SNC-AP.

<sup>8</sup> O Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho e pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março, estabelece um regime jurídico específico aplicável à gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.



## APRESENTAÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a CCDR-LVT tem procedido ao tratamento da informação constante dos documentos previsionais, designadamente orçamentos iniciais, tendo por base a validação efetuada por este serviço sob os dados submetidos pelas autarquias na plataforma de dados gerida pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Até aos exercícios financeiros de 2019 a aplicação informática centralizadora dos principais dados de previsão orçamental das autarquias, validados pela CCDR, assentava no SIAL - Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais<sup>9</sup>.

Com a entrada em vigor do SNC-AP foi necessário adaptar o sistema de informação e de reporte de dados ao novo sistema contabilístico, tendo sido criada pela DGAL, em alternativa ao SIAL, uma nova aplicação designada por SISAL - Sistema de Informação para o Subsetor da Administração Local – na qual as autarquias locais têm vindo a carregar a informação relativa às respetivas demonstrações orçamentais e financeiras previsionais, remetendo também cada uma das peças de relato.

No entanto, estando o SISAL em fase de consolidação<sup>10</sup>, o apuramento de dados relativos a 2020 e 2021 efetuado por este serviço suporta apenas a consulta direta junto dos documentos previsionais - orçamentos iniciais para os anos 2020 e 2021, publicados pelos municípios e serviços municipalizados.

Por outro lado convém enfatizar que, para efeitos de análise evolutiva, os dados relativos ao período compreendido entre 2017 e 2019 foram reajustados e agregados em função da estrutura e classificação orçamental aprovada pelo SNC-AP.

Neste âmbito procedeu-se à correspondência entre a classificação económica tendo por referência o POCP (DL n.º 26/2002, de 14 de fevereiro) e as rubricas das demonstrações orçamentais tendo por referência o novo plano de contas central do SNC-AP.

O presente relatório, proporcionando um quadro mais completo das finanças municipais na RLVT, desenvolve uma análise dos dados das receitas e despesas previsionais dos municípios e dos serviços municipalizados, orçamentados para o exercício de 2021, enquadrados no período de 2017 a 2021.

Em termos de metodologia na apresentação deste estudo, procede-se a uma análise evolutiva orçamental das receitas e despesas previsionais entre 2017 e 2021, focando-se em seguida numa análise incidindo sobre o exercício financeiro de 2021.

O primeiro capítulo tem por universo de estudo o conjunto dos municípios da RLVT, o segundo capítulo enquadra o universo dos serviços municipalizados da RLVT e o terceiro capítulo reflete o universo global dos exercícios financeiros no conjunto dos municípios e seus serviços municipalizados<sup>11</sup>, concluindo-se no capítulo quarto com um conjunto de notas finais, referenciando-se a importância da gestão empreendida pelos serviços municipalizados no quadro municipal.

Assim, a exemplo de estudos anteriores, a delimitação do universo do estudo assentou na desagregação territorial subjacente à área de atuação da CCDR<sup>12</sup>, que compreende 52 municípios, agregados por NUTS III<sup>13</sup>:

- **Área Metropolitana de Lisboa** – Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira;
- **Lezíria do Tejo** – Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém;
- **Médio Tejo**<sup>14</sup> – Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha;

<sup>9</sup> Os dados previsionais respeitantes aos exercícios financeiros de 2017, 2018 e 2019, no âmbito do POCAL, poderão ser consultados em anteriores publicações da CCDR LVT, em <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/administracao-autarquia/1195.htm>. Relativamente ao exercício financeiro de 2017, os dados relativos aos serviços municipalizados, objeto de análise no presente estudo, tiveram por fonte o SIAL (consulta à data de 29 de março de 2021) e ainda consulta direta junto dos orçamentos iniciais para 2017, no caso do SMAS de Almada e do SIMAR de Loures e Odivelas e do SIMAR de Oeiras e Amadora.

<sup>10</sup> A obrigatoriedade de envio de dados em SNC-AP, a partir do ano de 2020, inclusive (artigo 114.º da LOE 2020), através do SISAL, deu início a um novo ciclo de abordagem e de tratamento dos dados e informação.

<sup>11</sup> A informação apresentada resulta do somatório dos valores, não refletindo critérios de consolidação.

<sup>12</sup> O Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, aprovou a orgânica das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, e foi alterado pelos Decretos-Lei n.º 68/2014, de 8 de maio, e n.º 24/2015, de 6 de fevereiro.

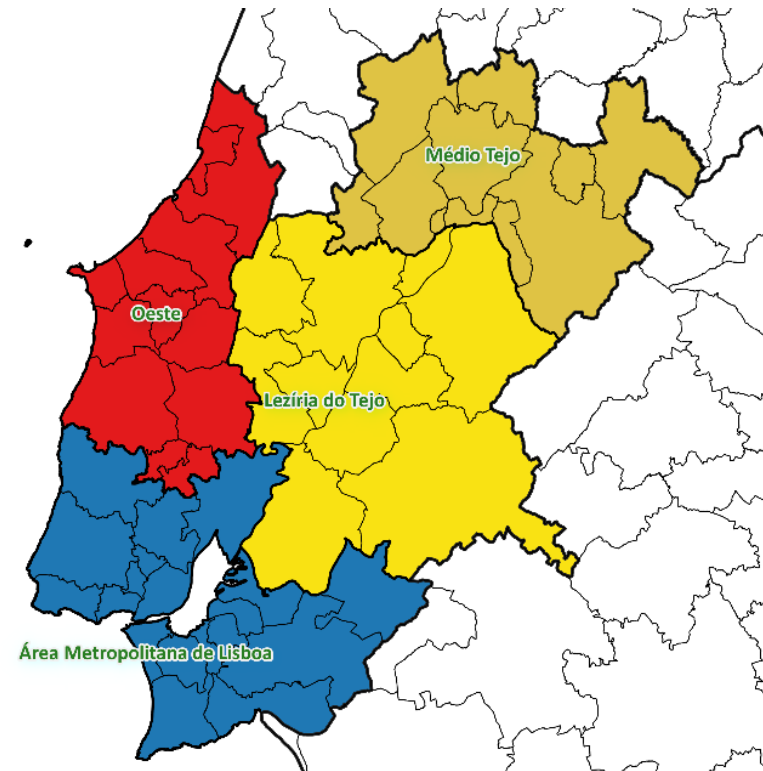
<sup>13</sup> Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014 - Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos.

<sup>14</sup> Note-se que a desagregação utilizada difere da prevista na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

- **Oeste** – Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Neste universo municipal incluíram-se também os 15 serviços municipalizados que desenvolveram a sua atuação na RLVT, entre 2017 e 2021:

- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Abrantes (SMAS)
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Alcobaça (SMAS)
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada (SMAS)
- Transportes Coletivos do Barreiro (TCB)
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Caldas da Rainha (SMAS)
- Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR)
- Serviços Municipalizados da Água e Saneamento de Mafra (SMAS)<sup>15</sup>
- Serviços Municipalizados do Montijo (SMAS)
- Serviços Municipalizados da Nazaré
- Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Oeiras e Amadora (SIMAR)
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche (SMAS)
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra (SMAS)
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Tomar (SMAS)<sup>16</sup>
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras (SMAS)
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira (SMAS).



De acordo com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na área geográfica correspondente à Comunidade intermunicipal do Médio Tejo estão ainda incluídos os municípios de Sertã e Vila de Rei, que não se integram na área geográfica abrangida pela CCDR LVT, nos termos da respetiva lei orgânica.

<sup>15</sup> Os Serviços Municipalizados da Água e Saneamento de Mafra foram criados em 2018.

<sup>16</sup> Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Tomar estão em processo de extinção, sendo que todas as competências passaram a ser exercidas pela Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo a partir de 1 de janeiro de 2020.

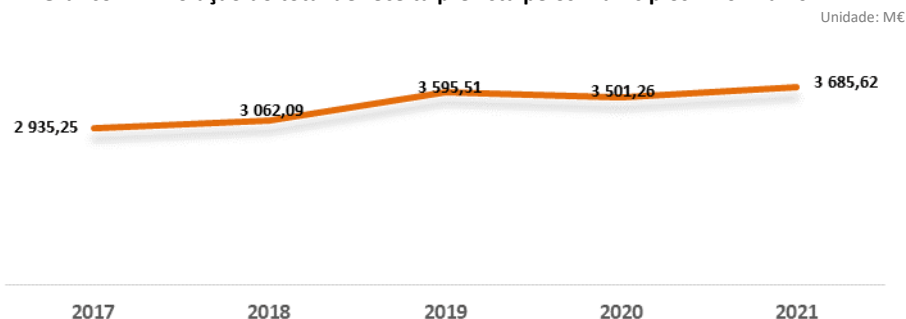
## CAPÍTULO I. FINANÇAS - MUNICÍPIOS RLVT

### 1.1 RECEITA PREVISIONAL MUNICIPAL

#### 1.1.1 EVOLUÇÃO DA RECEITA PREVISIONAL – 2017 A 2021

No período em análise, na RLVT, a receita prevista nos orçamentos iniciais municipais evoluiu de 2.935,25 M€, em 2017, para 3.685,62 M€, em 2021, refletindo um acréscimo previsional em +750,37 M€ (+25,6%).

Gráfico 1 – Evolução do total de receita prevista pelos municípios – 2017 a 2021



Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

A variação anual evidencia acréscimos sucessivos das receitas previsionais dos municípios da RLVT, à exceção do ano de 2020, ou seja, +4,3% (2018), +17,4% (2019), -2,6% (2020) e +5,3% (2021).

Tabela 1 – Evolução da receita municipal previsional, por NUTS III – 2017 a 2021

NUTS III	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2017-2021	2020-2021
						Unidade: M€	
AML	2 191,48	2 304,78	2 799,55	2 682,06	2 773,81	26,6	3,4
Lezíria do Tejo	228,31	214,25	223,97	242,86	271,76	19,0	11,9
Médio Tejo	216,24	227,37	246,09	252,07	274,54	27,0	8,9
Oeste	299,22	315,68	325,90	324,28	365,50	22,2	12,7
<b>Receita total</b>	<b>2 935,25</b>	<b>3 062,09</b>	<b>3 595,51</b>	<b>3 501,26</b>	<b>3 685,62</b>	<b>25,6</b>	<b>5,3</b>

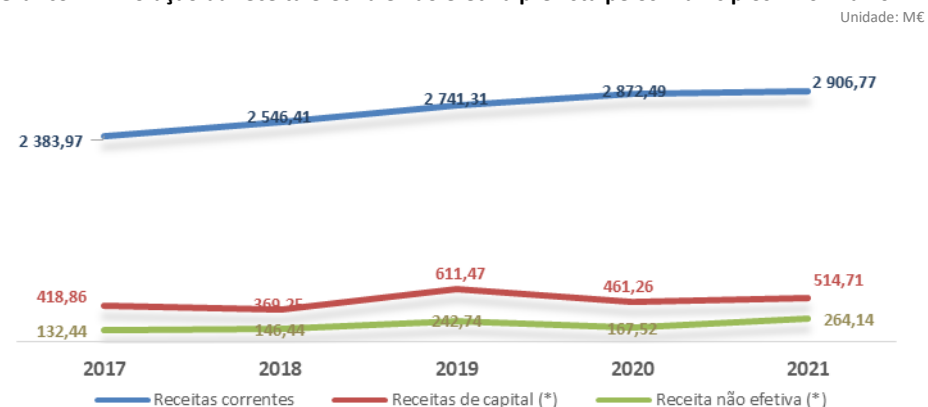
Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

<sup>17</sup> Atente-se que ao realizar-se o ajustamento e agregação das componentes da receita municipal em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP, as receitas de capital integram a venda de bens de investimento, as transferências e subsídios de capital, as outras receitas de capital e as reposições não abatidas nos pagamentos. O somatório

Numa abordagem sub-regional sublinhe-se o crescimento das receitas previsionais municipais em todas as NUTS III, entre 2017 e 2021, confirmando a tendência regional, embora não de forma contínua ao longo dos anos.

A tendência anual regional foi sobretudo influenciada pela dinâmica revelada pelas sub-regiões da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e do Oeste (O), sendo que o crescimento anual foi contínuo no Médio Tejo (MT). Na Lezíria do Tejo (LT), a descida na previsão do volume de receitas ocorreu entre 2017 e 2018, justificada, em grande parte, pela descida das receitas municipais provenientes do recurso ao crédito.

Gráfico 2 – Evolução da receita efetiva e não efetiva prevista pelos municípios – 2017 a 2021



(\*) Reajustamento e agregação das componentes da receita municipal 2017, 2018 e 2019 em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Analisando a evolução dos grandes agregados de receita releve-se o crescimento anual contínuo evidenciado pelas receitas correntes previsionais, o ciclo de descidas e subidas anuais revelado na previsão das receitas de capital e o crescimento contínuo, à exceção de 2020, por parte da receita não efetiva<sup>17</sup>.

das receitas correntes e de capital traduz-se na receita efetiva. Já a receita não efetiva corresponde ao somatório da receita com ativos financeiros, receita com passivos financeiros e o saldo da gerência anterior – operações orçamentais. O total da receita reflete o somatório da receita efetiva com a receita não efetiva.

Tabela 2 – Evolução das receitas municipais previstas – 2017 a 2021

Unidade: M€

Receitas municipais	2017 (*)	2018 (*)	2019 (*)	2020	2021	Variação		
						2017-2021		2020 - 2021
						Abs.	%	%
Impostos diretos	1128,55	1258,90	1354,98	1386,42	1385,79	257,24	22,8	0,0
Impostos indiretos	54,19	48,47	54,4	59,46	6,52	-47,67	-88,0	-89,0
Taxas, multas e outras penalidades	128,97	120,5	153,35	147,87	174,81	45,84	35,5	18,2
Rendimentos da propriedade	95,87	93,95	110,59	117,42	125,15	29,28	30,5	6,6
Transferências e subsídios correntes	584,1	603,54	619,29	702,86	803,31	219,21	37,5	14,3
Venda de bens e serviços	338,48	358,81	378,07	397,09	347,89	9,41	2,8	-12,4
Outras receitas correntes	53,8	62,22	70,63	61,37	63,31	9,51	17,7	3,2
<b>Receitas correntes</b>	<b>2 383,97</b>	<b>2 546,41</b>	<b>2 741,31</b>	<b>2 872,49</b>	<b>2 906,77</b>	<b>522,80</b>	<b>21,9</b>	<b>1,2</b>
Venda de bens investimento	61,52	66,47	289,63	81,3	132,18	70,66	114,9	62,6
Transferências e subsídios de capital	210,19	249,64	272,79	325,53	341,55	131,36	62,5	4,9
Outras receitas de capital	143,39	49,01	45	49,94	39,42	-103,97	-72,5	-21,1
Reposições não abatidas pagamentos	3,76	4,13	4,05	4,49	1,56	-2,20	-58,5	-65,3
<b>Receitas de capital (*)</b>	<b>418,86</b>	<b>369,25</b>	<b>611,47</b>	<b>461,26</b>	<b>514,71</b>	<b>95,85</b>	<b>22,9</b>	<b>11,6</b>
<b>Receita efetiva (*)</b>	<b>2 802,83</b>	<b>2 915,66</b>	<b>3 352,78</b>	<b>3 333,75</b>	<b>3 421,48</b>	<b>618,65</b>	<b>22,1</b>	<b>2,6</b>
Receita com ativos financeiros	4,32	3,89	5,89	3,33	40,71	36,39	842,4	1122,5
Receita com passivos financeiros	103,87	109,75	188,08	93,88	136	32,13	30,9	44,9
Saldo da gerência anterior – Op orç	24,25	32,8	48,77	70,31	87,43	63,18	260,5	24,3
<b>Receita não efetiva (*)</b>	<b>132,44</b>	<b>146,44</b>	<b>242,74</b>	<b>167,52</b>	<b>264,14</b>	<b>131,70</b>	<b>99,4</b>	<b>57,7</b>
<b>Receita total</b>	<b>2 935,25</b>	<b>3 062,09</b>	<b>3 595,51</b>	<b>3 501,26</b>	<b>3 685,62</b>	<b>750,37</b>	<b>25,6</b>	<b>5,3</b>

(\*) Reajustamento e agregação das componentes da receita municipal em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

As receitas correntes projetadas evidenciam um aumento em +21,9%, entre 2017 e 2021, refletindo uma expectativa de aumento de receitas em +522,80 M€, decorrente essencialmente:

- Aumento previsto na cobrança de impostos diretos (descida residual em 2021);
- Subida contínua prevista para as transferências e subsídios correntes recebidos pelos municípios da RLVT, naquele período. O aumento das transferências deve também contemplar, a partir de 2019, um novo fundo distribuído nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do RFALEI – excedente<sup>18</sup> e ainda de uma participação de 7,5% na receita do IVA<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> O atual regime financeiro das autarquias locais, decorrente da alteração introduzida pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, prevê a inclusão de uma nova parcela resultante do excedente da variação da participação de cada município nos impostos do Estado, por via do FEF, do FSM e do IRS a distribuir de forma proporcional, pelos municípios.

<sup>19</sup> Conforme Artigo 26-A da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação. A participação na receita do IVA é distribuída aos municípios proporcionalmente, determinada por referência ao IVA liquidado na respetiva circunscrição territorial relativo às atividades económicas de alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás.

<sup>20</sup> Atente-se à obrigatoriedade da aplicação da regra previsional aplicável à previsão orçamental das receitas resultantes da venda de imóveis, em que a orçamentação destas receitas fica limitada à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens de imóveis nos últimos 36 meses que precedam ao mês da elaboração do orçamento. Esta regra, aplicável inicialmente na elaboração dos orçamentos municipais para 2015, constou do artigo 253.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2014) e tem vindo a constar sucessivamente das LOE.

- Subida prevista na venda de bens e serviços até 2020, com posterior projeção de queda para 2021, ainda assim evidenciando-se previsões que neste ano ficam acima das de 2017.

Já as receitas de capital projetadas evidenciam um aumento em +22,9%, entre 2017 e 2021, refletindo uma expectativa de aumento de receitas em +95,85 M€. Esta evolução foi suportada, essencialmente:

- Crescimento anual contínuo por parte das transferências e subsídios de capital previsto receber refletindo um aumento em +131,36 M€ (+62,5%), entre 2017 e 2021. O aumento previsto para as transferências de capital poderá refletir a expectativa de arrecadação de receita ao nível dos fundos comunitários;
- Também a previsão para a venda de bens de investimento<sup>20</sup> refletiu subida, quando comparados os exercícios de 2017 e 2021, embora se tenha revelado uma descida acentuada em 2020;
- Atente-se também à descida no valor previsto para as outras receitas de capital, dado o valor excecional que este agregado registou em 2017<sup>21</sup>.

Relativamente à previsão para a receita não efetiva evidencia-se também crescimento, em +99,4%, entre 2017 e 2021, refletindo uma expectativa de aumento de receitas em +131,70 M€. Este resultado evolutivo decorreu essencialmente da previsão:

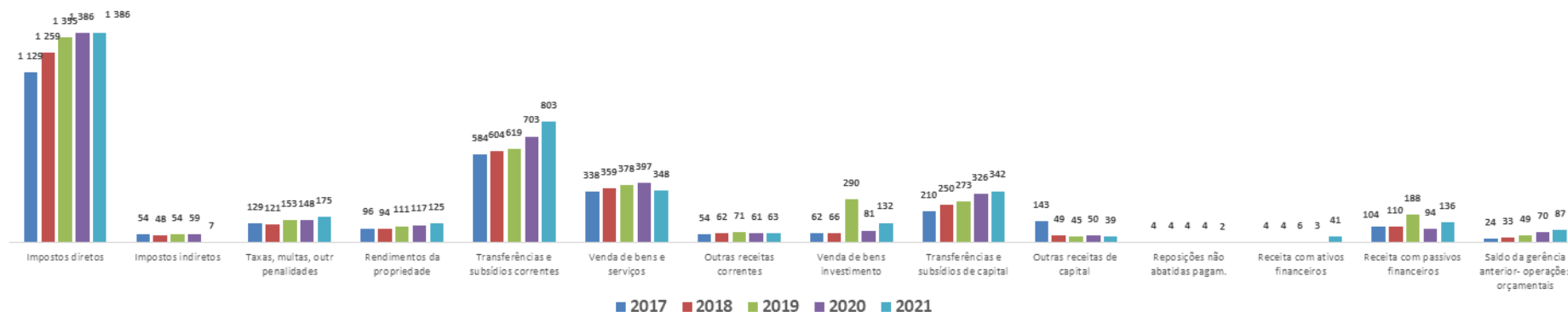
- Subida contínua do saldo da gerência anterior previsto<sup>22</sup>, o qual cresceu +260,5% (+63,18 M€), face ao ano de 2017;
- Subida da receita prevista obter com passivos financeiros ao longo do período em análise, com exceção para 2020;
- A receita prevista com ativos financeiros rondando os 3 a 6 M€ entre 2017 e 2020, cresce significativamente para os 40,71 M€ em 2021.

<sup>21</sup> O valor total de 143,39 M€, previsto para as outras receitas de capital ao nível regional, em 2017, deveu-se essencialmente ao registo apresentado pelo município de Lisboa, onde as outras receitas de capital foram estimadas em 135,42 M€. Conforme referido no orçamento da Câmara Municipal de Lisboa deveu-se essencialmente à previsão da alienação de ativos não estratégicos para fazer face à redução da dívida, não se tendo confirmado em termos de execução, uma vez que, conforme prestação de contas para 2017, as outras receitas de capital cobradas pelo município de Lisboa revelaram uma execução de apenas 2,97 M€.

<sup>22</sup> Presume-se que o acréscimo do saldo da gerência possa ter sido influenciado pela norma que prevê que a integração do saldo da gerência anterior releva na proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita que visa substituir, prevista no art.º 104 da Lei do Orçamento do Estado de 2018 e densificada no art.º 40 da Lei 73/2013 na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16/08.

Gráfico 3 – Evolução das receitas municipais previstas, por rubrica – 2017 a 2021

Unidade: M€



Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

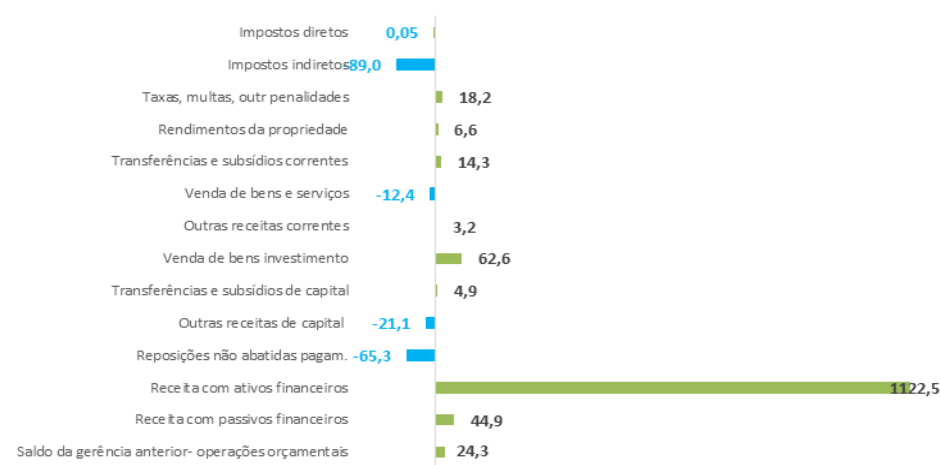
Em 2021, na RLVT, as previsões para a receita corrente apresentaram um valor acrescido em +1,2%, relativamente ao ano anterior, projetando-se também um acréscimo em +11,6% para as receitas de capital, resultando num aumento previsto para a receita efetiva em +2,6%. Já o aumento das previsões para a receita não efetiva foi de +57,7%, essencialmente devido às previsões para as receitas com ativos e passivos financeiros.

Por componente de receita previsual resultam as seguintes tendências, entre 2020 e 2021:

- Aumentaram os valores de receitas previstos em taxas, multas e outras penalidades (+18,2%), rendimentos da propriedade (+6,6%), transferências e subsídios correntes (+14,3%) – estas essencialmente por via do aumento das transferências do Orçamento do Estado, outras receitas correntes (+3,2%), venda de bens de investimento (+62,6%), transferências e subsídios de capital (+4,9%), ativos financeiros (+1.122,75%), passivos financeiros (+44,9%) e saldo da gerência anterior (+24,3%);
- Diminuíram os valores de receitas previstos em impostos diretos (-0,05%), impostos indiretos (-89,0%), venda de bens e serviços (-12,4%), outras receitas capital (-21,1%) e reposições não abatidas nos pagamentos (-65,3%).

Gráfico 4 – Variação da receita municipal prevista, por natureza económica – 2020 a 2021

Unidade: %



Fonte: Orçamentos iniciais para 2020 e 2021 dos municípios da RLVT.

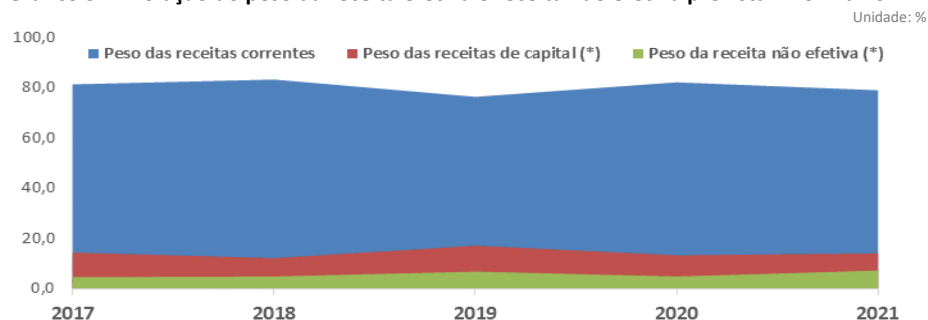
## 1.1.2 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA PREVISIONAL – 2017 A 2021

Na desagregação entre a previsão de receitas correntes, receitas de capital e receitas não efetivas predominam, nos vários exercícios analisados, as receitas previstas com a natureza de receitas correntes, o que vai ao encontro do que se verifica em sede de execução orçamental <sup>23</sup>.

Da análise à estrutura da receita previsual municipal da RLVT, no conjunto dos exercícios financeiros que vão de 2017 a 2021, salienta-se o seguinte:

- Tendência decrescente do peso das receitas correntes nas receitas totais – de 81,2% (2017) para 78,9%, (2021), muito devido às projeções, em baixa, na venda de bens e serviços e na cobrança prevista para impostos indiretos, entre 2020 e 2021;
- Tendência ligeiramente decrescente nas receitas de capital previstas, peso de 14,3% e de 14,0% no total das receitas, respetivamente em 2017 e 2021, destacando-se os aumentos do peso na venda de bens de investimento e nas transferências de capital;
- Tendência crescente do peso da receita não efetiva, de 4,5% para 7,2%, resultante da subida do peso das receitas com ativos financeiros e saldo da gerência anterior;
- Em média, as receitas correntes projetadas representam 80,3% do total previsto, contra 14,1% das receitas de capital, resultando num peso médio da receita efetiva de 94,4%, sendo que o peso médio, entre 2017 e 2021, das receitas não efetivas estimadas pelos municípios da RLVT de 5,6%.

**Gráfico 5 – Evolução do peso da receita efetiva e receita não efetiva prevista – 2017 a 2021**



(\*) Reajustamento e agregação das componentes da receita municipal em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

**Tabela 3 – Evolução do peso das receitas municipais previstas, por natureza económica – 2017 a 2021**

Unidade: %

Peso na receita total	2017 (*)	2018 (*)	2019 (*)	2020	2021	Variação		
						2017-2021		2020 - 2021
						Abs.	%	%
Impostos diretos	38,4	41,1	37,7	39,6	37,6	-0,8	-2,2	-5,0
Impostos indiretos	1,8	1,6	1,5	1,7	0,2	-1,7	-90,4	-89,6
Taxas, multas e outras penalidades	4,4	3,9	4,3	4,2	4,7	0,3	7,9	12,3
Rendimentos da propriedade	3,3	3,1	3,1	3,4	3,4	0,1	4,0	1,2
Transferências e subsídios correntes	19,9	19,7	17,2	20,1	21,8	1,9	9,5	8,6
Venda de bens e serviços	11,5	11,7	10,5	11,3	9,4	-2,1	-18,1	-16,8
Outras receitas correntes	1,8	2,0	2,0	1,8	1,7	-0,1	-6,3	-2,0
<b>Receitas correntes</b>	<b>81,2</b>	<b>83,2</b>	<b>76,2</b>	<b>82,0</b>	<b>78,9</b>	<b>-2,4</b>	<b>-2,9</b>	<b>-3,9</b>
Venda de bens investimento	2,1	2,2	8,1	2,3	3,6	1,5	71,1	54,4
Transferências e subsídios de capital	7,2	8,2	7,6	9,3	9,3	2,1	29,4	-0,3
Outras receitas de capital	4,9	1,6	1,3	1,4	1,1	-3,8	-78,1	-25,0
Reposições não abatidas pagamentos	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	-0,1	-67,0	-67,0
<b>Receitas de capital (*)</b>	<b>14,3</b>	<b>12,1</b>	<b>17,0</b>	<b>13,2</b>	<b>14,0</b>	<b>-0,3</b>	<b>-2,1</b>	<b>6,0</b>
<b>Receita efetiva (*)</b>	<b>95,5</b>	<b>95,2</b>	<b>93,2</b>	<b>95,2</b>	<b>92,8</b>	<b>-2,7</b>	<b>-2,8</b>	<b>-2,5</b>
Receita com ativos financeiros	0,1	0,1	0,2	0,1	1,1	1,0	650,5	1060,6
Receita com passivos financeiros	3,5	3,6	5,2	2,7	3,7	0,2	4,3	37,6
Saldo da gerência anterior – Op orç	0,8	1,1	1,4	2,0	2,4	1,5	187,1	18,1
<b>Receita não efetiva (*)</b>	<b>4,5</b>	<b>4,8</b>	<b>6,8</b>	<b>4,8</b>	<b>7,2</b>	<b>2,7</b>	<b>58,8</b>	<b>49,8</b>
<b>Receita total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>			

(\*) Reajustamento e agregação das componentes da receita municipal em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Na evolução do peso dos principais agregados de receitas municipais, destaca-se:

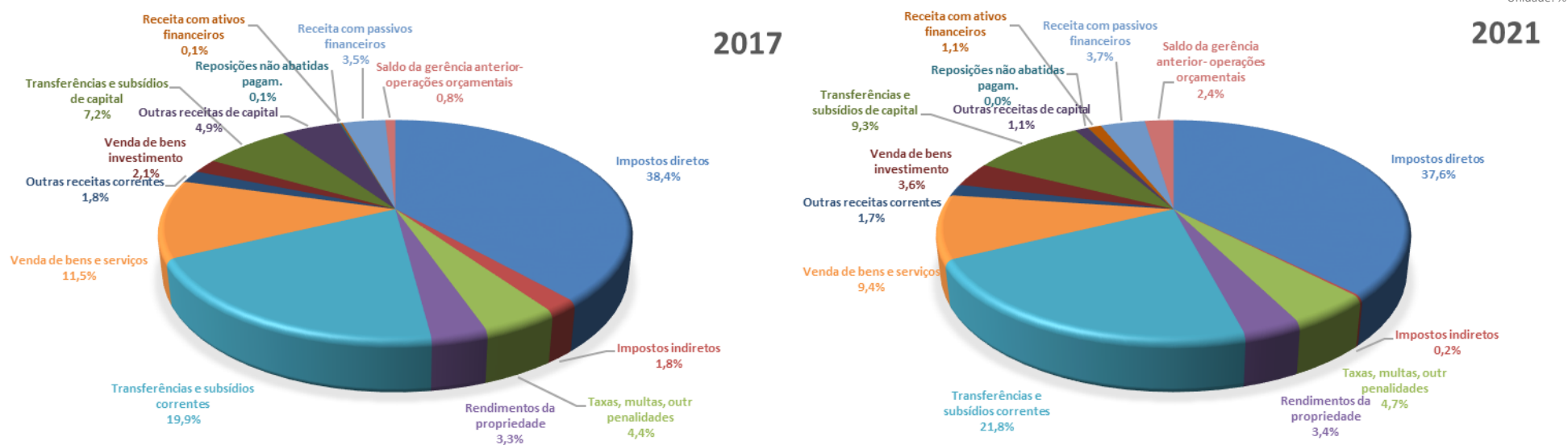
- A previsão de cobrança de impostos diretos entre um peso de 37,6% em 2021 (o peso mais baixo previsto nos últimos 5 anos) e o peso de 41,1% em 2018, verificando-se igualmente uma diminuição do peso dos impostos indiretos, de um peso de 1,8% passa para 0,2%;
- A descida contínua do peso das transferências e subsídios correntes recebidas até 2019, sendo posteriormente reforçado, prevendo-se atingir um peso de 21,8% em 2021;

<sup>23</sup> Refira-se que a repartição da dotação FEF entre corrente e capital prevista na Lei das Finanças Locais, artigo 31.º, pode explicar de alguma forma o aumento da receita corrente, considerando os limites definidos legalmente, o que faz crescer contabilisticamente a receita corrente face à receita de capital.



- Os 11% da venda de bens e serviços, com ligeiras oscilações entre 2017 e 2020, estando previsto um peso inferior para 2021 (9,4%);
- Tendência crescente do peso das transferências e subsídios de capital no total das receitas municipais previstas – de 7,2% (2017) sobe até aos 9,3% (2021);
- Tendência irregular do peso do recurso previsto para novos empréstimos, sendo de 2,7% em 2020, peso mais baixo durante o período em análise, e de 5,2% em 2019. Em 2021 o peso das receitas com passivos financeiros foi estimado em 3,7%;
- A opção de saldos de gerência anterior mais reforçados tem vindo a consolidar-se, subindo de um peso no total das receitas previstas de 0,8% (2017) para 2,4% (2021).

Gráfico 6 – Evolução da estrutura da receita previsual municipal – 2017 e 2021



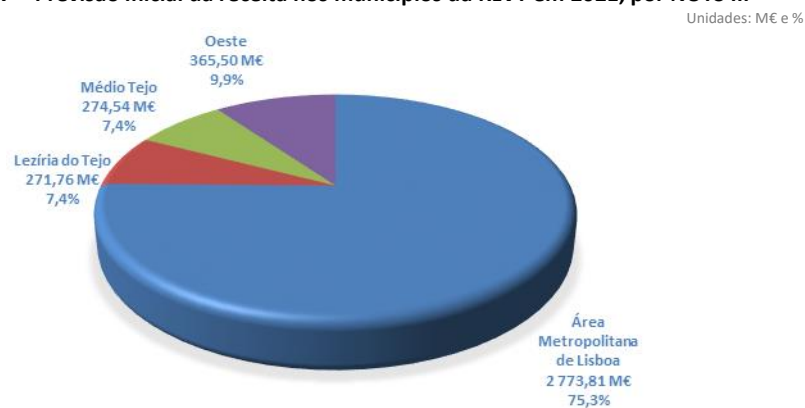
Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 e 2021 dos municípios da RLVT.

### 1.1.3 RECEITA PREVISIONAL MUNICIPAL – 2021

As receitas municipais estimadas para o ano de 2021 rondam os 3.685,62 M€, sendo que ¾ (75,3%) estão previstas arrecadar pelos municípios da AML, tal como se tem verificado ao nível da execução orçamental.

O valor de receitas municipais estimadas para 2021 na AML é de 2.773,81 M€, sendo de 365,50 M€ (9,9%) na sub-região do Oeste, 274,54 M€ (7,4%) no Médio Tejo e 271,76 M€ (7,4%) na Lezíria do Tejo.

Gráfico 7 – Previsão inicial da receita nos municípios da RLVT em 2021, por NUTS III



Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios da RLVT.

Para 2021 as principais origens de receita municipal previsional na RLVT decorrem da cobrança de impostos diretos (37,6%), transferências e subsídios correntes (21,8%), venda de bens e serviços (9,4%), transferências e subsídios de capital (9,3%), passivos financeiros (3,7%), venda de bens de investimento (3,6%) e saldo da gerência anterior (2,4%).

O valor das receitas fiscais (impostos diretos e indiretos) previstas cobrar na RLVT representam 37,8% do total de receitas projetadas para 2021, representando as transferências e subsídios recebidos de outras entidades um peso de 31,1%.

Cada sub-região apresenta situações distintas nos principais agregados de receitas:

- Na AML as receitas com maior peso do total das receitas prevê-se ser as de impostos diretos;

- No Oeste, no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo as transferências correntes estimadas detêm o maior peso nas receitas municipais. Por outro lado, as transferências de capital evidenciam a terceira maior posição no Oeste e na Lezíria do Tejo ocupando o segundo lugar no caso do Médio Tejo, revelando-se uma menor capacidade destas sub-regiões na formação de receitas próprias, sendo mais dependentes, em termos de gestão financeira, das transferências do Orçamento do Estado;
- O peso da venda de bens e serviços no total das receitas previstas para 2021 é de 10,1% na AML, 8,6% no Oeste, 7,0% na Lezíria do Tejo e 6,0% no Médio Tejo;
- Outra grande fonte na previsão de receitas no Médio Tejo e no Oeste foi a proveniente de passivos financeiros (6,5% e 5,9%, respetivamente), sendo de 3,2% na AML e de 2,5% na Lezíria do Tejo.

Tabela 4 – Composição das receitas municipais previsionais, por NUTS III, 2021

Unidades: M€ e %

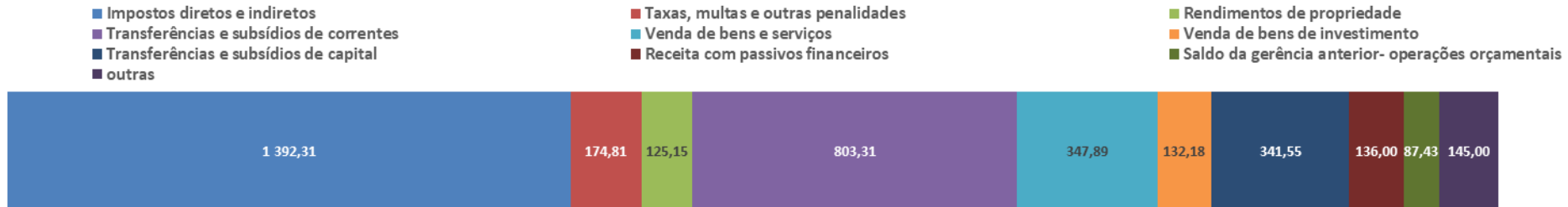
Receitas municipais previstas	AML		Lezíria do Tejo		Médio Tejo		Oeste		RLVT	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
Impostos diretos	1 182,63	42,6	61,35	22,6	42,74	15,6	99,07	27,1	1 385,79	37,6
Impostos indiretos	2,09	0,1	0,16	0,1	0,48	0,2	3,78	1,0	6,52	0,2
Taxas, multas e outras penalidades	160,72	5,8	4,58	1,7	4,57	1,7	4,95	1,4	174,81	4,7
Rendimentos da propriedade	88,60	3,2	10,82	4,0	11,66	4,2	14,07	3,8	125,15	3,4
Transferências e subsídios correntes	496,87	17,9	95,02	35,0	102,04	37,2	109,38	29,9	803,31	21,8
Venda de bens e serviços	280,67	10,1	19,03	7,0	16,58	6,0	31,61	8,6	347,89	9,4
Outras receitas correntes	42,99	1,5	13,07	4,8	5,48	2,0	1,77	0,5	63,31	1,7
<b>Receitas correntes</b>	<b>2 254,57</b>	<b>81,3</b>	<b>204,03</b>	<b>75,1</b>	<b>183,54</b>	<b>66,9</b>	<b>264,64</b>	<b>72,4</b>	<b>2 906,77</b>	<b>78,9</b>
Venda de bens investimento	128,15	4,6	0,18	0,1	2,31	0,8	1,54	0,4	132,18	3,6
Transferências e subsídios de capital	145,61	5,2	58,15	21,4	61,77	22,5	76,02	20,8	341,55	9,3
Outras receitas de capital	28,78	1,0	0,38	0,1	8,48	3,1	1,78	0,5	39,42	1,1
Reposições não abatidas pagamentos	0,89	0,0	0,02	0,0	0,62	0,2	0,02	0,0	1,56	0,0
<b>Receitas de capital</b>	<b>303,43</b>	<b>10,9</b>	<b>58,74</b>	<b>21,6</b>	<b>73,17</b>	<b>26,7</b>	<b>79,36</b>	<b>21,7</b>	<b>514,71</b>	<b>14,0</b>
<b>Receita efetiva</b>	<b>2 558,00</b>	<b>92,2</b>	<b>262,77</b>	<b>96,7</b>	<b>256,71</b>	<b>93,5</b>	<b>344,00</b>	<b>94,1</b>	<b>3 421,48</b>	<b>92,8</b>
Receita com ativos financeiros	38,43	1,4	2,28	0,8	0,00	0,0	0,00	0,0	40,71	1,1
Receita com passivos financeiros	89,95	3,2	6,71	2,5	17,83	6,5	21,50	5,9	136,00	3,7
Saldo da gerência anterior – Op orç	87,43	3,2	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	87,43	2,4
<b>Receita não efetiva</b>	<b>215,81</b>	<b>7,8</b>	<b>8,99</b>	<b>3,3</b>	<b>17,84</b>	<b>6,5</b>	<b>21,51</b>	<b>5,9</b>	<b>264,14</b>	<b>7,2</b>
<b>Receita total</b>	<b>2 773,81</b>	<b>100</b>	<b>271,76</b>	<b>100</b>	<b>274,54</b>	<b>100</b>	<b>365,50</b>	<b>100</b>	<b>3 685,62</b>	<b>100</b>

Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios da RLVT.



Gráfico 8 – Estrutura da receita previsual municipal, RLVT – 2021

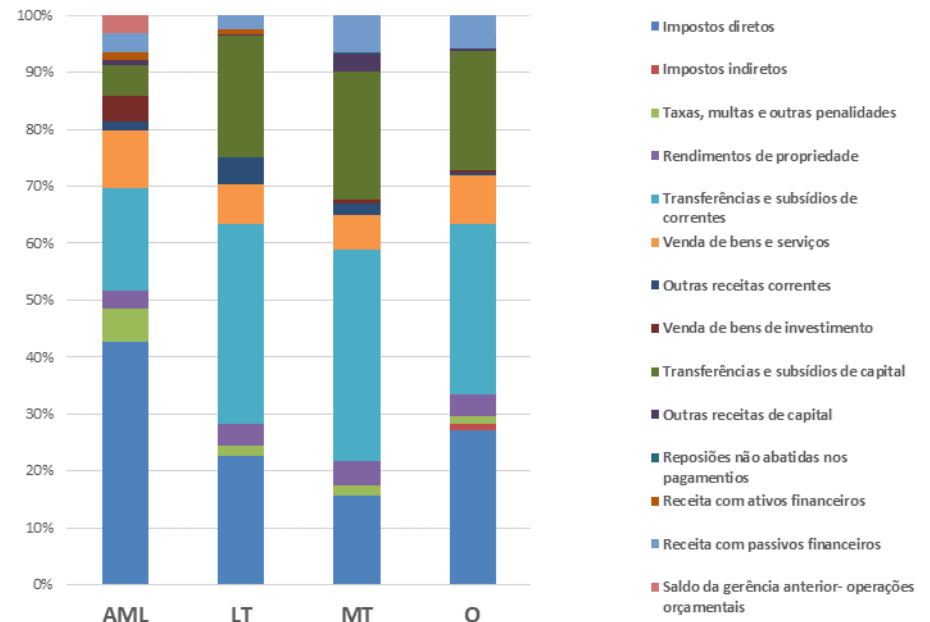
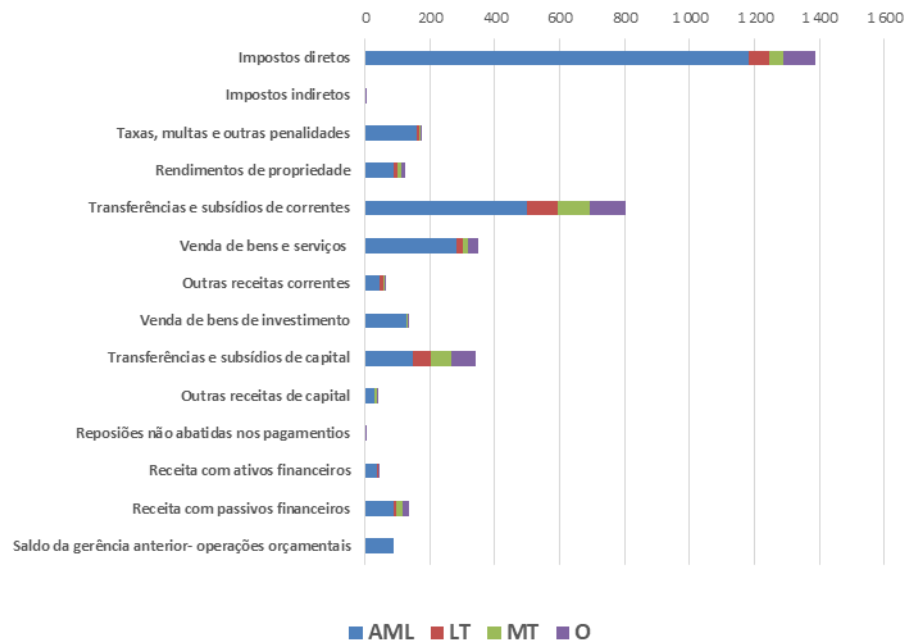
Unidade: M€



Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios da RLVT.

Gráfico 9 – Estrutura da receita previsual municipal, por NUTS III – 2021

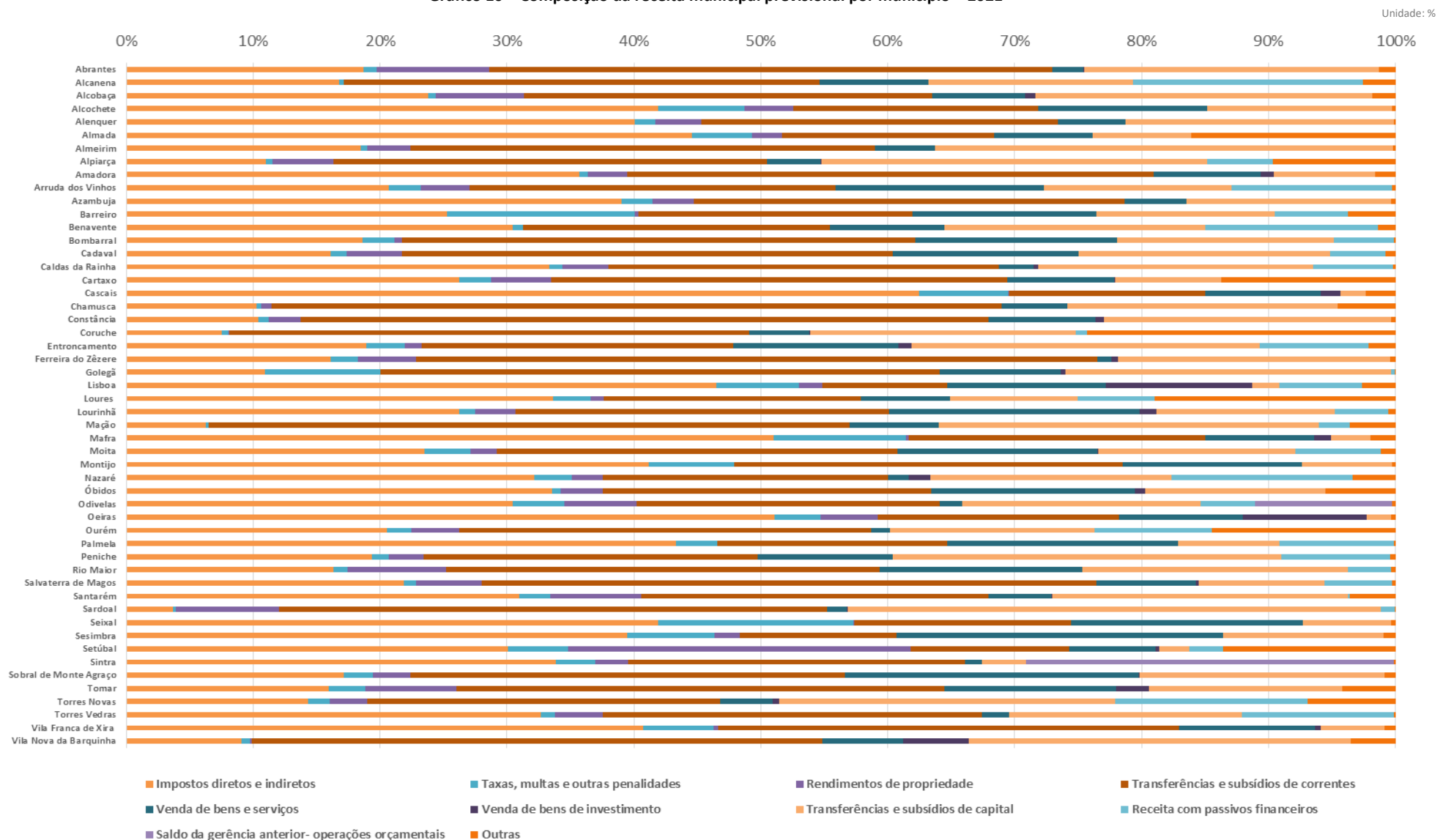
Unidade: M€ e %



Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios da RLVT.

O gráfico e tabela seguintes evidenciam heterogeneidade no montante e composição das receitas municipais previsionais, muito reveladora de situações distintas que caracterizam a administração e gestão financeira local na RLVT.

**Gráfico 10 – Composição da receita municipal previsual por município – 2021**



Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios da RLVT.

Tabela 5 – Receita municipal previsional por município – 2021

Município	Impostos diretos e indiretos	Taxas, multas e outras penalidades	Rendimentos de propriedade	Transferências e subsídios de correntes	Venda de bens e serviços	Venda de bens de investimento	Transferências e subsídios de capital	Receita com passivos financeiros	Saldo da gerência anterior- operações orçamentais	Outras	Receita total
Abrantes	7 375 050	399 160	3 484 545	17 502 050	949 160	46 784	9 137 651	100		520 500	39 415 000
Alcanena	3 336 386	71 050	6 642	7 450 835	1 698 917	2 900	3 206 255	3 596 819		511 994	19 881 798
Alcobaça	13 082 164	301 592	3 825 293	17 698 996	4 015 885	433 000	14 611 261			989 079	54 957 270
Alcochete	8 107 473	1 317 072	742 309	3 729 903	2 573 816		2 814 783			50 868	19 336 224
Alenquer	15 286 230	641 654	1 378 707	10 718 063	2 038 093	800	8 079 120			35 411	38 178 078
Almada	57 065 374	6 094 539	3 043 503	21 312 917	10 029 890	3 907	9 850 217	0		20 645 391	128 045 738
Almeirim	4 191 034	121 559	766 356	8 322 734	1 075 324	6	8 185 785	1	1	45 156	22 707 956
Alpiarça	1 478 000	76 245	638 600	4 598 995	572 920	840	4 092 010	696 760		1 300 530	13 454 900
Amadora	37 150 192	654 274	3 248 763	43 145 622	8 806 008	1 064 600	8 311 451			1 665 834	104 046 744
Arruda dos Vinhos	3 284 301	392 517	610 008	4 581 738	2 601 628	25	2 348 987	2 003 588		44 208	15 867 000
Azambuja	9 007 416	563 696	754 176	7 840 669	1 122 638	40	3 730 041	0		78 324	23 097 000
Barreiro	16 105 965	9 428 344	179 375	13 728 175	9 224 145	27 300	8 947 873	3 689 450		2 361 388	63 692 015
Benavente	8 795 005	232 481	7 336	6 978 861	2 600 672	7 912	5 947 318	3 928 079		388 208	28 885 872
Bombarral	2 380 200	320 320	73 950	5 163 847	2 031 381	5 000	2 179 302	610 900		10 100	12 775 000
Cadaval	2 348 889	182 069	628 959	5 632 821	2 124 255	12	2 888 451	630 000		118 784	14 554 240
Caldas da Rainha	13 319 624	428 669	1 433 929	12 287 738	1 108 174	141 297	8 671 333	2 500 000		78 836	39 969 600
Cartaxo	5 511 185	523 795	997 601	7 557 069	1 766 024	24 354	1 747 201	3 850		2 885 830	21 016 909
Cascais	143 036 352	16 036 642	182 349	35 397 438	20 896 185	3 614 085	4 510 303	60		5 321 606	228 995 020
Chamusca	1 464 199	47 111	115 158	8 205 918	738 128	1 972	3 026 227	5		653 466	14 252 184
Constância	773 026	60 172	189 081	4 028 005	623 154	51 805	1 682 509	1		23 227	7 430 980
Coruche	2 466 406	166 733	9 077	13 386 109	1 534 724	21 277	6 834 327	276 450		7 937 255	32 632 358
Entroncamento	4 411 749	719 083	313 190	5 733 837	3 033 689	248 268	6 401 140	2 005 724		494 635	23 361 315
Ferreira do Zêzere	1 590 631	211 258	450 196	5 301 607	112 182	50 703	2 120 965	1		38 046	9 875 589
Golegã	985 450	826 340	300	3 981 813	861 050	32 200	2 321 765	25 704		5 000	9 039 622
Lisboa	418 602 650	58 097 870	16 912 435	88 456 700	112 881 845	103 186 510	19 357 791	58 500 000		23 975 145	899 970 946
Loures	59 450 731	5 237 576	1 892 630	35 792 130	12 338 783	50 910	17 748 421	10 705 336		33 590 140	176 806 657
Lourinhã	8 066 421	400 893	970 704	9 054 738	6 083 004	419 203	4 304 027	1 300 862		178 026	30 777 878
Mação	862 069	28 248	30	6 921 176	964 557	3 168	4 101 349	339 080		491 257	13 710 934
Mafra	34 346 930	7 054 240	131 370	15 751 769	5 780 280	921 575	2 086 447	15		1 306 865	67 379 491
Moita	10 128 842	1 578 756	895 595	13 606 332	6 799 699	6 000	6 716 570	2 902 800		490 368	43 124 962
Montijo	16 309 284	2 645 434	200	12 134 930	5 566 785	12 406	2 802 306			108 743	39 580 089
Nazaré	6 959 354	636 064	523 118	4 862 617	348 031	368 730	4 112 506	3 091 440		721 409	21 623 269
Óbidos	6 490 506	135 007	640 468	5 013 475	3 106 700	148 666	2 749 384	1 200		1 065 398	19 350 804
Odivelas	38 924 220	5 156 815	7 313 370	30 509 084	2 234 415	60	24 016 687	5 491 229	13 804 710	305 210	127 755 800
Oeiras	96 988 008	6 958 850	8 530 460	36 034 210	18 656 220	18 553 440	3 600 720	20		624 460	189 946 388
Ourém	9 983 600	958 325	1 815 100	15 793 063	723 400	5 400	7 837 412	4 500 300		7 035 000	48 651 600
Palmela	23 727 396	1 771 935	15 003	9 909 205	9 977 994	1 768	4 372 855	4 954 887		45 652	54 776 695
Peniche	6 986 600	483 800	998 190	9 513 465	3 832 145	15 125	11 046 025	3 115 300		143 300	36 133 950
Rio Maior	4 601 391	317 402	2 179 059	9 624 258	4 489 257	3 708	5 896 280	946 184		96 882	28 154 421
Salvaterra de Magos	3 155 032	137 966	744 538	6 982 465	1 123 702	35 740	1 431 903	759 282		42 936	14 413 564
Santarém	19 849 753	1 564 105	4 609 643	17 544 756	3 147 679	54 500	14 938 674	76 751		2 319 238	64 105 099
Sardoal	441 050	27 440	980 057	5 209 358	190 427	384	5 064 381	134 124		7 897	12 055 118
Seixal	42 544 360	15 643 627	1 000	17 372 491	18 569 670	200	7 063 682			304 970	101 500 000
Sesimbra	23 230 250	4 045 260	1 155 666	7 301 717	15 132 189	5 638	7 425 198			549 303	58 845 221
Setúbal	41 928 600	6 671 000	37 636 000	17 447 900	9 443 500	371 000	3 393 200	3 709 400		18 891 900	139 492 500
Sintra	85 772 000	8 025 000	6 463 000	67 311 000	3 507 000	6 000	8 710 000		73 626 000	206 000	253 626 000
Sobral Monte Agraço	2 114 665	276 345	368 895	4 213 208	2 856 185	6 400	2 375 849	300		106 840	12 318 687
Tomar	6 613 158	1 206 175	2 962 355	15 968 888	5 604 010	1 087 926	6 309 223	2 000		1 746 265	41 500 000
Torres Novas	6 851 455	816 268	1 442 023	13 280 970	1 989 464	258 138	12 669 723	7 255 550		3 326 459	47 890 050
Torres Vedras	22 538 706	748 210	2 616 006	20 641 557	1 464 372	9	12 653 126	8 248 928		86 006	68 996 920
Vila Franca de Xira	31 309 300	4 297 793	255 225	27 924 237	8 250 250	321 800	3 882 181			650 257	76 891 043
Vila Nova Barquinha	980 000	68 924	14 200	4 845 378	687 200	554 040	3 239 233			382 300	10 771 275
<b>Receita total</b>	<b>1 392 308 632</b>	<b>174 805 703</b>	<b>125 145 743</b>	<b>803 306 838</b>	<b>347 886 805</b>	<b>132 177 531</b>	<b>341 551 427</b>	<b>136 002 480</b>	<b>87 430 711</b>	<b>145 001 903</b>	<b>3 685 617 772</b>

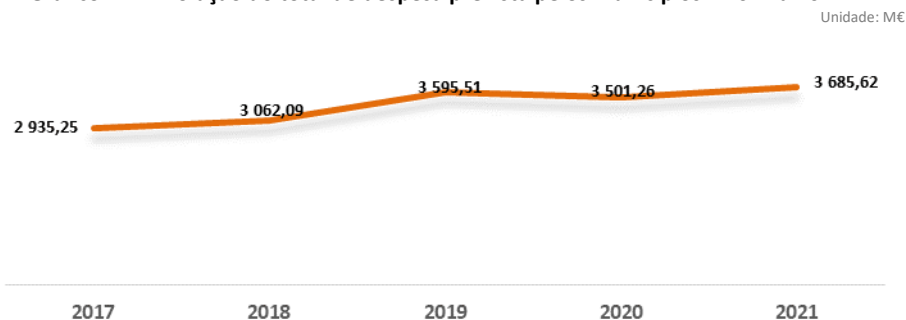
Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios da RLVT.

## 1.2 DESPESA PREVISIONAL MUNICIPAL

### 1.2.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA PREVISIONAL – 2017 A 2021

Entre 2017 e 2021, na RLVT, a despesa prevista nos orçamentos iniciais municipais evoluiu de 2.935,25 M€ para 3.685,62 M€, refletindo um acréscimo previsional em +750,37 M€ (+25,6%).

Gráfico 11 – Evolução do total de despesa prevista pelos municípios – 2017 a 2021



Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Ao longo do período em análise evidenciaram-se acréscimos anuais sucessivos das despesas previsionais dos municípios da RLVT, à exceção do ano de 2020, ou seja, +4,3% (2018), +17,4% (2019), -2,6% (2020) e +5,3% (2021).

Tabela 6 – Evolução da despesa municipal previsional, por NUTS III – 2017 a 2021

Unidade: M€

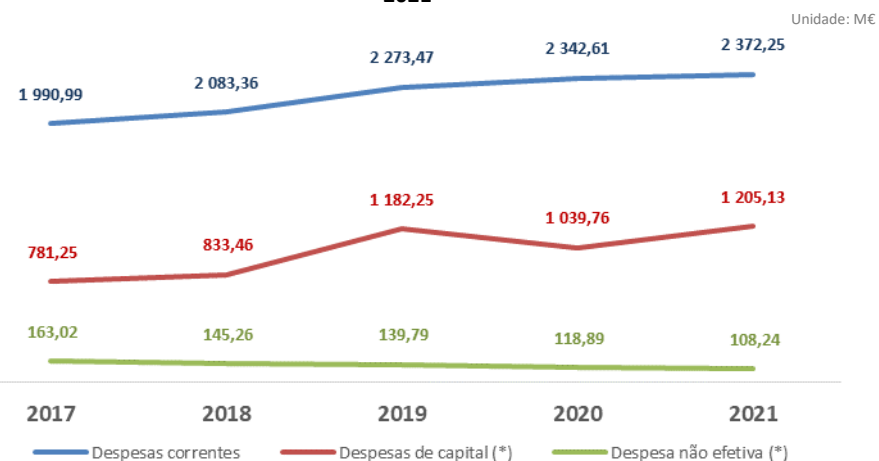
NUTS III	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2017-2021	2020-2021
AML	2 191,48	2 304,78	2 799,55	2 682,06	2 773,81	26,6	3,4
Lezíria do Tejo	228,31	214,25	223,97	242,86	271,76	19,0	11,9
Médio Tejo	216,24	227,37	246,09	252,07	274,54	27,0	8,9
Oeste	299,22	315,68	325,90	324,28	365,50	22,2	12,7
<b>RLVT</b>	<b>2 935,25</b>	<b>3 062,09</b>	<b>3 595,51</b>	<b>3 501,26</b>	<b>3 685,62</b>	<b>25,6</b>	<b>5,3</b>

Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Sublinhe-se o crescimento das despesas previsionais municipais em todas as NUTS III, entre 2017 e 2021, confirmando a tendência regional, embora não de forma contínua ao longo dos anos.

A tendência anual regional foi principalmente influenciada pela dinâmica revelada pelas sub-regiões da Área Metropolitana de Lisboa e do Oeste, sendo que o crescimento anual foi contínuo no Médio Tejo. Na Lezíria do Tejo, a descida na previsão das despesas ocorreu entre 2017 e 2018, justificada, em grande parte, pela descida das despesas municipais no município do Cartaxo.

Gráfico 12 – Evolução da despesa efetiva e não efetiva prevista pelos municípios – 2017 a 2021



(\*) Reajustamento e agregação das componentes da despesa municipal 2017, 2018 e 2019 em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Analisando a evolução dos grandes agregados de despesa releve-se o crescimento anual contínuo evidenciado pelas despesas correntes previsionais. As despesas de capital revelam uma previsão de aumento entre 2017 e 2019, descendo em 2020 para depois se estimar um aumento no ano seguinte, influenciando a linha evolutiva da despesa efetiva regional. Já a despesa não efetiva<sup>24</sup>, composta pelos ativos e passivos financeiros estima uma descida contínua, ao longo do período em análise.

se na despesa efetiva. Já a despesa não efetiva corresponde ao somatório da despesa com ativos financeiros e com passivos financeiros. O total da despesa reflete o somatório da despesa efetiva com a despesa não efetiva.

<sup>24</sup> Atente-se que ao realizar-se o ajustamento e agregação das componentes da despesa municipal em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP, as despesas de capital integram a aquisição de bens de capital, as transferências e subsídios de capital e as outras despesas de capital. O somatório das despesas correntes e de capital traduz-

Tabela 7 – Evolução das despesas municipais previstas – 2017 a 2021

Despesas municipais	2017 (*)	2018 (*)	2019 (*)	2020	2021	Variação		
						2017-2021		2020 - 2021
						Abs.	%	%
Despesas com o pessoal	869,22	913,21	954,21	1 027,15	1 061,13	191,90	22,1	3,3
Aquisição de bens e serviços	782,87	783,97	867,95	885,99	872,02	89,15	11,4	-1,6
Juros e outros encargos	28,23	22,41	77,08	14,43	12,71	-15,53	-55,0	-12,0
Transferências correntes	236,44	227,41	249,06	285,20	290,25	53,81	22,8	1,8
Subsídios correntes	42,12	43,39	75,39	78,22	90,51	48,39	114,9	15,7
Outras despesas correntes	32,10	92,98	49,78	51,62	45,64	13,54	42,2	-11,6
<b>Despesas correntes</b>	<b>1 990,99</b>	<b>2 083,36</b>	<b>2 273,47</b>	<b>2 342,61</b>	<b>2 372,25</b>	<b>381,26</b>	<b>19,1</b>	<b>1,3</b>
Aquisição de bens de capital	685,96	743,10	1 047,60	938,11	1 105,15	419,19	61,1	17,8
Transferências e subsídios de capital	92,03	87,23	125,88	98,29	97,93	5,90	6,4	-0,4
Outras despesas de capital	3,26	3,13	8,77	3,37	2,05	-1,21	-37,2	-39,2
<b>Despesas de capital (*)</b>	<b>781,25</b>	<b>833,46</b>	<b>1 182,25</b>	<b>1 039,76</b>	<b>1 205,13</b>	<b>423,88</b>	<b>54,3</b>	<b>15,9</b>
<b>Despesa efetiva (*)</b>	<b>2 772,23</b>	<b>2 916,83</b>	<b>3 455,72</b>	<b>3 382,38</b>	<b>3 577,38</b>	<b>805,15</b>	<b>29,0</b>	<b>5,8</b>
Despesa com ativos financeiros	13,99	11,95	9,01	3,99	1,39	-12,60	-90,1	-65,3
Despesa com passivos financeiros	149,03	133,31	130,78	114,89	106,85	-42,18	-28,3	-7,0
<b>Despesa não efetiva (*)</b>	<b>163,02</b>	<b>145,26</b>	<b>139,79</b>	<b>118,89</b>	<b>108,24</b>	<b>-54,78</b>	<b>-33,6</b>	<b>-9,0</b>
<b>Despesa total</b>	<b>2 935,25</b>	<b>3 062,09</b>	<b>3 595,51</b>	<b>3 501,26</b>	<b>3 685,62</b>	<b>750,37</b>	<b>25,6</b>	<b>5,3</b>

(\*) Reajustamento e agregação das componentes da despesa municipal em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP.  
Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

As despesas correntes projetadas evidenciam um aumento em +19,1%, entre 2017 e 2021, refletindo uma expectativa de aumento de despesas em +381,26 M€, decorrente essencialmente:

- Aumento previsto, sempre contínuo, nas despesas com o pessoal (+22,1%);
- Os montantes para aquisição de bens e serviços, apesar da sua tendência crescente, projetam uma queda pontual em 2021, estimando-se um aumento global em +11,4%;
- Subida contínua prevista nos gastos em transferências (à exceção de 2018) e subsídios correntes, em parte justificados pela delegação de competências nas freguesias e transferência dos inerentes recursos financeiros;

- Descida prevista no pagamento de juros e outros encargos financeiros, atendendo à redução verificada nos últimos anos nas taxas de juro aplicadas no recurso ao crédito e à diminuição das dívidas a terceiros que se tem registado nos municípios. No entanto, as previsões para 2019 refletiram uma dinâmica diferente.

Já as despesas de capital projetadas evidenciam um aumento em +54,3%, entre 2017 e 2021, refletindo uma expectativa de aumento de despesas em +423,88 M€. Esta evolução foi suportada, essencialmente:

- Com a previsão efetuada para os investimentos a realizar através da aquisição de bens de capital, projetando-se subidas anuais, com exceção para o ano de 2020, num aumento global em +419,19 M€ (+61,1%);
- Já as transferências de capital e subsídios previstos pagar a outras entidades refletem tendências irregulares, entre 2017 e 2021, evidenciando um pico nas previsões para 2019, estimando-se para 2021 valores que acrescem em +6,4% face aos de 2017.

Relativamente à previsão para a despesa não efetiva evidencia-se uma descida contínua, em -54,78 M€ (-33,6%), entre 2017 e 2021, refletindo uma expectativa de:

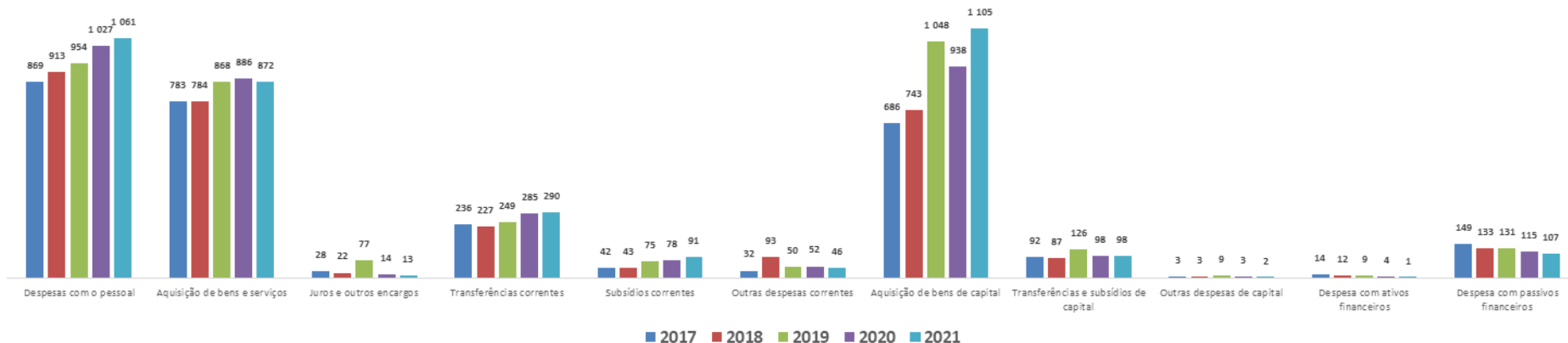
- Descida contínua dos passivos financeiros ao longo do período em análise, projetando-se uma queda nos valores a pagar com amortizações de empréstimos financeiros, descendo dos 149,03 M€ em 2017 para os 106,85 M€ em 2021;
- As despesas previstas com ativos financeiros evidenciam também uma descida contínua ao longo do período, decorrente essencialmente da diminuição das contribuições dos municípios para o Fundo de Apoio Municipal<sup>25,26</sup>. A despesa prevista com ativos financeiros, rondando os 13,99 M€ em 2017, desce significativamente para os 1,39 M€ em 2021.

<sup>25</sup> O Fundo de Apoio Municipal foi criado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e regulamentado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto. Prevê a contribuição dos municípios para o seu financiamento, sendo a mesma efetuada sob a forma de aquisição de unidades de participação / ativos financeiros.

<sup>26</sup> Refira-se que a Lei do Orçamento do Estado para o ano 2018 veio alterar no artigo 303.º o artigo 19.º da Lei n.º 53/2014 para redução do capital social deste fundo.

**Gráfico 13 – Evolução das despesas municipais previstas, por rubrica – 2017 a 2021**

Unidade: M€



Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

O cenário evolutivo previsto para 2021, face ao ano anterior, reflete também uma tendência de subida nas despesas municipais (+5,3%), essencialmente devido ao acréscimo previsto para os gastos em pessoal, transferências e subsídios correntes e aquisição de bens de capital, numa aposta reforçada no investimento.

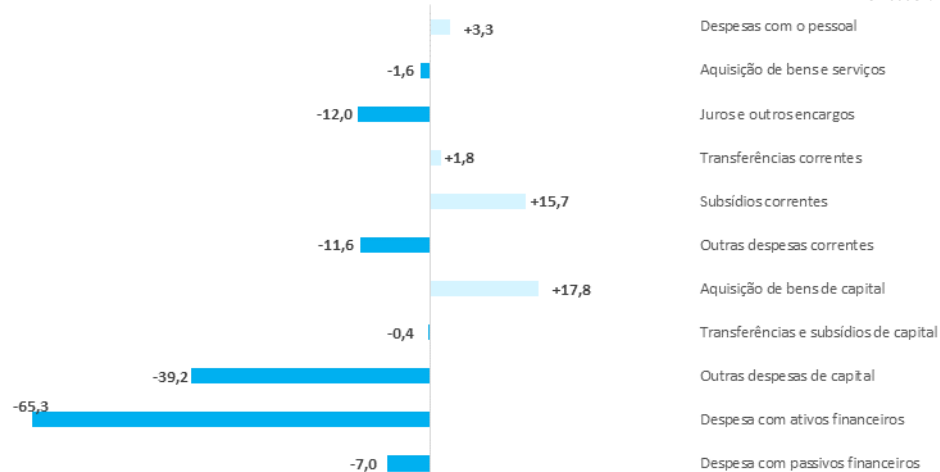
Em 2021, na RLVT, as previsões para a despesa corrente apresentam um valor acrescido em +1,3%, relativamente ao ano anterior, projetando-se também um acréscimo em +15,9% para as despesas de capital, resultando num aumento previsto para a despesa efetiva em +5,8%. Já as previsões para a despesa não efetiva foram de descida, -9,0%, devido às previsões de queda com ativos e passivos financeiros.

Por componente de despesa previsional resultam as seguintes tendências, entre 2020 e 2021:

- Aumentam os valores previstos com as despesas com o pessoal (+3,3%), transferências correntes (+1,8%) e subsídios correntes (+15,7%) bem como no investimento através da aquisição de bens de capital (+17,8%);
- Estima-se uma diminuição dos gastos com o serviço de dívida com o decréscimo previsto nas despesas em juros e outros encargos (-12,0%) e nos passivos financeiros (-7,0%), aquisição de bens e serviços (-1,6%), outras despesas correntes (-11,6%), transferências e subsídios de capital (-0,4%), outras despesas de capital (-39,2%) e ativos financeiros (-65,3%).

**Gráfico 14 – Variação da despesa municipal prevista, por natureza económica – 2020 a 2021**

Unidade: %



Fonte: Orçamentos iniciais para 2020 e 2021 dos municípios da RLVT.

## 1.2.2 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA PREVISIONAL – 2017 A 2021

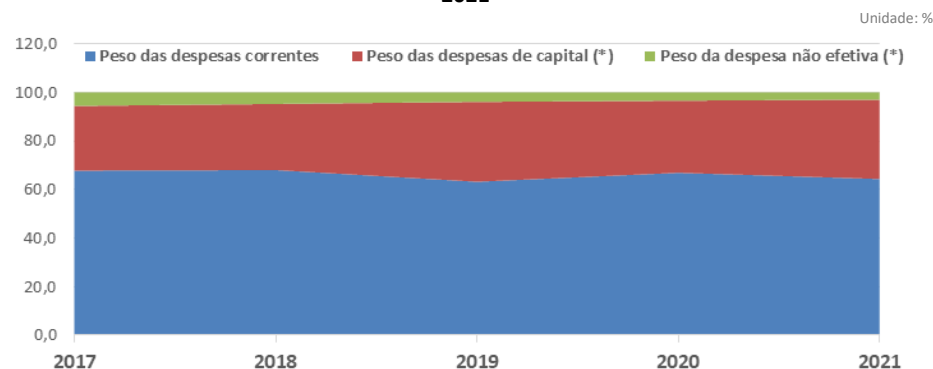
Na desagregação entre a previsão de despesas correntes, despesas de capital e despesas não efetivas predominam, nos vários exercícios analisados, as despesas previstas com a natureza corrente, o que vai ao encontro do que se verifica em sede de execução orçamental.

No entanto, resultado da tendência crescente que se tem vindo a revelar com as previsões de aumento do investimento direto, nomeadamente aquisição de bens de capital, face a anos anteriores, tem ocorrido uma redução do peso das despesas correntes, representando atualmente 64,4% do total das despesas previstas, quando em 2017 esse peso foi estimado em 67,8%.

Da análise à estrutura da despesa previsional municipal da RLVT, no conjunto dos exercícios financeiros que vão de 2017 a 2021, salienta-se o seguinte:

- Como referido, tendência decrescente do peso das despesas correntes nas despesas totais, sobretudo devido às projeções, em baixa, no peso da aquisição de bens e serviços e no peso das despesas com o pessoal;
- Tendência de subida nas despesas de capital previstas, peso de 26,6% e de 32,7% no total das despesas, respetivamente em 2017 e 2021, destacando-se o aumento do peso das despesas na aquisição de bens de capital;
- Tendência decrescente do peso da despesa não efetiva, de 5,6% para 2,9%, entre 2017 e 2021, resultante da descida do peso das despesas com ativos financeiros e passivos financeiros;
- Em média, as despesas correntes projetadas representam 66,1% do total previsto, contra 29,8% das despesas de capital, resultando num peso médio da despesa efetiva de 95,9%, sendo o peso médio, entre 2017 e 2021, das despesas não efetivas estimadas pelos municípios da RLVT, de 4,1%.

**Gráfico 15 – Evolução do peso da despesa efetiva e despesa não efetiva prevista – 2017 a 2021**



(\*) Reajustamento e agregação das componentes da despesa municipal em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

**Tabela 8 – Evolução do peso das despesas municipais previstas, por natureza económica – 2017 a 2021**

Unidade: %

Peso na despesa total dos municípios	2017 (*)	2018 (*)	2019 (*)	2020	2021	Variação		
						2017-2021		2020 - 2021
						Abs.	%	%
Despesas com o pessoal	29,6	29,8	26,5	29,3	28,8	-0,8	-2,8	-1,9
Aquisição de bens e serviços	26,7	25,6	24,1	25,3	23,7	-3,0	-11,3	-6,5
Juros e outros encargos	1,0	0,7	2,1	0,4	0,3	-0,6	-64,2	-16,4
Transferências correntes	8,1	7,4	6,9	8,1	7,9	-0,2	-2,2	-3,3
Subsídios correntes	1,4	1,4	2,1	2,2	2,5	1,0	71,1	9,9
Outras despesas correntes	1,1	3,0	1,4	1,5	1,2	0,1	13,2	-16,0
<b>Despesas correntes</b>	<b>67,8</b>	<b>68,0</b>	<b>63,2</b>	<b>66,9</b>	<b>64,4</b>	<b>-3,5</b>	<b>-5,1</b>	<b>-3,8</b>
Aquisição de bens de capital	23,4	24,3	29,1	26,8	30,0	6,6	28,3	11,9
Transferências e subsídios de capital	3,1	2,8	3,5	2,8	2,7	-0,5	-15,3	-5,3
Outras despesas de capital	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	-0,1	-50,0	-42,3
<b>Despesas de capital (*)</b>	<b>26,6</b>	<b>27,2</b>	<b>32,9</b>	<b>29,7</b>	<b>32,7</b>	<b>6,1</b>	<b>22,9</b>	<b>10,1</b>
<b>Despesa efetiva (*)</b>	<b>94,4</b>	<b>95,3</b>	<b>96,1</b>	<b>96,6</b>	<b>97,1</b>	<b>2,6</b>	<b>2,8</b>	<b>0,5</b>
Despesa com ativos financeiros	0,5	0,4	0,3	0,1	0,0	-0,4	-92,1	-67,0
Despesa com passivos financeiros	5,1	4,4	3,6	3,3	2,9	-2,2	-42,9	-11,6
<b>Despesa não efetiva (*)</b>	<b>5,6</b>	<b>4,7</b>	<b>3,9</b>	<b>3,4</b>	<b>2,9</b>	<b>-2,6</b>	<b>-47,1</b>	<b>-13,5</b>
<b>Despesa total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>			

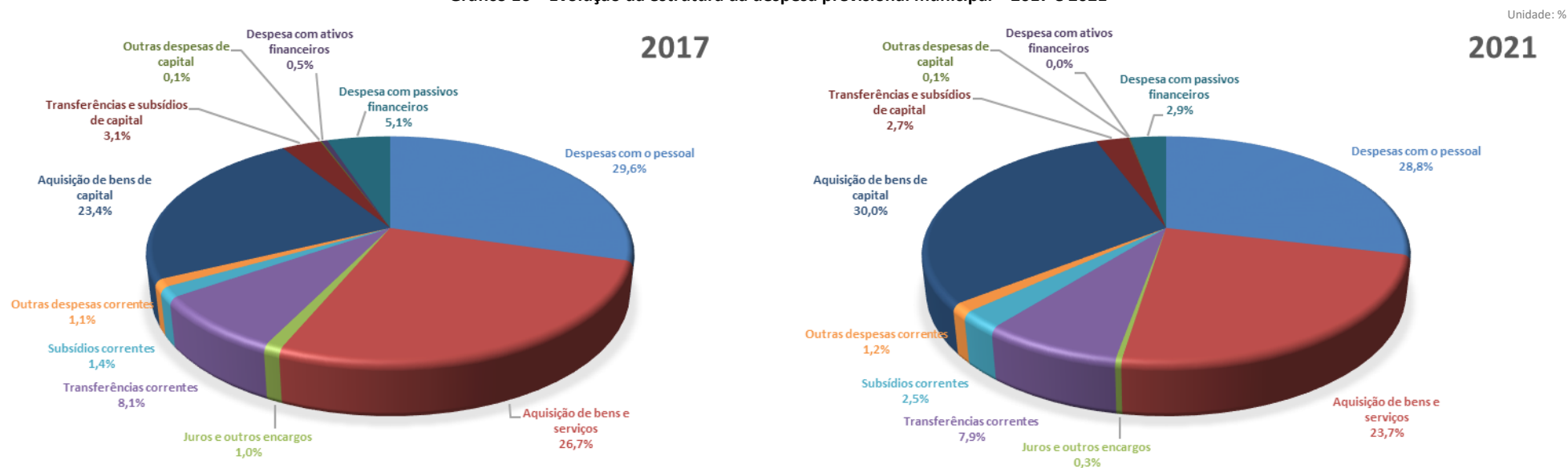
(\*) Reajustamento e agregação das componentes da despesa municipal em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Analisando a evolução do peso dos principais agregados de despesas municipais, entre 2017 e 2021, destaca-se:

- A subida genérica no peso previsto para a aquisição de bens de capital, de 23,4% para 30,0%, reforçando-se o peso do investimento direto, ultrapassando em 2019 e em 2021 o peso previsto para as despesas com o pessoal;
- A previsão de subidas e descidas alternadas no peso das despesas com o pessoal, a rondar entre um peso de 26,5% em 2019 (o peso mais baixo previsto nos últimos 5 anos) e o peso de 29,8% em 2018, sendo que em 2021 se estima um peso deste agregado em 28,8%;

- A descida genérica no peso das despesas com a aquisição de bens e serviços, sendo 26,7% em 2017 e de 23,7% em 2021;
- A descida genérica do peso das transferências correntes cedidas, peso mais baixo ocorrido em 2019 (6,9%), prevendo-se atingir um peso de 7,9% em 2021; se às transferências adicionarmos os subsídios atribuídos a tendência revela-se de acréscimo, evoluindo dos 9,5% para os 10,4%, entre 2017 e 2021;
- Tendência genérica de descida na projeção dos encargos com o serviço da dívida, evoluindo de um peso de 6,1% em 2017 para 3,2% em 2021.

Gráfico 16 – Evolução da estrutura da despesa previsual municipal – 2017 e 2021



Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 e 2021 dos municípios da RLVT.

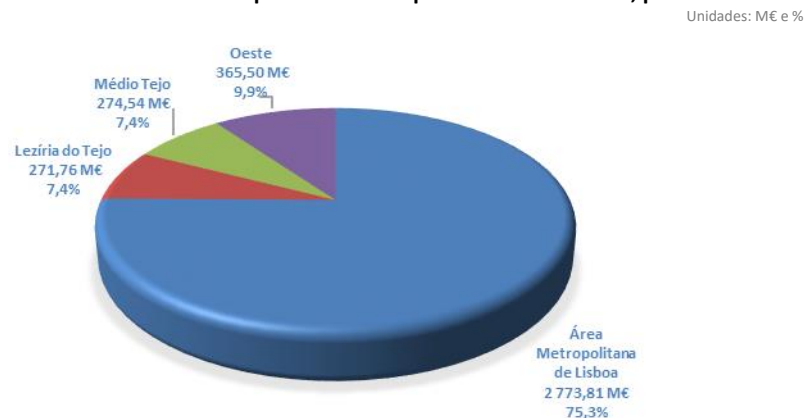


## 1.2.3 DESPESA PREVISIONAL MUNICIPAL – 2021

As despesas municipais estimadas para o ano de 2021 rondam os 3.685,62 M€, sendo que ¾ (75,3%) estão previstas ser gastas pelos municípios da AML, tal como se tem verificado ao nível da execução orçamental.

O valor de despesas municipais estimadas para 2021 na AML foi de 2.773,81 M€, sendo de 365,50 M€ (9,9%) na sub-região do Oeste, 274,54 M€ (7,4%) no Médio Tejo e 271,76 M€ (7,4%) na Lezíria do Tejo.

Gráfico 17 – Previsão inicial da despesa nos municípios da RLVT em 2021, por NUTS III



Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios da RLVT.

As principais aplicações de despesa municipal na RLVT para 2021 incidem sobre o investimento, sendo que a aquisição de bens de capital regista, em termos de previsão, um peso de 30,0%, atingindo os 32,7% se for também considerado o investimento indireto, através das transferências de capital.

Seguem-se as despesas de pessoal e as despesas com a aquisição de bens e serviços, projetando-se um peso de 28,8% e de 23,7%, respetivamente.

O peso previsto para as despesas em transferências e subsídios correntes junto de outras entidades ronda os 10,4%, na RLVT, em 2021.

Já a projeção para o serviço de dívida, correspondente ao peso conjunto dos juros e outros encargos com o dos passivos financeiros, atinge os 3,2%.

Cada sub-região apresenta situações distintas na previsão dos principais agregados de despesas:

- Na AML as despesas com maior peso no total prevê-se ser as de pessoal (peso de 29,4%);
- No Oeste (33,7%), no Médio Tejo (38,5%) e na Lezíria do Tejo (35,2%), projeta-se um peso com a aquisição de bens de capital superior ao das despesas previstas com o pessoal;
- O peso na aquisição de bens e serviços no total das despesas previstas para 2021 é de 24,0% na AML, 23,2% no Oeste, 22,3% no Médio Tejo e 22,0% na Lezíria do Tejo;
- O peso dos passivos financeiros nas respetivas despesas totais previsto para o Médio Tejo (4,1%) e para a Lezíria do Tejo (3,8%) ultrapassa o peso regional (2,9%).

Tabela 9 – Composição das despesas municipais previsionais, por NUTS III, 2021

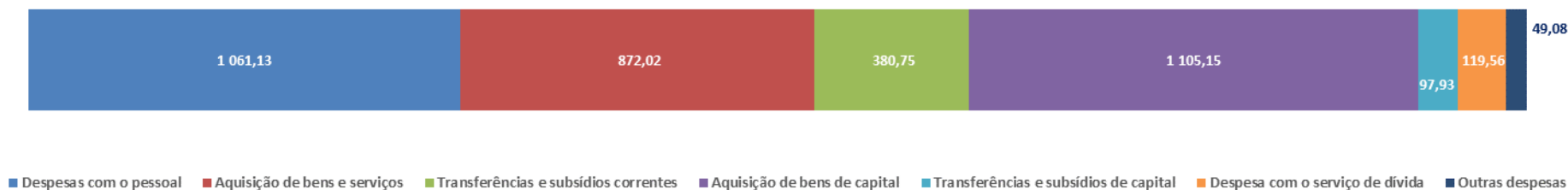
Unidades: M€ e %

Despesas municipais previstas	AML		Lezíria do Tejo		Médio Tejo		Oeste		RLVT	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
Despesas com o pessoal	814,76	29,4	74,72	27,5	70,72	25,8	100,93	27,6	1 061,13	28,8
Aquisição de bens e serviços	666,10	24,0	59,91	22,0	61,14	22,3	84,87	23,2	872,02	23,7
Juros e outros encargos	7,51	0,3	1,70	0,6	0,99	0,4	2,51	0,7	12,71	0,3
Transferências correntes	226,55	8,2	18,14	6,7	17,20	6,3	28,36	7,8	290,25	7,9
Subsídios correntes	87,56	3,2	1,23	0,5	0,14	0,0	1,58	0,4	90,51	2,5
Outras despesas correntes	36,49	1,3	1,78	0,7	2,19	0,8	5,19	1,4	45,64	1,2
<b>Despesas correntes</b>	<b>1 838,96</b>	<b>66,3</b>	<b>157,48</b>	<b>57,9</b>	<b>152,37</b>	<b>55,5</b>	<b>223,44</b>	<b>61,1</b>	<b>2 372,25</b>	<b>64,4</b>
Aquisição de bens de capital	780,53	28,1	95,68	35,2	105,61	38,5	123,32	33,7	1 105,15	30,0
Transferências e subsídios de capital	77,04	2,8	7,85	2,9	4,96	1,8	8,08	2,2	97,93	2,7
Outras despesas de capital	0,35	0,0	0,36	0,1	0,10	0,0	1,24	0,3	2,05	0,1
<b>Despesas de capital</b>	<b>857,93</b>	<b>30,9</b>	<b>103,89</b>	<b>38,2</b>	<b>110,66</b>	<b>40,3</b>	<b>132,64</b>	<b>36,3</b>	<b>1 205,13</b>	<b>32,7</b>
<b>Despesa efetiva</b>	<b>2 696,89</b>	<b>97,2</b>	<b>261,38</b>	<b>96,2</b>	<b>263,03</b>	<b>95,8</b>	<b>356,08</b>	<b>97,4</b>	<b>3 577,38</b>	<b>97,1</b>
Despesa com ativos financeiros	0,90	0,0	0,11	0,0	0,24	0,1	0,14	0,0	1,39	0,0
Despesa com passivos financeiros	76,03	2,7	10,27	3,8	11,27	4,1	9,28	2,5	106,85	2,9
<b>Despesa não efetiva</b>	<b>76,92</b>	<b>2,8</b>	<b>10,38</b>	<b>3,8</b>	<b>11,51</b>	<b>4,2</b>	<b>9,43</b>	<b>2,6</b>	<b>108,24</b>	<b>2,9</b>
<b>Despesa total</b>	<b>2 773,81</b>	<b>100</b>	<b>271,76</b>	<b>100</b>	<b>274,54</b>	<b>100</b>	<b>365,50</b>	<b>100</b>	<b>3 685,62</b>	<b>100</b>

Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios da RLVT.

Gráfico 18 – Estrutura da despesa previsional municipal, RLVT – 2021

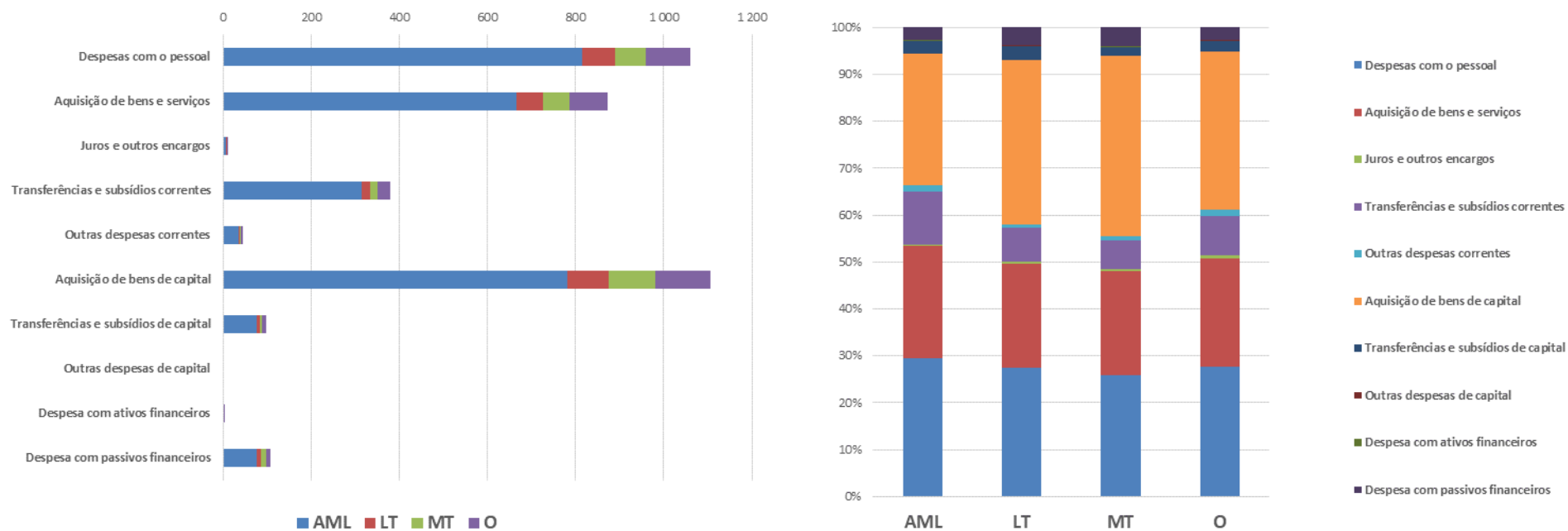
Unidade: M€



Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios da RLVT.

Gráfico 19 – Estrutura da despesa previsional municipal, por NUTS III – 2021

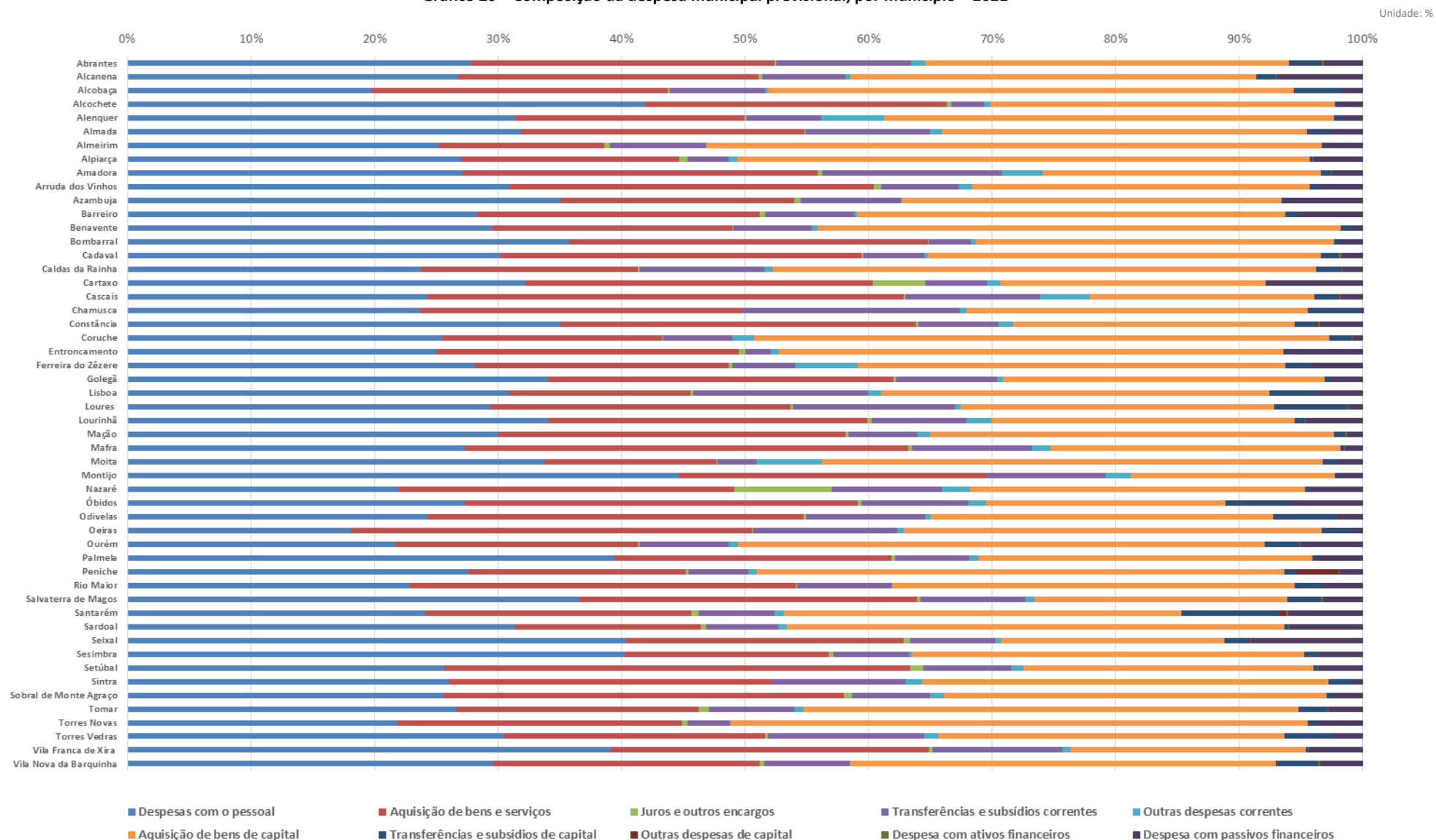
Unidade: M€ e %



Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios da RLVT.

O gráfico e tabela seguintes evidenciam heterogeneidade no montante e composição das despesas municipais previsionais, muito reveladora de situações distintas que caracterizam a administração e gestão financeira local na RLVT.

**Gráfico 20 – Composição da despesa municipal previsional, por município – 2021**



Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios da RLVT.

Tabela 10 – Despesa municipal previsional por município – 2021

Unidade: €

Municípios	Despesas com o pessoal	Aquisição de bens e serviços	Juros e outros encargos	Transferências e subsídios correntes	Outras despesas correntes	Aquisição de bens de capital	Transferências e subsídios de capital	Outras despesas de capital	Despesa com ativos financeiros	Despesa com passivos financeiros	Despesa total
Abrantes	10 977 810	9 680 608	37 752	4 315 761	439 650	11 609 711	981 386	81 100	48 100	1 243 122	39 415 000
Alcanena	5 322 150	4 841 409	64 290	1 330 063	81 578	6 540 170	302 306		14 062	1 385 770	19 881 798
Alcobaça	10 861 000	13 183 670	101 000	4 241 000	110 000	23 415 500	2 125 000			920 100	54 957 270
Alcochete	8 112 208	4 715 859	64 345	525 256	102 101	5 390 739	50 100			375 616	19 336 224
Alenquer	12 001 165	7 083 315	51 528	2 306 617	1 956 586	13 907 208	187 358			684 301	38 178 078
Almada	40 786 142	29 377 991	157 533	12 893 886	1 204 346	37 898 084	2 566 616			3 161 140	128 045 738
Almeirim	5 727 338	3 038 759	100 820	1 771 220	8 637	11 320 716	2 000		1	738 465	22 707 956
Alpiarça	3 637 692	2 372 925	86 913	453 370	88 050	6 236 030	33 880		11 040	535 000	13 454 900
Amadora	28 256 835	29 867 560	381 919	15 141 394	3 481 774	23 396 898	869 479	5 031	64 909	2 580 945	104 046 744
Arruda dos Vinhos	4 902 008	4 683 668	95 940	997 204	169 500	4 338 451	145 184	1	5 600	529 444	15 867 000
Azambuja	8 094 130	4 373 476	115 399	1 878 155	11 900	7 112 040	54 220	0		1 457 680	23 097 000
Barreiro	18 045 900	14 543 175	305 700	4 589 355	112 100	22 123 010	667 675	20 000		3 285 100	63 692 015
Benavente	8 517 888	5 627 560	21 000	1 852 275	112 002	12 239 426	307 500	10 005		198 216	28 885 872
Bombarral	4 571 020	3 708 200	13 320	432 700	48 050	3 701 895	68 900	500		230 415	12 775 000
Cadaval	4 398 267	4 255 205	24 500	712 151	38 503	4 634 302	213 740		27 572	250 000	14 554 240
Caldas da Rainha	9 502 776	7 025 396	46 825	4 033 314	278 607	17 589 377	817 196		20 000	656 109	39 969 600
Cartaxo	6 775 223	5 915 802	883 471	1 043 309	229 207	4 520 838	15 635		15	1 633 409	21 016 909
Cascais	55 550 000	88 354 471	397 116	24 981 915	9 186 514	41 539 515	4 617 316	28 279	332 731	4 007 163	228 995 020
Chamusca	3 379 246	3 709 334	6 270	2 506 338	81 234	3 933 671	627 934	8 152		5	14 252 184
Constância	2 604 694	2 140 869	12 600	477 665	90 344	1 696 052	129 330	14 537	9 139	255 750	7 430 980
Coruche	8 329 138	5 810 318	23 000	1 824 696	563 600	15 209 503	594 301		15 802	262 000	32 632 358
Entroncamento	5 852 795	5 718 275	126 050	477 588	138 851	9 555 613	62 778	1	8 864	1 420 500	23 361 315
Ferreira do Zêzere	2 779 529	2 026 016	29 210	504 501	497 191	3 420 034	204 108			415 000	9 875 589
Golegã	3 078 990	2 529 120	20 500	739 872	37 180	2 357 520	44 520		100	231 820	9 039 622
Lisboa	277 895 588	131 981 292	2 376 446	127 357 060	9 822 516	282 761 472	36 238 006	5 000		31 533 566	899 970 946
Loures	51 868 000	43 068 645	390 598	23 162 911	733 300	44 965 860	10 579 384	0	156 318	1 881 641	176 806 657
Lourinhã	10 472 951	7 963 924	104 100	2 359 873	638 084	7 558 894	245 300	1 000	23 752	1 410 000	30 777 878
Mação	4 116 224	3 859 300	28 988	771 129	129 169	4 488 723	123 001	200	24 200	170 000	13 710 934
Mafra	18 484 746	24 097 060	225 425	6 529 215	1 026 085	15 791 550	247 400	5	50 000	928 005	67 379 491
Moita	14 573 557	6 007 036	32 776	1 374 740	2 265 467	17 479 747	571 910			819 730	43 124 962
Montijo	17 691 395	9 807 936	20 235	3 832 962	809 780	6 519 913	73 974		5 000	818 894	39 580 089
Nazaré	4 743 012	5 887 000	1 690 908	1 937 172	501 001	5 862 166	41 006		1	961 003	21 623 269
Óbidos	5 280 830	6 155 386	67 053	1 665 763	279 500	3 747 598	1 027 270	100	4 490	1 122 814	19 350 804
Odivelas	31 016 650	38 935 567	317 978	12 279 066	571 599	35 419 087	6 784 165	183 688		2 248 000	127 755 800
Oeiras	34 374 806	61 734 878	124 210	22 124 257	952 000	64 438 371	4 827 313	1 000	1 000	1 368 553	189 946 388
Ourém	10 559 400	9 553 450	73 100	3 510 900	344 250	20 746 950	1 376 400	200	52 450	2 434 500	48 651 600
Palmela	21 618 561	12 252 551	192 379	3 275 619	394 100	14 813 902	293 069			1 936 514	54 776 695
Peniche	9 993 240	6 344 190	80 330	1 740 040	262 110	15 438 360	345 560	1 239 900	25 400	664 820	36 133 950
Rio Maior	6 434 463	8 801 396	26 602	2 159 681	18 531	9 168 934	668 521	2 927		873 366	28 154 421
Salvaterra de Magos	5 267 717	3 943 711	42 550	1 218 500	111 300	2 954 158	389 118	10	20 000	466 500	14 413 564
Santarém	15 475 330	13 789 210	375 540	3 928 095	516 264	20 631 545	5 110 897	339 572	61 535	3 877 111	64 105 099
Sardoal	3 786 622	1 808 769	51 465	703 454	88 957	4 850 432	37 781		9 726	717 912	12 055 118
Seixal	40 983 719	22 814 006	558 757	6 951 924	479 802	18 351 178	2 048 000	14 000	129 363	9 169 251	101 500 000
Sesimbra	23 697 240	9 716 952	217 029	3 611 350	157 480	18 670 550	675 650	900	1 210	2 096 860	58 845 221
Setúbal	35 763 800	52 618 400	1 483 000	9 947 300	1 364 700	32 800 100	437 800	1 000	105 000	4 971 400	139 492 500
Sintra	65 973 100	66 401 500	16 000	27 401 500	3 374 000	83 527 300	5 342 600	90 000		1 500 000	253 626 000
Sobral Monte Agraço	3 150 427	3 991 805	85 684	775 406	139 767	3 811 971	83 751	200	5 675	274 001	12 318 687
Tomar	11 046 994	8 153 275	330 500	2 878 137	320 100	16 622 564	954 008	1 000	50 922	1 142 500	41 500 000
Torres Novas	10 484 084	11 031 383	195 244	1 624 260	48 295	22 369 871	419 682	100	1 500	1 715 632	47 890 050
Torres Vedras	21 051 830	14 592 575	145 293	8 740 285	764 850	19 313 155	2 779 254	1	29 480	1 580 197	68 996 920
Vila Franca de Xira	30 071 436	19 801 105	247 325	8 123 964	451 200	14 647 295	153 500	1 000	51 517	3 342 701	76 891 043
Vila Nova Barquinha	3 189 700	2 326 620	40 000	739 277	9 000	3 709 435	367 010		20 233	370 000	10 771 275
<b>Despesa total RLVT</b>	<b>1 061 129 365</b>	<b>872 021 903</b>	<b>12 706 516</b>	<b>380 753 445</b>	<b>45 640 712</b>	<b>1 105 147 384</b>	<b>97 929 792</b>	<b>2 049 409</b>	<b>1 386 707</b>	<b>106 852 541</b>	<b>3 685 617 772</b>

Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios da RLVT.

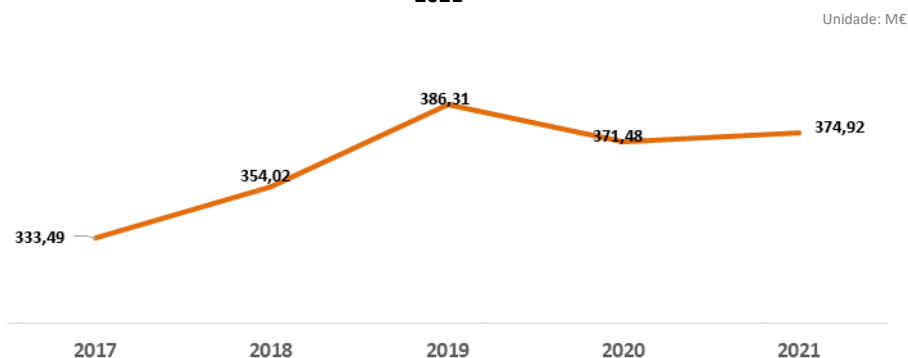
## CAPÍTULO II. FINANÇAS - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS RLVT

### 2.1 RECEITA PREVISIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

#### 2.1.1 EVOLUÇÃO DA RECEITA PREVISIONAL – 2017 A 2021

No período em análise, na RLVT, a receita prevista pelos serviços municipalizados nos seus orçamentos iniciais evoluiu de 333,49 M€, em 2017, para 374,92 M€, em 2021, refletindo um acréscimo previsional em +41,43 M€ (+12,4%).

**Gráfico 21 – Evolução do total de receita prevista pelos serviços municipalizados – 2017 a 2021**



Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

A variação anual evidencia acréscimos sucessivos das receitas previsionais dos municípios da RLVT, à exceção do ano de 2020, ou seja, +6,2% (2018), +9,1% (2019), -3,8% (2020) e +0,9% (2021).

**Tabela 11 – Evolução da receita previsional dos serviços municipalizados, por NUTS III – 2017 a 2021**

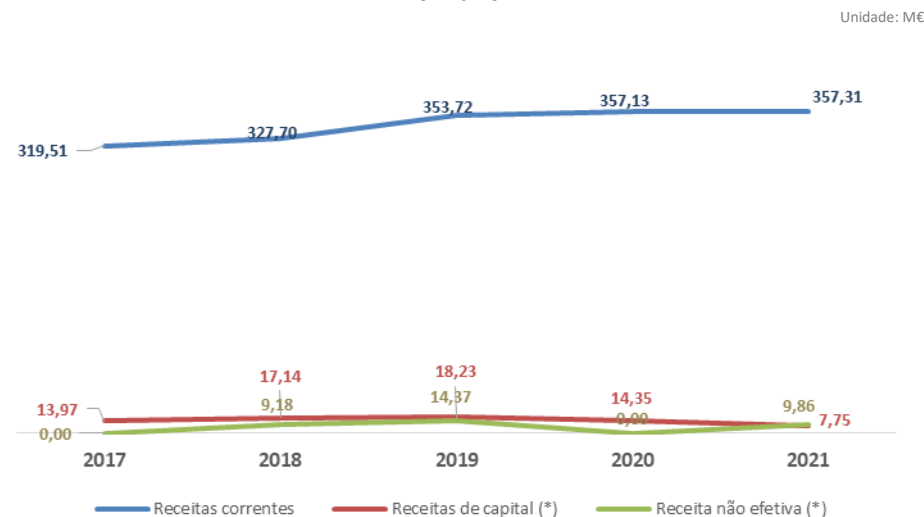
NUTS III	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						Unidade: M€	
						2017-2021	2020-2021
AML	273,12	283,99	317,19	310,92	316,01	15,7	1,6
Lezíria do Tejo							
Médio Tejo	12,15	17,36	15,43	5,53	5,93	-51,2	7,3
Oeste	48,21	52,67	53,69	55,04	52,99	9,9	-3,7
<b>RLVT</b>	<b>333,49</b>	<b>354,02</b>	<b>386,31</b>	<b>371,48</b>	<b>374,92</b>	<b>12,4</b>	<b>0,9</b>

Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

Numa abordagem sub-regional o crescimento projetado para as receitas previsionais regionais foi influenciado pela AML (+15,7%) e pelo Oeste (+9,9%), entre 2017 e 2021, embora não de forma contínua ao longo dos anos, sendo que no Médio Tejo as receitas previstas para 2021 foram -51,2 % menores que as previstas para 2017, essencialmente devido à diminuição das receitas previstas na venda de bens e serviços.

Atente-se também que na Lezíria do Tejo não se encontra institucionalizado nenhum serviço municipalizado.

**Gráfico 22 – Evolução da receita efetiva e não efetiva prevista pelos serviços municipalizados – 2017 a 2021**



(\*) Reajustamento e agregação das componentes da receita dos serviços municipalizados 2017, 2018 e 2019 em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

Analisando a evolução dos grandes agregados de receita releve-se o crescimento anual contínuo evidenciado pelas receitas correntes previsionais e o ciclo de subidas anuais até 2019 e descidas até 2021, revelado na previsão das receitas de capital.

Já para a receita não efetiva, destaque para as previsões de passivos financeiros em 2019, essencialmente por conta das projeções apresentadas pelos Transportes Coletivos do Barreiro. As previsões do Saldo de Gerência Anterior foram significativas em 2018, registros apresentados pelos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas e em 2021, por conta dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas e ainda dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada.

**Tabela 12 – Evolução das receitas previstas pelos serviços municipalizados – 2017 a 2021**

Unidade: M€

Receitas serviços municipalizados	2017 (*)	2018 (*)	2019 (*)	2020	2021	Variação		
						2017-2021		2020 - 2021
						Abs.	%	%
Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	0,0
Impostos indiretos	0,01	0,01	0,01	0,02	0,00	-0,01	-100,0	-100,0
Taxas, multas e outras penalidades	7,61	7,88	9,43	9,48	9,80	2,19	28,8	3,3
Rendimentos da propriedade	0,56	0,44	0,40	0,34	0,30	-0,26	-46,4	-11,6
Transferências e subsídios correntes	1,17	1,27	0,61	1,18	2,15	0,98	84,3	81,5
Venda de bens e serviços	304,94	312,21	335,03	335,90	340,50	35,56	11,7	1,4
Outras receitas correntes	5,23	5,89	8,24	10,22	4,57	-0,66	-12,7	-55,3
<b>Receitas correntes</b>	<b>319,51</b>	<b>327,70</b>	<b>353,72</b>	<b>357,13</b>	<b>357,31</b>	<b>37,80</b>	<b>11,8</b>	<b>0,0</b>
Venda de bens investimento	0,41	0,42	0,37	0,23	0,14	-0,27	-66,1	-40,9
Transferências e subsídios de capital	13,32	16,47	17,78	13,93	7,50	-5,82	-43,7	-46,2
Outras receitas de capital	0,19	0,19	0,01	0,02	0,01	-0,18	-95,7	-50,7
Reposições não abatidas pagamentos	0,06	0,06	0,07	0,17	0,10	0,05	87,0	-38,4
<b>Receitas de capital (*)</b>	<b>13,97</b>	<b>17,14</b>	<b>18,23</b>	<b>14,35</b>	<b>7,75</b>	<b>-6,22</b>	<b>-44,5</b>	<b>-46,0</b>
<b>Receita efetiva (*)</b>	<b>333,48</b>	<b>344,84</b>	<b>371,94</b>	<b>371,48</b>	<b>365,06</b>	<b>31,58</b>	<b>9,5</b>	<b>-1,7</b>
Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,0	-100,0
Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	14,37	0,00	0,00	0,00	108,3	105,5
Saldo da gerência anterior – Op orç	0,00	9,17	0,00	0,00	9,86	9,86	19713916,0	6571238,7
<b>Receita não efetiva (*)</b>	<b>0,00</b>	<b>9,18</b>	<b>14,37</b>	<b>0,00</b>	<b>9,86</b>	<b>9,86</b>	<b>833317,2</b>	<b>759478,3</b>
<b>Receita total</b>	<b>333,49</b>	<b>354,02</b>	<b>386,31</b>	<b>371,48</b>	<b>374,92</b>	<b>41,43</b>	<b>12,4</b>	<b>0,9</b>

(\*) Reajustamento e agregação das componentes da receita dos serviços municipalizados 2017, 2018 e 2019 em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

As receitas correntes projetadas evidenciam um aumento em +11,8%, entre 2017 e 2021, refletindo uma expectativa de aumento de receitas em +37,80 M€, decorrente essencialmente:

- Aumento contínuo previsto para a venda de bens e serviços;
- Subida contínua prevista para as taxas, multas e outras penalidades.

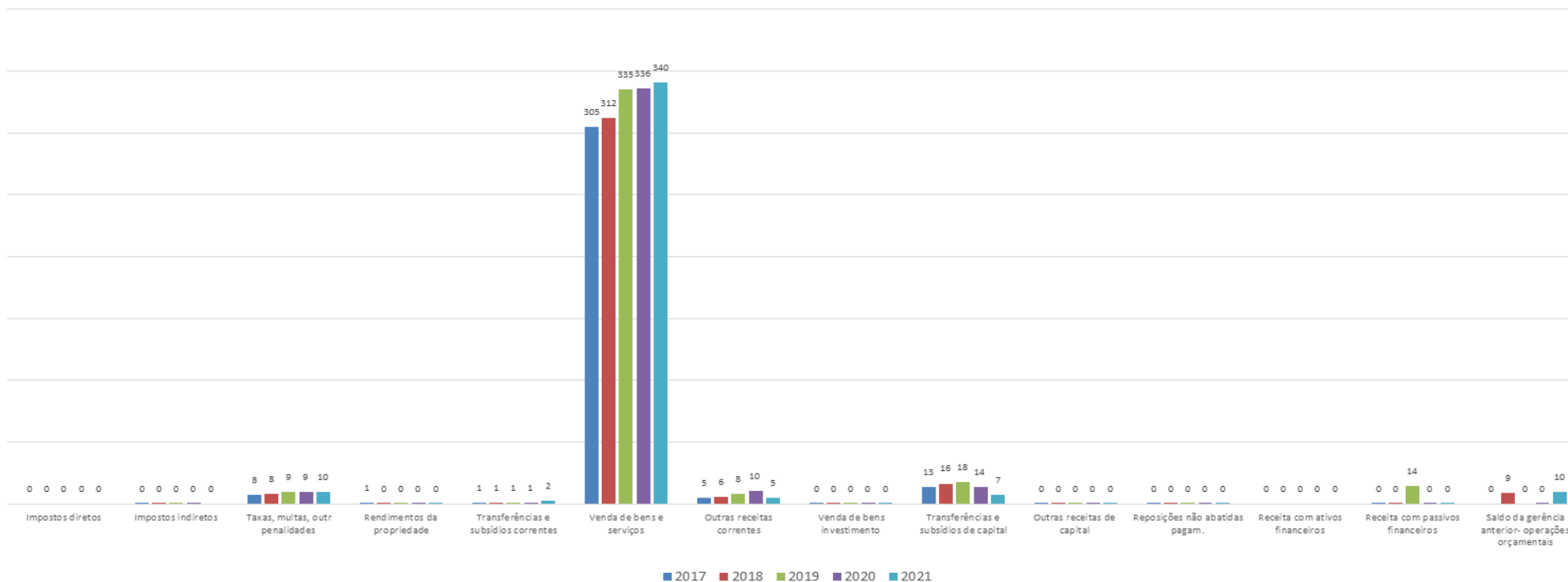
Já as receitas de capital projetadas evidenciam uma descida em -44,5%, entre 2017 e 2021, refletindo uma expectativa de queda de receitas em -6,22 M€. Esta evolução foi suportada, essencialmente:

- Tendência irregular mas predominantemente em descida da estimativa realizada para as transferências de capital e subsídios previstos receber, refletindo aumentos até 2019, mas descendo significativamente nos anos seguintes, sendo que 2021 aponta registros previsionais em -5,82 M€ (-43,7%) face a 2017.

Relativamente à previsão para a receita não efetiva evidencia-se também crescimento significativo, não se tendo projetado receitas significativas para 2017 e sim para 2018. Já em 2021, a projeção de receitas relativas ao saldo da gerência anterior, como referido anteriormente, fez disparar, de novo, a receita não efetiva.

**Gráfico 23 – Evolução das receitas previstas pelos serviços municipalizados, por rubrica – 2017 a 2021**

Unidade: M€



Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos serviços municipalizados da RLVT

Comparando as previsões efetuadas pelos serviços municipalizados para 2021, face ao ano transato, na RLVT, verifica-se que a receita corrente se mantém em valores semelhantes aos de 2020. A subida prevista para a venda de bens e serviços (+4,6 M€) e para as transferências e subsídios correntes (+0,97 M€) foi anulada pela descida na previsão das outras receitas correntes (-5,65 M€), prevendo-se, por outro lado, uma descida em -46,0% para as receitas de capital (descida prevista para as transferências e subsídios de capital a receber), resultando numa descida prevista para a receita efetiva em -1,7%.

Assim o ligeiro aumento em 2021 (+0,9%) face às projeções efetuadas para o ano anterior, nas receitas previsionais totais, justificaram-se, no caso dos serviços municipalizados, por conta do acréscimo significativo nas previsões do saldo da gerência anterior, receita não efetiva.

## 2.1.2 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA PREVISIONAL – 2017 A 2021

Na desagregação entre a previsão de receitas correntes, receitas de capital e receitas não efetivas predominam, nos vários exercícios analisados, as receitas previstas com a natureza de receitas correntes.

Da análise à estrutura da receita previsional dos serviços municipalizados, no universo da RLVT, no conjunto dos exercícios financeiros que vão de 2017 a 2021, salienta-se o seguinte:

- Um peso das receitas correntes nas receitas totais que ultrapassa os 90%, entre 91,6% referente a 2019 e os 96,1% projetados para 2020, peso significativo muito decorrente da fatia projetada para a venda de bens e serviços, receita dominante em todos os serviços municipalizados;
- Tendência decrescente na receita de capital prevista, já de si quase residual, peso de 4,2% e de 2,1% no total das receitas, respectivamente em 2017 e 2021, destacando-se a descida nas transferências e subsídios de capital previstos receber;
- Tendência irregular do peso da receita não efetiva, nulo em 2017 e 2020, sendo de 2,6% em 2018 (justificado pelo saldo da gerência anterior), de 3,7% em 2019 (por conta receita prevista obter com passivos financeiros) e de 2,6% em 2021, resultante do peso das receitas com o saldo da gerência anterior.

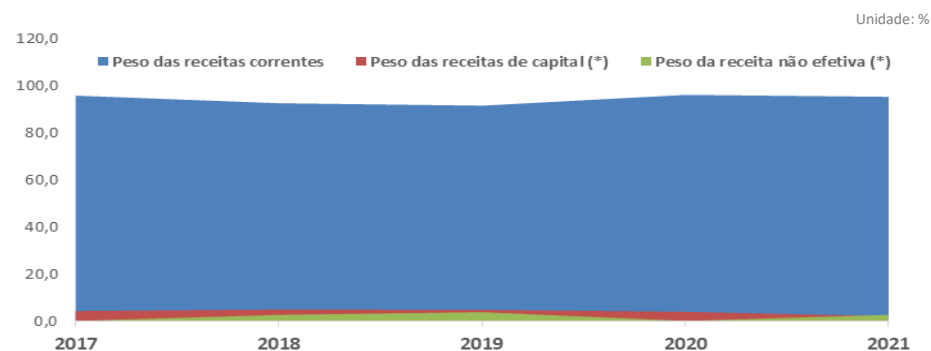
**Tabela 13 – Evolução do peso das receitas previstas pelos serviços municipalizados, por natureza econômica – 2017 a 2021**

Unidade: %

Peso na receita total dos serviços municipalizados	2017 (*)	2018 (*)	2019 (*)	2020	2021	Variação		
						2017-2021		2020 - 2021
						Abs.	%	%
Impostos diretos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Impostos indiretos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Taxas, multas e outras penalidades	2,3	2,2	2,4	2,6	2,6	0,3	14,5	2,4
Rendimentos da propriedade	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	-0,1	-52,4	-12,4
Transferências e subsídios correntes	0,3	0,4	0,2	0,3	0,6	0,2	63,9	79,9
Venda de bens e serviços	91,4	88,2	86,7	90,4	90,8	-0,6	-0,7	0,4
Outras receitas correntes	1,6	1,7	2,1	2,8	1,2	-0,4	-22,3	-55,7
<b>Receitas correntes</b>	<b>95,8</b>	<b>92,6</b>	<b>91,6</b>	<b>96,1</b>	<b>95,3</b>	<b>-0,5</b>	<b>-0,5</b>	<b>-0,9</b>
Venda de bens investimento	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	-0,1	-69,8	-41,4
Transferências e subsídios de capital	4,0	4,7	4,6	3,7	2,0	-2,0	-49,9	-46,7
Outras receitas de capital	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	-0,1	-96,1	-51,1
Reposições não abatidas pagamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
<b>Receitas de capital (*)</b>	<b>4,2</b>	<b>4,8</b>	<b>4,7</b>	<b>3,9</b>	<b>2,1</b>	<b>-2,1</b>	<b>-50,7</b>	<b>-46,5</b>
<b>Receita efetiva (*)</b>	<b>100,0</b>	<b>97,4</b>	<b>96,3</b>	<b>100,0</b>	<b>97,4</b>	<b>-2,6</b>	<b>-2,6</b>	<b>-2,6</b>
Receita com ativos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Receita com passivos financeiros	0,0	0,0	3,7	0,0	0,0			
Saldo da gerência anterior – Op orç	0,0	2,6	0,0	0,0	2,6	2,6	17535251,2	6511045,0
<b>Receita não efetiva (*)</b>	<b>0,0</b>	<b>2,6</b>	<b>3,7</b>	<b>0,0</b>	<b>2,6</b>	<b>2,6</b>	<b>741213,4</b>	<b>752520,5</b>
<b>Receita total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>			

(\*) Reajustamento e agregação das componentes da receita dos serviços municipalizados 2017, 2018 e 2019 em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

**Gráfico 24 – Evolução do peso da receita efetiva e receita não efetiva prevista – 2017 a 2021**



(\*) Reajustamento e agregação das componentes da receita dos serviços municipalizados 2017, 2018 e 2019 em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

- Em média, as receitas correntes projetadas pelos serviços municipalizados representam 94,3% do total previsto, contra 3,9% das receitas de capital, resultando num peso médio da receita efetiva de 98,2%, sendo que o peso médio, entre 2017 e 2021, das receitas não efetivas estimadas por aqueles serviços da RLVT de 1,8%.

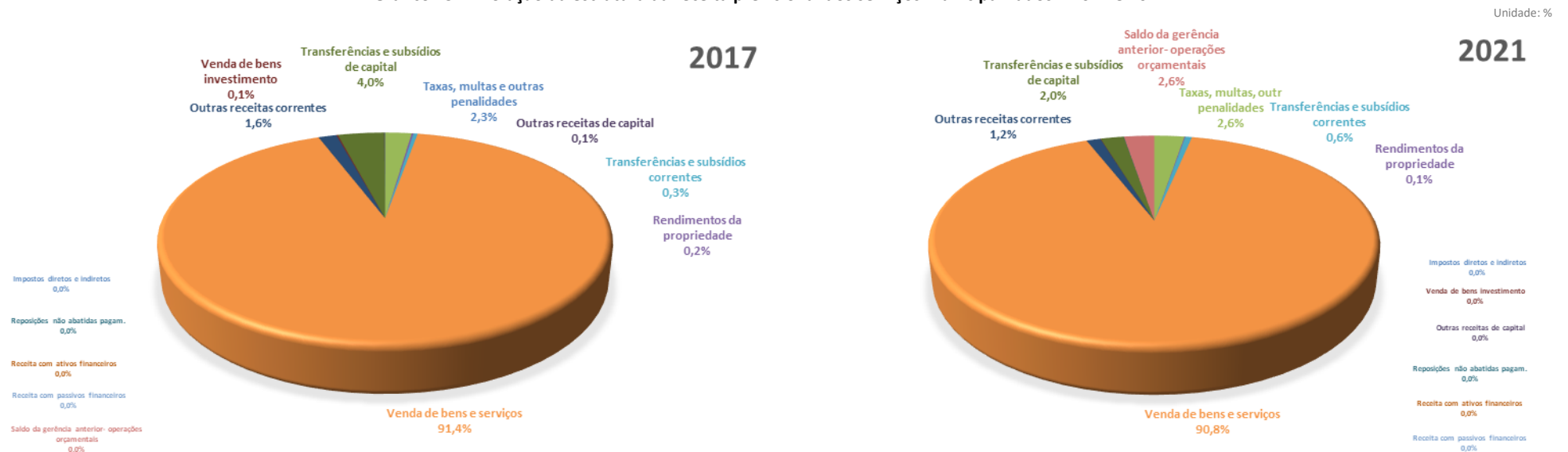


Na evolução previsional do peso dos principais agregados de receitas dos serviços municipalizados, destaca-se:

- A supremacia das receitas dos serviços municipalizados através da venda de bens e serviços, rondando entre um peso de 86,7% em 2019 (o peso mais baixo previsto nos últimos 5 anos) e o peso de 91,4% em 2017, sendo de 90,8% em 2021;
- O peso, oscilando entre os 2,2% em 2018 e os 2,6% em 2020 e 2021, por parte das taxas, multas e outras penalidades previstas;

- Evolução tendencialmente de descida no peso das transferências e subsídios de capital no total das receitas previstas – 4,0% em 2017 e 2,0% em 2021;
- Peso do recurso previsto para novos empréstimos de 3,7% em 2019, sendo nulo ou residual nos outros anos em análise;
- A opção de saldos de gerência anterior mais reforçados, pontuando com um peso de 2,6% em 2018 e em 2021.

**Gráfico 25 – Evolução da estrutura da receita previsional dos serviços municipalizados – 2017 e 2021**



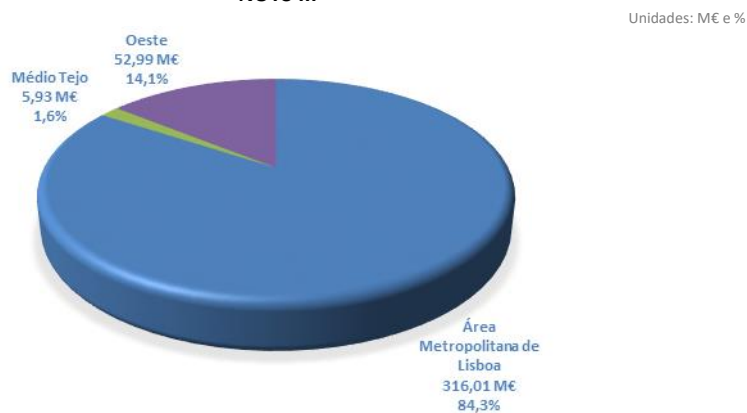
Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 e 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

## 2.1.3 RECEITA PREVISIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS – 2021

As receitas previsionais dos serviços municipalizados, na RLVT, estimadas para o ano de 2021 rondam os 374,92 M€, sendo que 84,3% estão previstas arrecadar pelos municípios da AML.

O valor de receitas estimadas para 2021 na AML é de 316,01 M€, sendo de 52,99 M€ (14,1%) na sub-região do Oeste e de 5,93 M€ (1,6%) no Médio Tejo.

**Gráfico 26 – Previsão inicial da receita nos serviços municipalizados da RLVT em 2021, por NUTS III**



Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

Em 2021, as principais origens de receita previsional dos serviços municipalizados na RLVT decorrem da venda de bens e serviços (peso de 90,8%), das taxas, multas e outras penalidades (peso de 2,6%), saldo da gerência anterior (2,6%) e das transferências e subsídios de capital (peso de 2,0%).

Cada sub-região apresentou situações distintas nos principais agregados de receitas, pese embora a fonte de origem dominante por parte da venda de bens e serviços:

- Na AML as receitas com maior peso do total das receitas, à semelhança das outras NUTS III, foram as da venda de bens e serviços, inclusive o maior peso de todas as sub-regiões, peso de 92,9%, seguindo do peso do SGA (3,1%);

- No Oeste a segunda maior fonte de receitas projeta-se estar nas taxas, multas e outras penalidades, peso de 8,3%, seguindo-se de perto o peso previsto para as transferências e subsídios de capital (8,2%);
- No Médio Tejo a segunda maior fonte de receitas prevê-se ocorrer com as transferências e subsídios de capital, peso de 9,0%, seguindo-se as taxas, multas e outras penalidades, ao assumirem um peso previsto de 4,6%;
- Como referido não existem serviços municipalizados na sub-região da Lezíria do Tejo.

**Tabela 14 – Composição das receitas previsionais dos serviços municipalizados, por NUTS III, 2021**

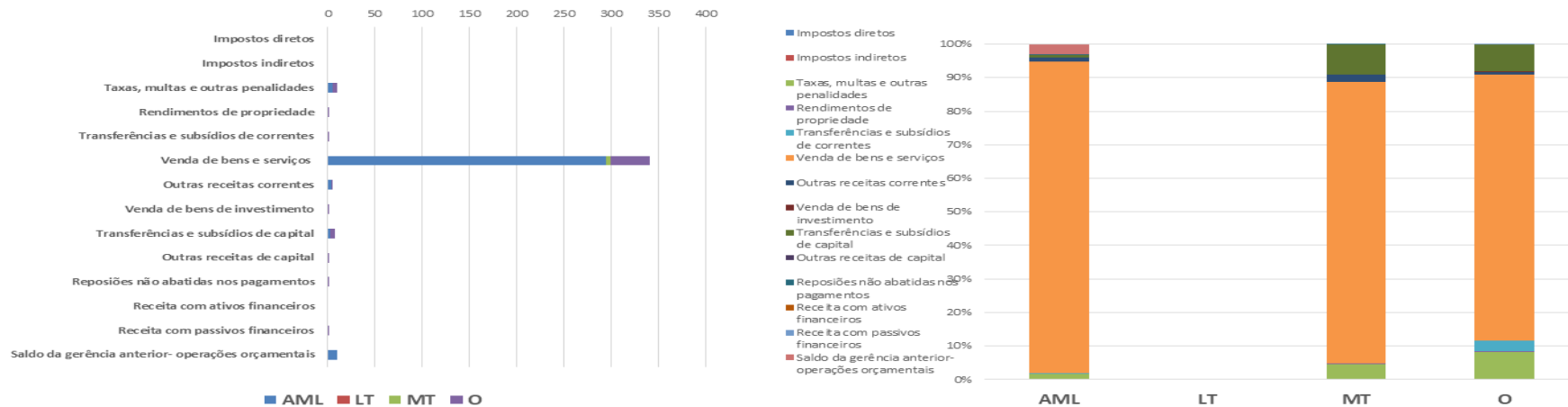
Unidades: M€ e %

Receitas serviços municipalizados	AML		Lezíria do Tejo		Médio Tejo		Oeste		RLVT	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
Impostos diretos	0,00	0,0			0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Impostos indiretos	0,00	0,0			0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Taxas, multas e outras penalidades	5,12	1,6			0,27	4,6	4,40	8,3	9,80	2,6
Rendimentos da propriedade	0,20	0,1			0,01	0,2	0,09	0,2	0,30	0,1
Transferências e subsídios correntes	0,43	0,1			0,00	0,0	1,71	3,2	2,15	0,6
Venda de bens e serviços	293,61	92,9			4,97	83,9	41,91	79,1	340,50	90,8
Outras receitas correntes	3,93	1,2			0,13	2,1	0,51	1,0	4,57	1,2
<b>Receitas correntes</b>	<b>303,30</b>	<b>96,0</b>			<b>5,38</b>	<b>90,8</b>	<b>48,62</b>	<b>91,8</b>	<b>357,31</b>	<b>95,3</b>
Venda de bens investimento	0,11	0,0			0,01	0,1	0,02	0,0	0,14	0,0
Transferências e subsídios de capital	2,63	0,8			0,54	9,0	4,33	8,2	7,50	2,0
Outras receitas de capital	0,00	0,0			0,00	0,0	0,01	0,0	0,01	0,0
Reposições não abatidas pagamentos	0,10	0,0			0,00	0,0	0,00	0,0	0,10	0,0
<b>Receitas de capital</b>	<b>2,84</b>	<b>0,9</b>			<b>0,54</b>	<b>9,2</b>	<b>4,36</b>	<b>8,2</b>	<b>7,75</b>	<b>2,1</b>
<b>Receita efetiva</b>	<b>306,15</b>	<b>96,9</b>			<b>5,93</b>	<b>100</b>	<b>52,99</b>	<b>100</b>	<b>365,06</b>	<b>97,4</b>
Receita com ativos financeiros	0,00	0,0			0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Receita com passivos financeiros	0,00	0,0			0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Saldo da gerência anterior – Op orç	9,86	3,1			0,00	0,0	0,00	0,0	9,86	2,6
<b>Receita não efetiva</b>	<b>9,86</b>	<b>3,1</b>			<b>0,00</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0</b>	<b>9,86</b>	<b>2,6</b>
<b>Receita total</b>	<b>316,01</b>	<b>100</b>			<b>5,93</b>	<b>100</b>	<b>52,99</b>	<b>100</b>	<b>374,92</b>	<b>100</b>

Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

**Gráfico 27 – Estrutura da receita previsual dos serviços municipalizados, por NUTS III – 2021**

Unidade: M€ e %



O gráfico e tabela seguintes evidenciam heterogeneidade no montante e composição das receitas previsionais, muito reveladora de situações distintas que caracterizam a administração e gestão financeira local na RLVT.

**Gráfico 28 – Composição da receita previsual, por serviços municipalizados – 2021**

Unidade: %

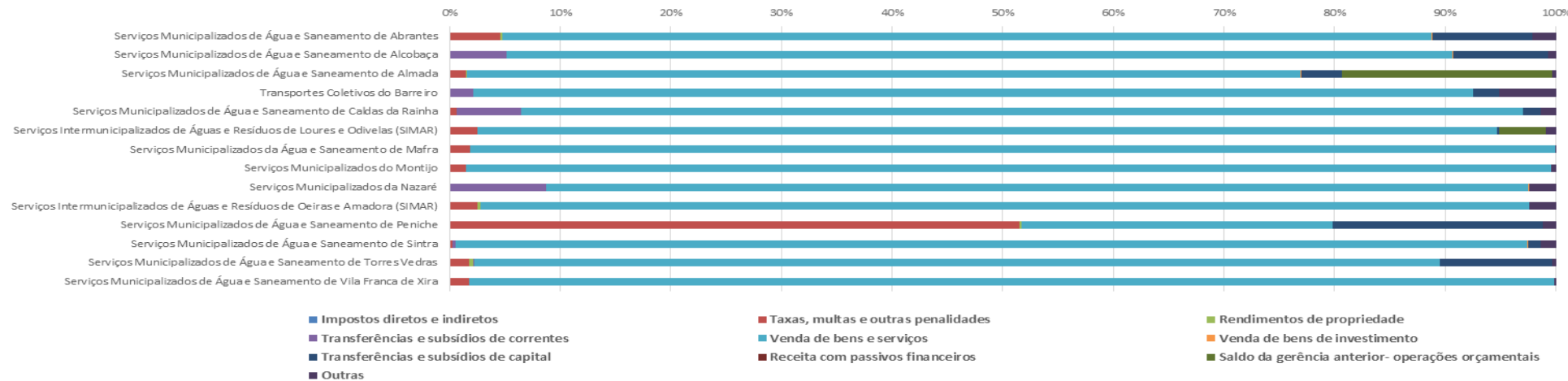


Tabela 15 – Receita previsional por serviços municipalizados – 2021

Unidade: €

Serviços Municipalizados	Impostos diretos e indiretos	Taxas, multas e outras penalidades	Rendimentos de propriedade	Transferências e subsídios de correntes	Venda de bens e serviços	Venda de bens de investimento	Transferências e subsídios de capital	Receita com passivos financeiros	Saldo da gerência anterior- operações orçamentais	Outras	Receita total
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Abrantes	0	274 500	10 000	1 000	4 973 000	5 000	535 000			127 750	5 926 250
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Alcobaça	0	4 000	1 000	503 000	8 480 000	15 000	845 000	1 000		71 000	9 920 000
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	0	494 000	15 000	1 000	25 000 000	15 000	1 225 000	1 000	6 300 000	102 000	33 153 000
Transportes Coletivos do Barreiro	0	500	900	233 100	9 893 175		251 600			564 500	10 943 775
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Caldas da Rainha	0	65 500	500	597 500	9 331 000		165 500			140 000	10 300 000
Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas	0	2 089 885	826	2	76 859 352	31 490	152 002	3	3 557 008	716 440	83 407 008
Serviços Municipalizados da Água e Saneamento de Mafra	0	307 461	10	10	16 380 309	15	15	15		1 028	16 688 863
Serviços Municipalizados do Montijo	0	97 719	100	200	6 348 789	600	2 512			24 800	6 474 720
Serviços Municipalizados da Nazaré	0	3 748	2	600 001	6 133 495	6 937	5			163 299	6 907 487
Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Oeiras e Amadora	0	1 601 300	150 000	600	59 211 200	35 450	500	300		1 490 600	62 489 950
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche	0	4 005 156	16 798	0	2 185 873		1 478 117			91 700	7 777 644
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra	0	190 000	31 000	200 000	80 430 000	27 000	1 000 000			1 101 000	82 979 000
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras	5	320 008	66 914	12 086	15 783 850	2 095	1 843 725			52 288	18 080 971
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira	0	343 047	5 380	20	19 489 421	30	20			32 533	19 870 451
<b>Receita total</b>	<b>5</b>	<b>9 796 824</b>	<b>298 430</b>	<b>2 148 519</b>	<b>340 499 464</b>	<b>138 617</b>	<b>7 498 996</b>	<b>2 318</b>	<b>9 857 008</b>	<b>4 678 938</b>	<b>374 919 119</b>

Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

## 2.2 DESPESA PREVISIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

### 2.2.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA PREVISIONAL – 2017 A 2021

Entre 2017 e 2021, na RLVT, a despesa prevista nos orçamentos iniciais dos serviços municipalizados evoluiu de 333,62 M€ para 374,89 M€, refletindo um acréscimo previsional em +41,28 M€ (+12,4%).

**Gráfico 29 – Evolução do total de despesa prevista pelos serviços municipalizados – 2017 a 2021**



Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

Ao longo do período em análise evidenciaram-se acréscimos anuais sucessivos das despesas previsionais dos serviços municipalizados da RLVT, à exceção do ano de 2020, ou seja, +6,1% (2018), +9,1% (2019), -3,8% (2020) e +0,9% (2021).

**Tabela 16 – Evolução da despesa previsional dos serviços municipalizados, por NUTS III – 2017 a 2021**

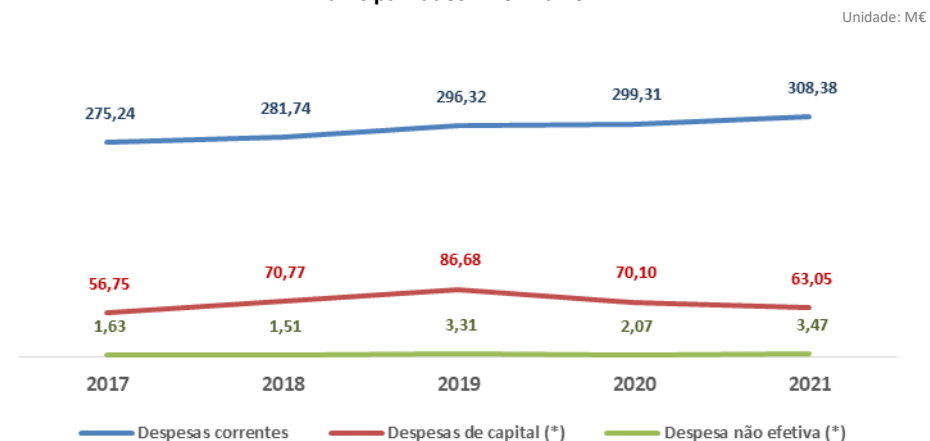
Unidade: M€

NUTS III	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2017-2021	2020-2021
AML	273,25	283,99	317,19	310,92	315,98	15,6	1,6
Lezíria do Tejo							
Médio Tejo	12,15	17,36	15,43	5,53	5,93	-51,2	7,3
Oeste	48,21	52,67	53,69	55,04	52,99	9,9	-3,7
<b>RLVT</b>	<b>333,62</b>	<b>354,02</b>	<b>386,31</b>	<b>371,48</b>	<b>374,89</b>	<b>12,4</b>	<b>0,9</b>

Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

A previsão tendencialmente crescente das despesas entre 2017 e 2021, nos serviços municipalizados, tem por base a perspetiva da sua subida na AML e no Oeste, já que os serviços do Médio Tejo projetaram descida significativa das suas despesas, designadamente através da queda prevista para os gastos na aquisição de bens e serviços.

**Gráfico 30 – Evolução da despesa efetiva e não efetiva prevista pelos serviços municipalizados – 2017 a 2021**



(\*) Reajustamento e agregação das componentes da despesa dos serviços municipalizados 2017, 2018 e 2019 em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

Analisando a evolução dos grandes agregados de despesa releve-se o crescimento anual contínuo evidenciado pelas despesas correntes previsionais.

As despesas de capital revelam uma previsão de aumento entre 2017 e 2019, descendo nos anos seguintes.

Já para a despesa não efetiva, composta pelos ativos e passivos financeiros, estimam-se descidas e subidas alternadas, terminando 2021 com uma projeção significativamente superior, em +112,9% (+1,84 M€), relativamente a 2017.

**Tabela 17 – Evolução das despesas previstas pelos serviços municipalizados – 2017 a 2021**

Unidade: M€

Despesas previsionais serviços municipalizados	2017 (*)	2018 (*)	2019 (*)	2020	2021	Variação		
						2017-2021		2020 - 2021
						Abs.	%	%
Despesas com o pessoal	78,17	80,84	86,73	90,79	92,14	13,97	17,9	1,5
Aquisição de bens e serviços	189,39	193,85	202,04	200,38	207,08	17,69	9,3	3,3
Juros e outros encargos	0,61	0,27	0,37	0,55	0,56	-0,05	-8,9	0,8
Transferências correntes	1,06	0,18	0,19	0,19	0,16	-0,90	-85,0	-16,2
Subsídios correntes	0,00	0,00	1,99	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0
Outras despesas correntes	6,01	6,59	5,00	7,40	8,45	2,43	40,5	14,1
<b>Despesas correntes</b>	<b>275,24</b>	<b>281,74</b>	<b>296,32</b>	<b>299,31</b>	<b>308,38</b>	<b>33,14</b>	<b>12,0</b>	<b>3,0</b>
Aquisição de bens de capital	56,61	70,56	86,52	66,54	62,89	6,28	11,1	-5,5
Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,15	0,15	1500100,0	499966,7
Outras despesas de capital	0,14	0,21	0,16	3,55	0,01	-0,13	-93,3	-99,7
<b>Despesas de capital (*)</b>	<b>56,75</b>	<b>70,77</b>	<b>86,68</b>	<b>70,10</b>	<b>63,05</b>	<b>6,30</b>	<b>11,1</b>	<b>-10,1</b>
<b>Despesa efetiva (*)</b>	<b>331,99</b>	<b>352,50</b>	<b>383,00</b>	<b>369,41</b>	<b>371,43</b>	<b>39,44</b>	<b>11,9</b>	<b>0,5</b>
Despesa com ativos financeiros	0,03	0,03	0,03	0,00	0,00	-0,03	-100,0	0,0
Despesa com passivos financeiros	1,60	1,48	3,28	2,07	3,47	1,87	116,6	67,2
<b>Despesa não efetiva (*)</b>	<b>1,63</b>	<b>1,51</b>	<b>3,31</b>	<b>2,07</b>	<b>3,47</b>	<b>1,84</b>	<b>112,9</b>	<b>67,2</b>
<b>Despesa total</b>	<b>333,62</b>	<b>354,02</b>	<b>386,31</b>	<b>371,48</b>	<b>374,89</b>	<b>41,28</b>	<b>12,4</b>	<b>0,9</b>

(\*) Reajustamento e agregação das componentes da despesa dos serviços municipalizados 2017, 2018 e 2019 em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

- Do aumento previsto, sempre contínuo, nas despesas com o pessoal (+17,9%, +13,97 M€);
- Da tendência predominantemente crescente da previsão para a aquisição de bens e serviços, estimando-se um aumento global em +9,3%, ou seja +17,69 M€.

Já as despesas de capital projetadas evidenciam um aumento em +11,1%, entre 2017 e 2021, refletindo uma expectativa de aumento de despesas em +6,30 M€. Esta evolução foi suportada, essencialmente:

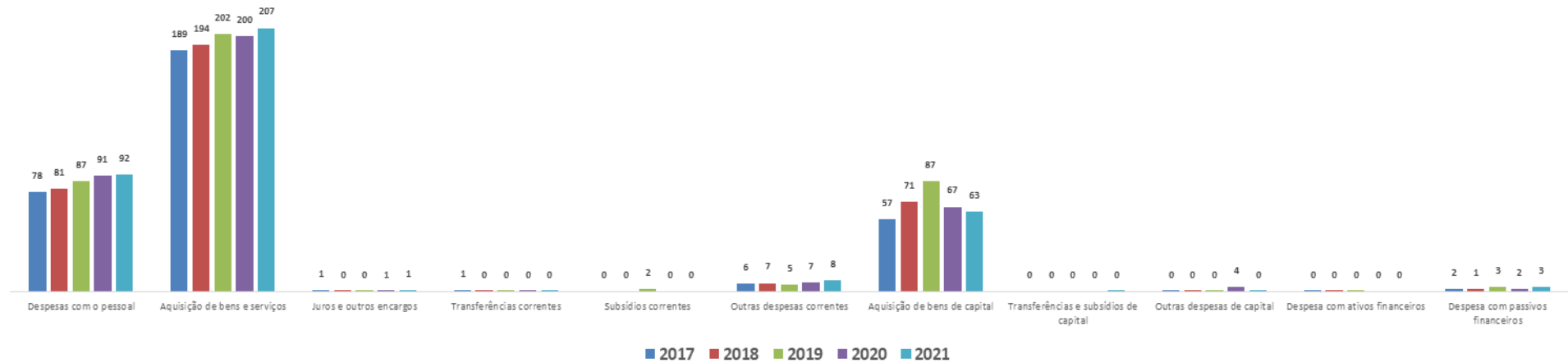
- Com a previsão efetuada para os investimentos a realizar através da aquisição de bens de capital, projetando-se subidas anuais até 2019, tendo descido até 2021 mas resultando um aumento global em +6,28 M€ (+11,1%).

O ciclo de descidas e subidas na previsão da despesa não efetiva são o resultado da dinâmica evolutiva dos passivos financeiros ao longo do período em análise, projetando-se valores a pagar com amortizações de empréstimos financeiros, que vão dos 1,60 M€ em 2017 até aos 3,47 M€ em 2021.

As despesas correntes projetadas evidenciam um aumento em +12,0%, entre 2017 e 2021, refletindo uma expectativa de aumento de despesas em +33,14 M€, decorrente essencialmente:

**Gráfico 31 – Evolução das despesas previstas pelos serviços municipalizados, por rubrica – 2017 a 2021**

Unidade: M€



Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

Considerando agora o cenário evolutivo previsto ocorrer entre 2020 e 2021, reflete uma tendência de ligeira subida nas despesas municipais (+0,9%), essencialmente devido ao acréscimo previsto para os gastos em pessoal, aquisição de bens e serviços e despesas com passivos financeiros o qual, no seu conjunto, é quase anulado pela descida prevista na aquisição de bens de capital e nas outras despesas de capital.

**Gráfico 32 – Variação da despesa prevista pelos serviços municipalizados, por natureza económica – 2020 a 2021**

Unidade: M€



Fonte: Orçamentos iniciais para 2020 e 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

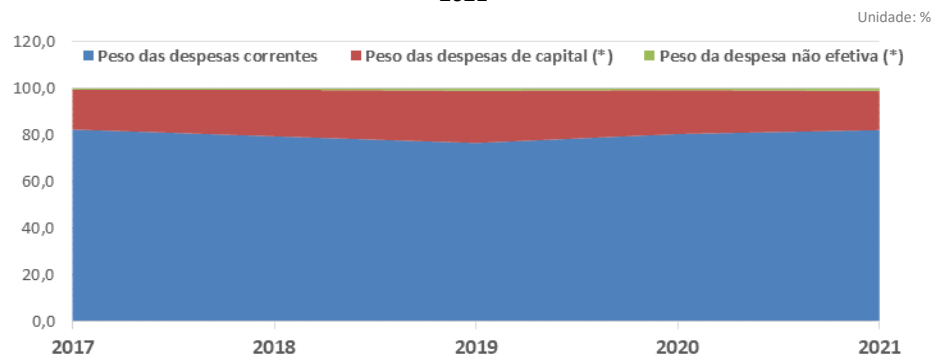
## 2.2.2 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA PREVISIONAL – 2017 A 2021

Na desagregação entre a previsão de despesas correntes, despesas de capital e despesas não efetivas predominam, ao longo do período em análise, as despesas previstas com a natureza corrente.

Da análise mais detalhada à estrutura da despesa previsional dos serviços municipalizados da RLVT, no conjunto dos exercícios financeiros que vão de 2017 a 2021, salienta-se o seguinte:

- Um peso das despesas correntes nas despesas totais de 82,5% em 2017, semelhante aos 82,3% para 2021, um pouco inferior nos anos intermédios, sobretudo devido ao peso, sempre acima dos 52%, das despesas projetadas para a aquisição de bens e serviços e do peso previsto para as despesas com o pessoal, sempre acima dos 22% relativamente ao total de despesas previstas efetuar;
- Um peso das despesas de capital nas despesas totais previstas de 17% em 2017 e de 16,8% em 2021, um pouco superior nos anos intermédios, resultado da tendência prevista para o peso das despesas na aquisição de bens de capital;
- Tendência irregular do peso da despesa não efetiva, variando entre os 0,4% em 2018 e os 0,9% em 2019 e 2021, resultante da dinâmica projetada no peso das despesas com passivos financeiros;
- Em média, o peso das despesas correntes projetadas representam 80,3% do total previsto, contra 19,0% das despesas de capital, resultando num peso médio da despesa efetiva de 99,3%, sendo que o peso médio, entre 2017 e 2021, das despesas não efetivas estimadas pelos serviços municipalizados da RLVT de 0,7%.

**Gráfico 33 – Evolução do peso da despesa efetiva e despesa não efetiva prevista – 2017 a 2021**



(\*) Reajustamento e agregação das componentes da despesa dos serviços municipalizados 2017, 2018 e 2019 em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

**Tabela 18 – Evolução do peso das despesas previstas pelos serviços municipalizados, por natureza económica – 2017 a 2021**

Unidade: %

Peso na despesa total previsional dos serviços municipalizados	2017 (*)	2018 (*)	2019 (*)	2020	2021	Variação		
						2017-2021		2020 - 2021
						Abs.	%	%
Despesas com o pessoal	23,4	22,8	22,5	24,4	24,6	1,1	4,9	0,6
Aquisição de bens e serviços	56,8	54,8	52,3	53,9	55,2	-1,5	-2,7	2,4
Juros e outros encargos	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	-18,9	-0,1
Transferências correntes	0,3	0,1	0,0	0,1	0,0	-0,3	-86,7	-16,9
Subsídios correntes	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras despesas correntes	1,8	1,9	1,3	2,0	2,3	0,5	25,0	13,0
<b>Despesas correntes</b>	<b>82,5</b>	<b>79,6</b>	<b>76,7</b>	<b>80,6</b>	<b>82,3</b>	<b>-0,2</b>	<b>-0,3</b>	<b>2,1</b>
Aquisição de bens de capital	17,0	19,9	22,4	17,9	16,8	-0,2	-1,1	-6,3
Transferências e subsídios de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1334916,7	495419,1
Outras despesas de capital	0,0	0,1	0,0	1,0	0,0	0,0	-94,0	-99,7
<b>Despesas de capital (*)</b>	<b>17,0</b>	<b>20,0</b>	<b>22,4</b>	<b>18,9</b>	<b>16,8</b>	<b>-0,2</b>	<b>-1,1</b>	<b>-10,9</b>
<b>Despesa efetiva (*)</b>	<b>99,5</b>	<b>99,6</b>	<b>99,1</b>	<b>99,4</b>	<b>99,1</b>	<b>-0,4</b>	<b>-0,4</b>	<b>-0,4</b>
Despesa com ativos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0	100,0
Despesa com passivos financeiros	0,5	0,4	0,8	0,6	0,9	0,4	92,7	65,6
<b>Despesa não efetiva (*)</b>	<b>0,5</b>	<b>0,4</b>	<b>0,9</b>	<b>0,6</b>	<b>0,9</b>	<b>0,4</b>	<b>89,4</b>	<b>65,6</b>
<b>Despesa total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>			

(\*) Reajustamento e agregação das componentes da despesa dos serviços municipalizados 2017, 2018 e 2019 em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

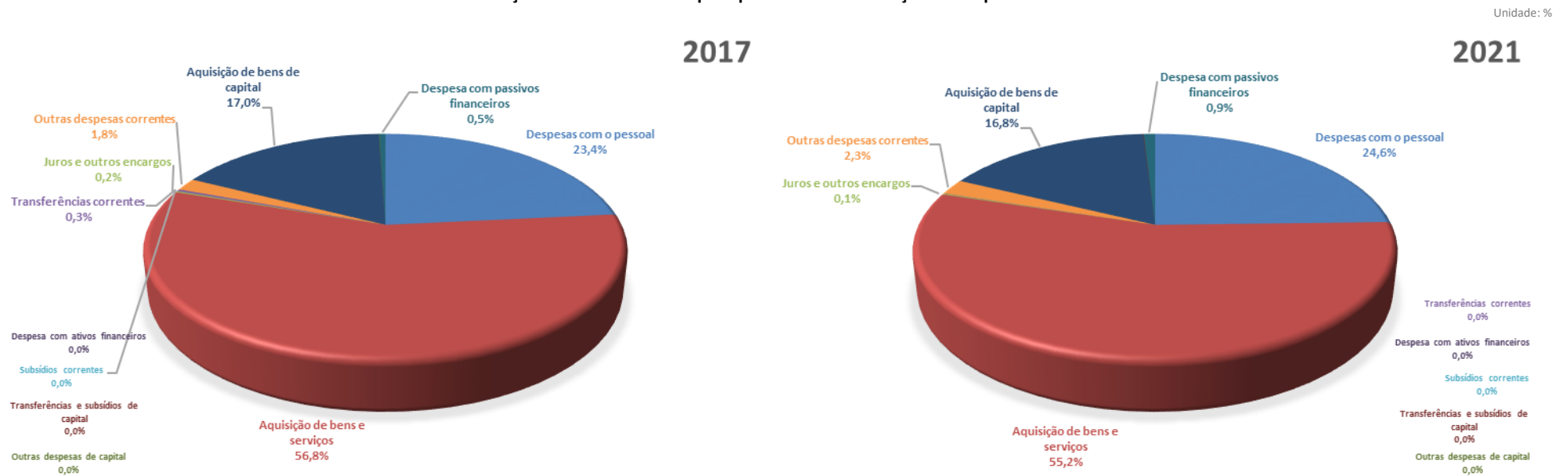


Analisando a evolução do peso dos principais agregados de despesas dos serviços municipalizados, destaca-se, quando comparada a situação prevista ocorrer em 2017 com a de 2021:

- O peso dominante, mais de metade das despesas, revelado na projeção das despesas com a aquisição de bens e serviços, 56,8% em 2017 e peso de 55,2% em 2021;
- Quase ¼ das despesas estão previstas ser gastas com o pessoal, 23,4% em 2017 e 24,6% em 2021;

- A fatia remanescente, não chegando a ¼ das despesas totais dos serviços municipalizados, inclui maioritariamente as despesas com a aquisição de bens de capital, 17% em 2017 e 16,8% em 2021, seguindo-se as outras despesas correntes (1,8% em 2017 e 2,3% em 2021) e as despesas previstas com o serviço de dívida, 0,7% em 2017 e 1,0% em 2021.

**Gráfico 34 – Evolução da estrutura da despesa previsional dos serviços municipalizados – 2017 e 2021**



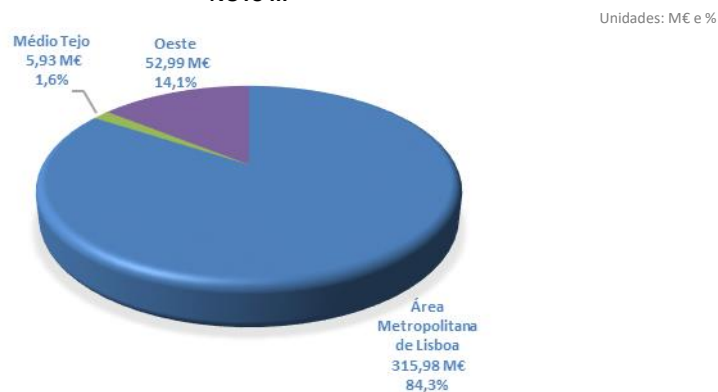
Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 e 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

## 2.2.3 DESPESA PREVISIONAL SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS – 2021

O total das despesas dos serviços municipalizados estimado para o ano de 2021 ronda os 374,89 M€.

O valor de despesas municipais estimadas para 2021 na AML foi de 315,98 M€ (84,3%), sendo de 52,99 M€ (14,1%) na sub-região do Oeste e de 5,93 M€ (1,6%) no Médio Tejo.

Gráfico 35 – Previsão inicial da despesa nos serviços municipalizados da RLVT em 2021, por NUTS III



Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

A principal aplicação de despesa dos serviços municipalizados na RLVT para 2021 incide sobre a aquisição de bens e serviços, registando, em termos de previsão, um peso de 55,2%, seguindo-se as despesas de pessoal e as despesas com a aquisição de bens de capital, projetando-se um peso de 24,6% e de 16,8%, respetivamente.

Cada sub-região apresenta situações ligeiramente distintas na previsão dos principais agregados de despesas:

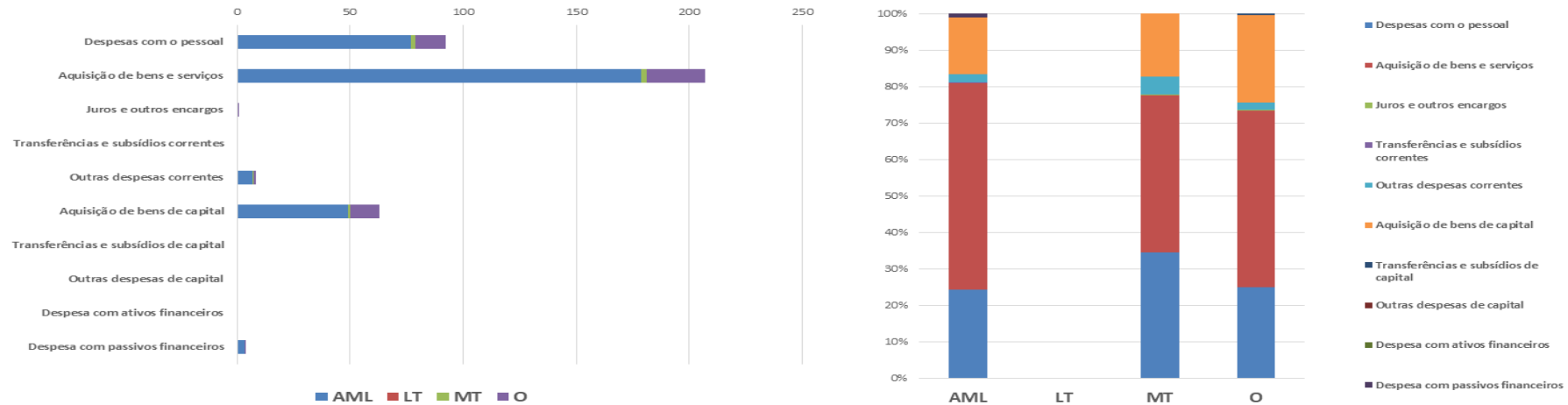
- Na AML o peso previsto com a aquisição de bens e serviços (56,6%) é superior ao da RLVT, sendo o peso estimado na aquisição de bens de capital (15,5%) ligeiramente inferior ao regional;
- Tendência diferente revelada para as projeções na sub-região do Oeste em que o peso com a aquisição de bens e serviços (48,6%) se revela inferior ao da RLVT, enquanto o peso com a aquisição de bens de capital ultrapassa o da região (24,0%), detendo o peso com os gastos previsíveis em pessoal 24,9%;
- Situação semelhante ocorre no Médio Tejo, peso da aquisição de bens e serviços de 43,2% e de aquisição de bens de capital (17,3%), evidenciando-se aqui um peso bastante superior (34,5%) na previsão de gastos com o pessoal.

Tabela 19 – Composição das despesas previsionais dos serviços municipalizados, por NUTS III, 2021

Despesas previsionais serviços municipalizados	AML		Lezíria do Tejo		Médio Tejo		Oeste		RLVT	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
Despesas com o pessoal	76,91	24,3			2,04	34,5	13,19	24,9	92,14	24,6
Aquisição de bens e serviços	178,76	56,6			2,56	43,2	25,75	48,6	207,08	55,2
Juros e outros encargos	0,48	0,2			0,01	0,1	0,07	0,1	0,56	0,1
Transferências correntes	0,12	0,0			0,00	0,0	0,04	0,1	0,16	0,0
Subsídios correntes	0,00	0,0			0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Outras despesas correntes	7,13	2,3			0,29	4,9	1,02	1,9	8,45	2,3
<b>Despesas correntes</b>	<b>263,40</b>	<b>83,4</b>			<b>4,90</b>	<b>82,7</b>	<b>40,07</b>	<b>75,6</b>	<b>308,38</b>	<b>82,3</b>
Aquisição de bens de capital	49,13	15,5			1,02	17,3	12,74	24,0	62,89	16,8
Transferências e subsídios de capital	0,00	0,0			0,00	0,0	0,15	0,3	0,15	0,0
Outras despesas de capital	0,01	0,0			0,00	0,0	0,00	0,0	0,01	0,0
<b>Despesas de capital</b>	<b>49,14</b>	<b>15,6</b>			<b>1,02</b>	<b>17,3</b>	<b>12,89</b>	<b>24,3</b>	<b>63,05</b>	<b>16,8</b>
<b>Despesa efetiva</b>	<b>312,53</b>	<b>98,9</b>			<b>5,93</b>	<b>100</b>	<b>52,97</b>	<b>100</b>	<b>371,43</b>	<b>99,1</b>
Despesa com ativos financeiros	0,00	0,0			0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Despesa com passivos financeiros	3,45	1,1			0,00	0,0	0,02	0,0	3,47	0,9
<b>Despesa não efetiva</b>	<b>3,45</b>	<b>1,1</b>			<b>0,00</b>	<b>0,0</b>	<b>0,02</b>	<b>0,0</b>	<b>3,47</b>	<b>0,9</b>
<b>Despesa total</b>	<b>315,98</b>	<b>100</b>			<b>5,93</b>	<b>100</b>	<b>52,99</b>	<b>100</b>	<b>374,89</b>	<b>100</b>

Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

**Gráfico 36 – Estrutura da despesa previsional dos serviços municipalizados, por NUTS III – 2021**



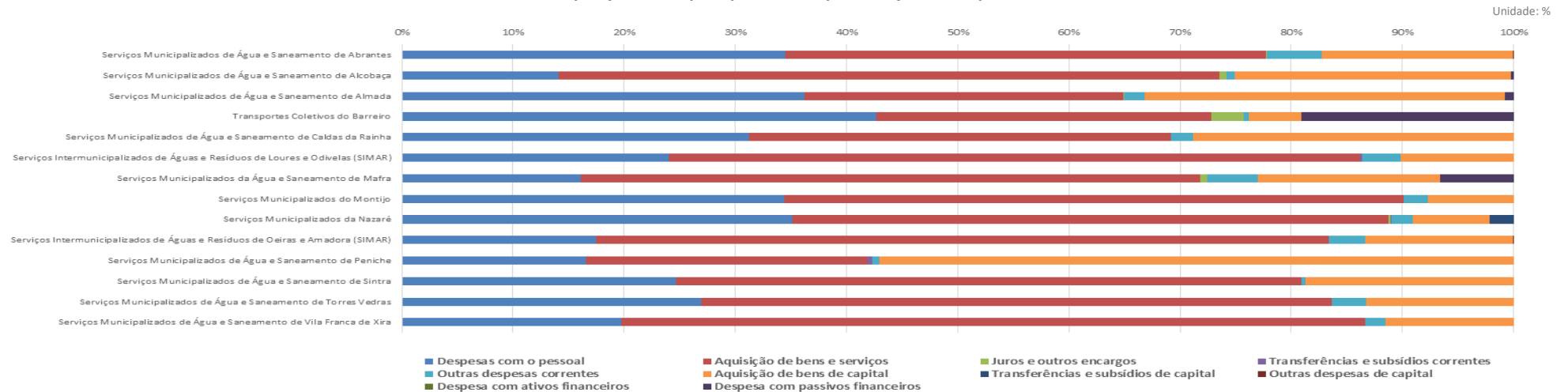
Unidade: M€ e %

Orçamento inicial para 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

Fonte:

O gráfico e tabela seguintes evidenciam heterogeneidade no montante e composição das despesas previsionais dos serviços municipalizados, muito reveladora de situações distintas que caracterizam a administração e gestão financeira local na RLVT.

**Gráfico 37 – Composição da despesa previsional, por serviços municipalizados – 2021**



Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

Tabela 20 – Despesa previsional, por serviços municipalizados – 2021

Unidade: €

Serviços Municipalizados	Despesas com o pessoal	Aquisição de bens e serviços	Juros e outros encargos	Transferências e subsídios correntes	Outras despesas correntes	Aquisição de bens de capital	Transferências e subsídios de capital	Outras despesas de capital	Despesa com ativos financeiros	Despesa com passivos financeiros	Despesa total
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Abrantes	2 044 000	2 560 500	6 000	0	291 000	1 022 750	0	2 000			5 926 250
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Alcobaça	1 398 000	5 899 000	61 000	0	72 000	2 467 000	0	2 000		21 000	9 920 000
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	12 000 000	9 490 000	38 000	0	600 000	10 736 821	0	100		263 000	33 127 921
Transportes Coletivos do Barreiro	4 666 900	3 301 460	315 720	0	53 000	523 000	0			2 083 695	10 943 775
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Caldas da Rainha	3 211 800	3 912 750	1 500	500	210 000	2 963 450	0				10 300 000
Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas	20 034 681	51 868 409	2 009	122 002	2 887 598	8 492 305	0	2		2	83 407 008
Serviços Municipalizados da Água e Saneamento de Mafra	2 687 942	9 295 135	110 030	15	754 971	2 740 730	20	10		1 100 010	16 688 863
Serviços Municipalizados do Montijo	2 228 500	3 607 720	1 700	0	136 000	500 800	0				6 474 720
Serviços Municipalizados da Nazaré	2 423 616	3 708 834	10 003	5 001	135 001	475 032	150 000				6 907 487
Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Oeiras e Amadora	10 906 400	41 187 810	10 600	50	2 023 740	8 356 350	0	5 000			62 489 950
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche	1 290 100	1 969 644		30 500	50 500	4 436 900	0				7 777 644
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra	20 452 500	46 715 500		0	311 000	15 500 000	0				82 979 000
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras	4 866 440	10 261 689		0	557 005	2 395 837	0				18 080 971
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira	3 929 416	13 296 725		10	363 900	2 280 400	0				19 870 451
<b>Despesa total</b>	<b>92 140 295</b>	<b>207 075 176</b>	<b>556 562</b>	<b>158 078</b>	<b>8 445 715</b>	<b>62 891 375</b>	<b>150 020</b>	<b>9 112</b>	<b>0</b>	<b>3 467 707</b>	<b>374 894 040</b>

Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos serviços municipalizados da RLVT.

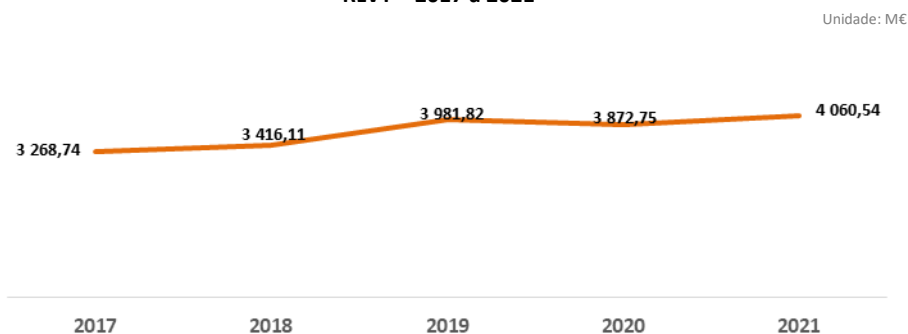
## CAPÍTULO III. FINANÇAS - MUNICÍPIOS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS RLVT

### 3.1 RECEITA PREVISIONAL TOTAL (MUNICÍPIOS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS)

#### 3.1.1 EVOLUÇÃO DA RECEITA PREVISIONAL TOTAL – 2017 A 2021

No período em análise, na RLVT, a receita total, neste capítulo resultado do somatório das receitas projetadas pelos municípios e pelos serviços municipalizados, inscritas nos orçamentos iniciais, evoluiu de 3.268,74 M€, em 2017, para 4.060,54 M€, em 2021, refletindo um acréscimo previsional em +791,80 M€ (+24,2%).

**Gráfico 38 – Evolução da receita previsional total (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2017 a 2021**



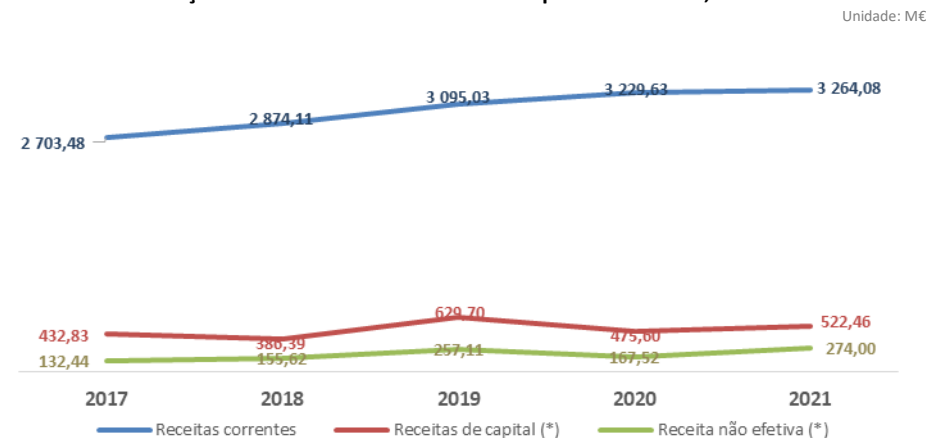
Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

A variação anual evidencia acréscimos sucessivos das receitas previsionais totais, na RLVT, à exceção do ano de 2020, ou seja, +4,5% (2018), +16,6% (2019), -2,7% (2020) e +4,8% (2021).

Numa abordagem sub-regional sublinhe-se o crescimento das receitas previsionais em todas as NUTS III, entre 2017 e 2021, confirmando a tendência regional, embora não de forma contínua ao longo dos anos.

A tendência anual regional foi influenciada pela dinâmica revelada pelas sub-regiões da Área Metropolitana de Lisboa, do Médio Tejo e do Oeste. Na Lezíria do Tejo, a descida na previsão do volume de receitas ocorreu entre 2017 e 2018, e não entre 2019 e 2020, justificada, em grande parte, pela descida das receitas municipais provenientes do recurso ao crédito.

**Gráfico 39 – Evolução da receita efetiva e não efetiva previsional total, RLVT – 2017 a 2021**



(\*) Reajustamento e agregação das componentes da receita 2017, 2018 e 2019 em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Analisando a evolução prevista para os grandes agregados de receita releve-se o crescimento anual contínuo evidenciado pelas receitas correntes previsionais, os ciclos de descidas e subidas anuais reveladas na previsão das receitas de capital e o crescimento contínuo, à exceção de 2020, por parte da receita não efetiva.

**Tabela 21 – Evolução da receita previsional total (municípios e serviços municipalizados), por NUTS III – 2017 a 2021**

Unidade: M€

NUTS III	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2017-2021	2020-2021
AML	2 464,61	2 588,78	3 116,74	2 992,98	3 089,82	25,4	3,2
Lezíria do Tejo	228,31	214,25	223,97	242,86	271,76	19,0	11,9
Médio Tejo	228,40	244,73	261,52	257,59	280,47	22,8	8,9
Oeste	347,43	368,35	379,59	379,32	418,49	20,5	10,3
<b>RLVT</b>	<b>3 268,74</b>	<b>3 416,11</b>	<b>3 981,83</b>	<b>3 872,75</b>	<b>4 060,54</b>	<b>24,2</b>	<b>4,9</b>

Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Tabela 22 – Evolução das receitas previsionais, RLVT – 2017 a 2021

Unidade: M€

Receitas previsionais (municípios e serviços municipalizados)	2017 (*)	2018 (*)	2019 (*)	2020	2021	Variação		
						2017-2021		2020 - 2021
						Abs.	%	%
Impostos diretos	1 128,55	1 258,90	1 354,98	1 386,42	1 385,79	257,24	22,8	0,0
Impostos indiretos	54,20	48,48	54,41	59,48	6,52	-47,69	-88,0	-89,0
Taxas, multas e outras penalidades	136,58	128,38	162,78	157,35	184,60	48,02	35,2	17,3
Rendimentos da propriedade	96,43	94,39	110,99	117,76	125,44	29,02	30,1	6,5
Transferências e subsídios correntes	585,27	604,81	619,90	704,04	805,46	220,19	37,6	14,4
Venda de bens e serviços	643,42	671,02	713,10	732,99	688,39	44,97	7,0	-6,1
Outras receitas correntes	59,03	68,11	78,87	71,59	67,88	8,85	15,0	-5,2
<b>Receitas correntes</b>	<b>2 703,48</b>	<b>2 874,11</b>	<b>3 095,03</b>	<b>3 229,63</b>	<b>3 264,08</b>	<b>560,60</b>	<b>20,7</b>	<b>1,1</b>
Venda de bens investimento	61,93	66,89	290,00	81,54	132,32	70,39	113,7	62,3
Transferências e subsídios de capital	223,51	266,11	290,57	339,46	349,05	125,54	56,2	2,8
Outras receitas de capital	143,58	49,20	45,01	49,95	39,43	-104,15	-72,5	-21,1
Reposições não abatidas pagamentos	3,82	4,19	4,12	4,65	1,66	-2,15	-56,4	-64,3
<b>Receitas de capital (*)</b>	<b>432,83</b>	<b>386,39</b>	<b>629,70</b>	<b>475,60</b>	<b>522,46</b>	<b>89,62</b>	<b>20,7</b>	<b>9,9</b>
<b>Receita efetiva (*)</b>	<b>3 136,31</b>	<b>3 260,50</b>	<b>3 724,72</b>	<b>3 705,23</b>	<b>3 786,53</b>	<b>650,22</b>	<b>20,7</b>	<b>2,2</b>
Receita com ativos financeiros	4,32	3,89	5,89	3,33	40,71	36,39	842,3	1121,7
Receita com passivos financeiros	103,87	109,75	202,45	93,88	136,00	32,13	30,9	44,9
Saldo da gerência anterior – Op orç	24,25	41,97	48,77	70,31	97,29	73,04	301,2	38,4
<b>Receita não efetiva (*)</b>	<b>132,44</b>	<b>155,62</b>	<b>257,11</b>	<b>167,52</b>	<b>274,00</b>	<b>141,56</b>	<b>106,9</b>	<b>63,6</b>
<b>Receita total</b>	<b>3 268,74</b>	<b>3 416,11</b>	<b>3 981,82</b>	<b>3 872,75</b>	<b>4 060,54</b>	<b>791,80</b>	<b>24,2</b>	<b>4,8</b>

(\*) Reajustamento e agregação das componentes da receita 2017, 2018 e 2019 em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

As receitas correntes projetadas evidenciam um aumento em +20,7%, entre 2017 e 2021, refletindo uma expectativa de aumento de receitas em +560,60 M€, decorrente essencialmente:

- Aumento previsto na cobrança de impostos diretos (descida residual em 2021);
- Subida contínua prevista para as transferências e subsídios correntes recebidos naquele período. Recorde-se que o aumento das transferências previsto deveu-se também, a partir de 2019, à criação de um novo fundo distribuído nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do RFALEI – excedente e ainda de uma participação de 7,5% na receita do IVA.

Já as receitas de capital projetadas evidenciam um aumento em +20,7%, entre 2017 e 2021, refletindo uma expectativa de aumento de receitas em +89,62 M€. Esta evolução foi suportada, essencialmente:

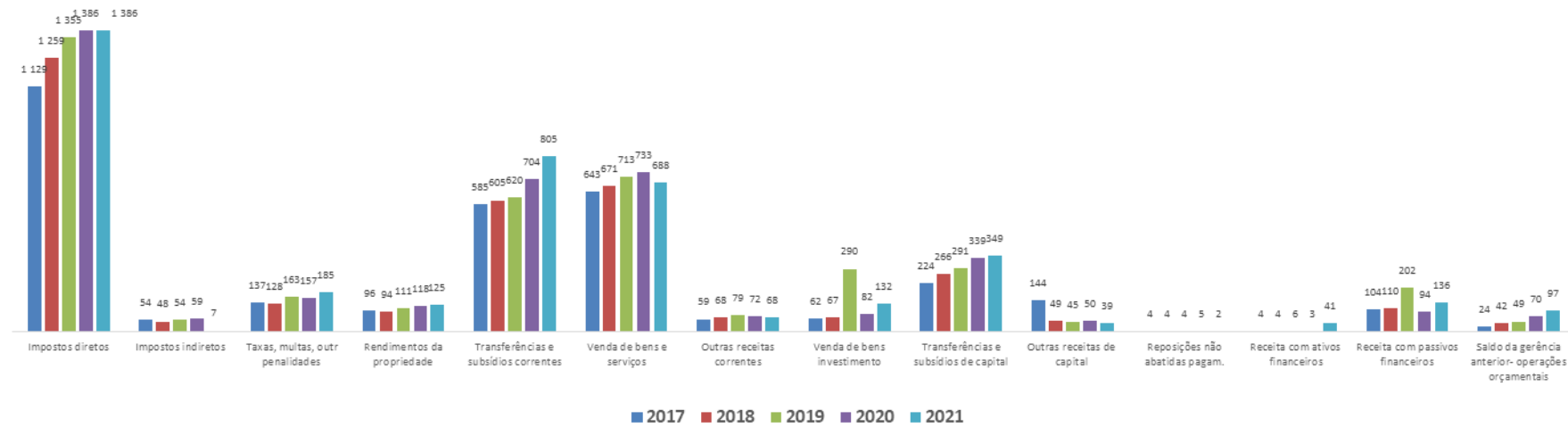
- Crescimento anual contínuo por parte das transferências de capital e subsídios previstos receber refletindo um aumento em +125,54 M€ (+56,2%), entre 2017 e 2021, podendo refletir a expectativa de arrecadação de receita ao nível dos fundos comunitários;
- Também a previsão para a venda de bens de investimento refletiu subida, quando comparados os exercícios de 2017 e 2021, embora se tenha revelado uma descida acentuada em 2020;
- Atente-se também à descida no valor previsto para as outras receitas de capital, suportado no valor excecional revelado em 2017.

Relativamente à previsão para a receita não efetiva evidencia-se também crescimento, em +106,9%, entre 2017 e 2021, refletindo uma expectativa de aumento de receitas em +141,56 M€. Este resultado evolutivo decorreu essencialmente da previsão:

- Subida contínua do saldo da gerência anterior previsto o qual cresceu +301,2% (+73,04 M€), face ao ano de 2017;
- Subida da receita prevista obter com passivos financeiros ao longo do período em análise, com exceção para 2020, aumentando em +32,13 M€ entre 2017 e 2021;
- A receita prevista com ativos financeiros rondando os 3 a 6 M€ entre 2017 e 2020, cresce significativamente para os 40,71 M€ em 2021.

**Gráfico 40 – Evolução das receitas previsionais totais (municípios e serviços municipalizados), por rubrica, RLVT – 2017 a 2021**

Unidade: M€



Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

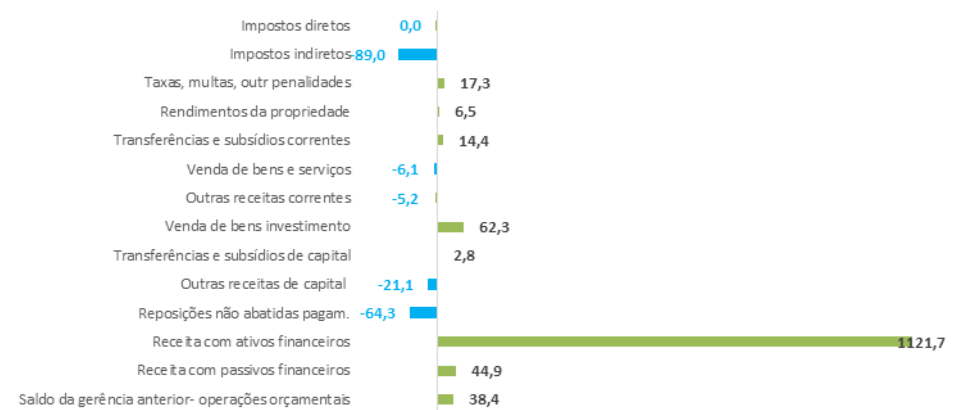
Analisando a tendência evolutiva projetada para os 2 últimos anos, na RLVT, as previsões para a receita corrente apresentaram um valor acrescido em +1,1%, relativamente a 2020, projetando-se também um acréscimo em +9,9% para as receitas de capital, resultando num aumento previsto para a receita efetiva em +2,2%. Já o aumento das previsões para a receita não efetiva foi de +63,6%, essencialmente devido às previsões para as receitas com ativos e passivos financeiros.

Por componente de receita previsual resultam as seguintes tendências:

- Aumentam os valores de receitas previstos em taxas, multas e outras penalidades (+17,3%), rendimentos da propriedade (+6,5%), transferências e subsídios correntes (+14,4%) – estas essencialmente por via do aumento das transferências do Orçamento do Estado, venda de bens de investimento (+62,3%), transferências e subsídios de capital (+2,8%), ativos financeiros (+1.121,7%), passivos financeiros (+44,9%) e saldo da gerência anterior (+38,4%);
- Diminuem os valores de receitas previstos em impostos diretos, neste caso descida residual (-0,05%), impostos indiretos (-89,0%), venda de bens e serviços (-6,1%), outras receitas correntes (-5,2%), outras receitas capital (-21,1%) e reposições não abatidas nos pagamentos (-64,3%).

**Gráfico 41 – Variação da receita previsual total, por natureza económica, RLVT – 2020 a 2021**

Unidade: %



Fonte: Orçamentos iniciais para 2020 e 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

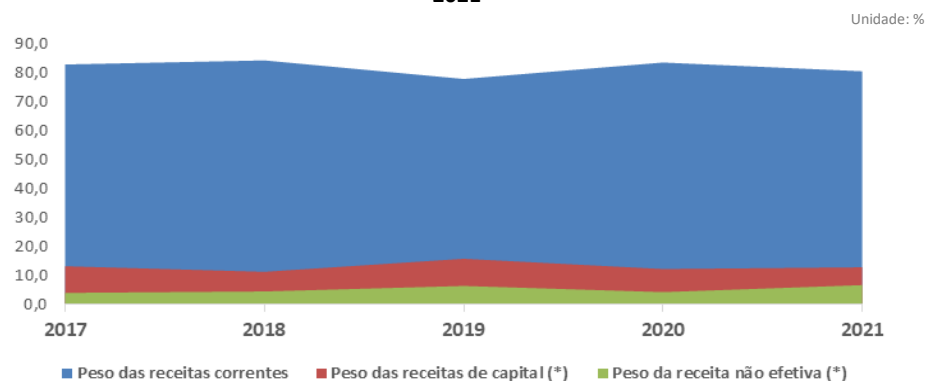
### 3.1.2 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA PREVISIONAL TOTAL – 2017 A 2021

Na desagregação entre a previsão de receitas correntes, receitas de capital e receitas não efetivas predominam, como já referido, as receitas previstas com a natureza de receitas correntes.

Da análise à estrutura da receita previsional na RLVT, no conjunto dos exercícios financeiros que vão de 2017 a 2021, salienta-se o seguinte:

- Tendência decrescente do peso das receitas correntes nas receitas totais – de 82,7% (2017) para 80,4%, (2021), muito devido às projeções, em baixa, na venda de bens e serviços e na cobrança prevista para impostos indiretos, entre 2020 e 2021;
- Tendência ligeiramente decrescente nas receitas de capital previstas, peso de 13,2% e de 12,9% no total das receitas, respetivamente em 2017 e 2021, destacando-se os aumentos do peso na venda de bens de investimento e nas transferências e subsídios de capital;
- Tendência crescente do peso da receita não efetiva, de 4,1% para 6,7%, resultante da subida do peso das receitas com ativos financeiros e saldo da gerência anterior;
- Em média, as receitas correntes projetadas representam 81,7% do total previsto, contra 13,1% das receitas de capital, resultando num peso médio da receita efetiva de 94,8%, sendo o peso médio, entre 2017 e 2021, do peso das receitas não efetivas de 5,2%.

**Gráfico 42 – Evolução do peso da receita efetiva e receita não efetiva prevista, RLVT – 2017 a 2021**



(\*) Reajustamento e agregação das componentes da receita 2017, 2018 e 2019 em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

**Tabela 23 – Evolução do peso da receita previsional total, por natureza económica, RLVT – 2017 a 2021**

Peso nas receitas totais previsionais (municípios e serviços municipalizados)	2017 (*)	2018 (*)	2019 (*)	2020	2021	Variação		
						2017-2021		2020 - 2021
						Abs.	%	%
Impostos diretos	34,5	36,9	34,0	35,8	34,1	-0,4	-1,2	-4,7
Impostos indiretos	1,7	1,4	1,4	1,5	0,2	-1,5	-90,3	-89,6
Taxas, multas e outras penalidades	4,2	3,8	4,1	4,1	4,5	0,4	8,8	11,9
Rendimentos da propriedade	2,9	2,8	2,8	3,0	3,1	0,1	4,7	1,6
Transferências e subsídios correntes	17,9	17,7	15,6	18,2	19,8	1,9	10,8	9,1
Venda de bens e serviços	19,7	19,6	17,9	18,9	17,0	-2,7	-13,9	-10,4
Outras receitas correntes	1,8	2,0	2,0	1,8	1,7	-0,1	-7,4	-9,6
<b>Receitas correntes</b>	<b>82,7</b>	<b>84,1</b>	<b>77,7</b>	<b>83,4</b>	<b>80,4</b>	<b>-2,3</b>	<b>-2,8</b>	<b>-3,6</b>
Venda de bens investimento	1,9	2,0	7,3	2,1	3,3	1,4	72,0	54,8
Transferências e subsídios de capital	6,8	7,8	7,3	8,8	8,6	1,8	25,7	-1,9
Outras receitas de capital	4,4	1,4	1,1	1,3	1,0	-3,4	-77,9	-24,7
Reposições não abatidas pagamentos	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	-0,1	-64,9	-65,9
<b>Receitas de capital (*)</b>	<b>13,2</b>	<b>11,3</b>	<b>15,8</b>	<b>12,3</b>	<b>12,9</b>	<b>-0,4</b>	<b>-2,8</b>	<b>4,8</b>
<b>Receita efetiva (*)</b>	<b>95,9</b>	<b>95,4</b>	<b>93,5</b>	<b>95,7</b>	<b>93,3</b>	<b>-2,7</b>	<b>-2,8</b>	<b>-2,5</b>
Receita com ativos financeiros	0,1	0,1	0,1	0,1	1,0	0,9	658,6	1065,2
Receita com passivos financeiros	3,2	3,2	5,1	2,4	3,3	0,2	5,4	38,2
Saldo da gerência anterior – Op orç	0,7	1,2	1,2	1,8	2,4	1,7	223,0	32,0
<b>Receita não efetiva (*)</b>	<b>4,1</b>	<b>4,6</b>	<b>6,5</b>	<b>4,3</b>	<b>6,7</b>	<b>2,7</b>	<b>66,5</b>	<b>56,0</b>
<b>Receita total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>			

(\*) Reajustamento e agregação das componentes da receita 2017, 2018 e 2019 em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

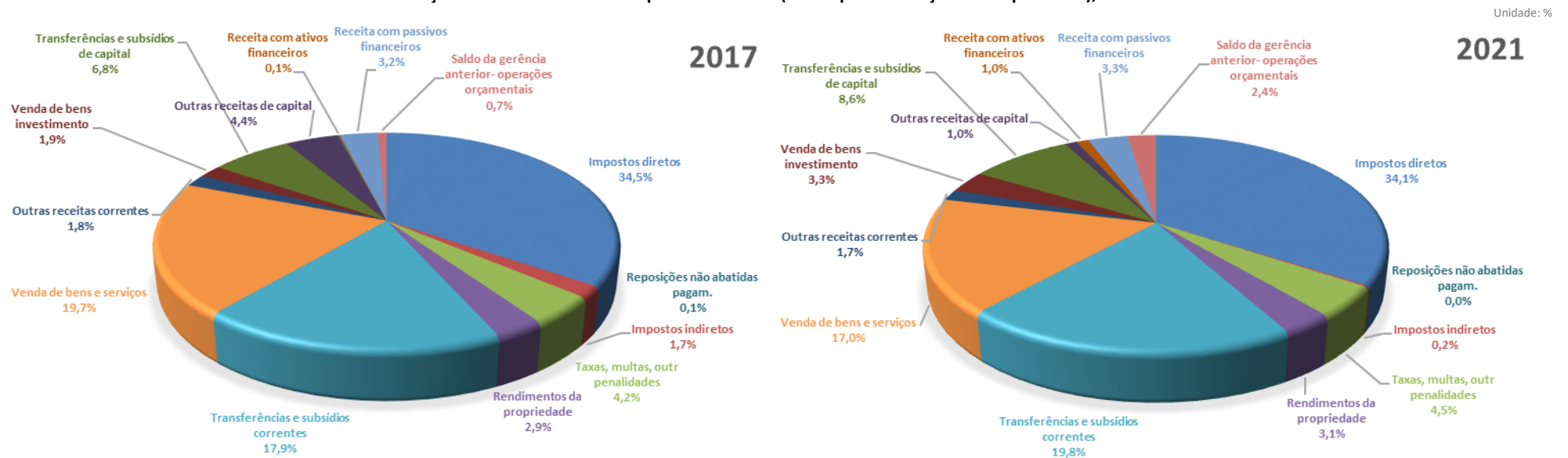
Na evolução do peso dos principais agregados de receitas, destaca-se:

- A previsão de cobrança de impostos diretos que variou entre um peso de 36,9% em 2018 e um peso de 34,0% em 2019 (o peso mais baixo previsto nos últimos 5 anos), verificando-se igualmente uma diminuição do peso dos impostos indiretos, de um peso de 1,7% passa para 0,2%;
- A previsão, também em descida, da venda de bens e serviços, variando entre um peso 19,7% em 2017 e um peso de 17,0% em 2021, o peso mais baixo previsto nos últimos 5 anos;
- A descida do peso das transferências e subsídios correntes recebidas, entre 2017 e 2019, sendo posteriormente reforçado, prevendo-se atingir um peso de 19,8% em 2021;



- Tendência crescente do peso das transferências e subsídios de capital no total das receitas previstas – de 6,8% (2017) sobe até aos 8,6% (2021);
- Tendência irregular do peso do recurso previsto para novos empréstimos, sendo de 2,4% em 2020, peso mais baixo durante o período em análise, e de 5,1% em 2019. Para 2021 o peso das receitas com passivos financeiros foi estimado em 3,3%;
- A opção de saldos de gerência anterior mais reforçados tem vindo a consolidar-se, subindo de um peso no total das receitas previstas de 0,7% (2017) para 2,4% (2021).

**Gráfico 43 – Evolução da estrutura da receita previsual total (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2017 e 2021**



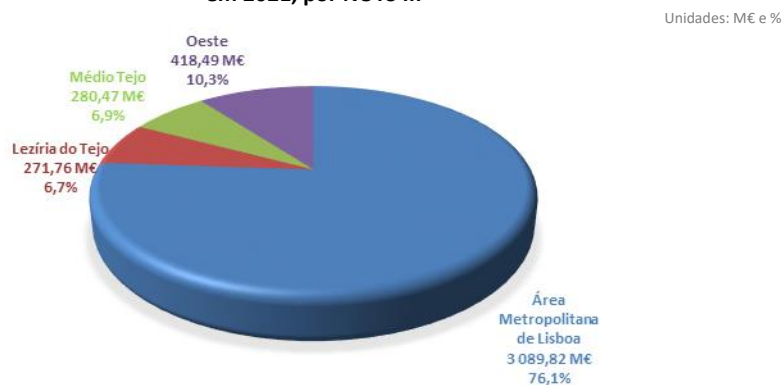
Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 e 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

### 3.1.3 RECEITA PREVISIONAL TOTAL – 2021

As receitas totais estimadas para o ano de 2021 rondam os 4.060,54 M€, sendo que mais de ¾ (76,1%) estão previstas arrecadar pelos municípios e serviços municipalizados da AML.

O valor de receitas totais estimadas para 2021 na AML é de 3.089,82 M€, sendo de 418,49 M€ (10,3%) na sub-região do Oeste, 280,47 M€ (6,9%) no Médio Tejo e 271,76 M€ (6,7%) na Lezíria do Tejo.

**Gráfico 44 – Previsão inicial da receita total (municípios e serviços municipalizados) da RLVT em 2021, por NUTS III**



Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

As principais origens de receita previsional na RLVT decorrem da cobrança de impostos diretos (34,1%), transferências e subsídios correntes (19,8%), venda de bens e serviços (17,0%), transferências e subsídios de capital (8,6%), venda de bens de investimento e passivos financeiros (cada um com um peso de 3,3%) e saldo da gerência anterior (2,4%).

O valor das receitas fiscais previstas cobrar através dos impostos diretos e indiretos na RLVT representam 34,3% do total de receitas projetadas para 2021, representando as transferências e subsídios recebidos de outras entidades um peso de 28,4%.

Cada sub-região apresentou situações distintas nos principais agregados de receitas:

- Na AML as receitas com maior peso do total das receitas são as de impostos diretos (38,3%), seguindo-se o peso da venda de bens e serviços (18,6%) e das transferências e subsídios correntes (16,1%);

- No Oeste (26,5%), no Médio Tejo (36,4%) e na Lezíria do Tejo (35,0%) as transferências e subsídios correntes estimados detêm o maior peso nas receitas totais. Por outro lado, as transferências e subsídios de capital evidenciam a segunda maior posição no Médio Tejo (peso de 22,2%) e o terceiro lugar no Oeste (19,2%) e na Lezíria do Tejo (21,4%), revelando-se uma menor capacidade destas sub-regiões na formação de receitas próprias, sendo mais dependentes, em termos de gestão financeira, das transferências do Orçamento do Estado;
- O peso da venda de bens e serviços no total das receitas previstas para 2021 é de 18,6% na AML, como referido, de 17,6% no Oeste, 7,0% na Lezíria do Tejo e 7,7% no Médio Tejo;
- Outra grande fonte na previsão de receitas no Médio Tejo e no Oeste é a proveniente de passivos financeiros (6,4% e 5,1%, respetivamente), sendo de 2,9% na AML e de 2,5% na Lezíria do Tejo.

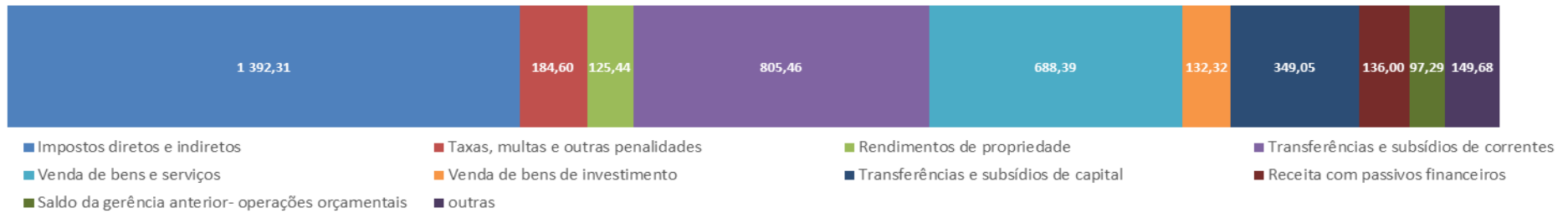
**Tabela 24 – Composição das receitas previsionais, por NUTS III, 2021**

Receitas previsionais (municípios e serviços municipalizados)	AML		Lezíria do Tejo		Médio Tejo		Oeste		RLVT	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
Impostos diretos	1 182,63	38,3	61,35	22,6	42,74	15,2	99,07	23,7	1 385,79	34,1
Impostos indiretos	2,09	0,1	0,16	0,1	0,48	0,2	3,78	0,9	6,52	0,2
Taxas, multas e outras penalidades	165,84	5,4	4,58	1,7	4,84	1,7	9,35	2,2	184,60	4,5
Rendimentos da propriedade	88,80	2,9	10,82	4,0	11,67	4,2	14,15	3,4	125,44	3,1
Transferências e subsídios correntes	497,30	16,1	95,02	35,0	102,04	36,4	111,09	26,5	805,46	19,8
Venda de bens e serviços	574,28	18,6	19,03	7,0	21,55	7,7	73,52	17,6	688,39	17,0
Outras receitas correntes	46,92	1,5	13,07	4,8	5,61	2,0	2,28	0,5	67,88	1,7
<b>Receitas correntes</b>	<b>2 557,87</b>	<b>82,8</b>	<b>204,03</b>	<b>75,1</b>	<b>188,92</b>	<b>67,4</b>	<b>313,26</b>	<b>74,9</b>	<b>3 264,08</b>	<b>80,4</b>
Venda de bens investimento	128,26	4,2	0,18	0,1	2,31	0,8	1,56	0,4	132,32	3,3
Transferências e subsídios de capital	148,24	4,8	58,15	21,4	62,30	22,2	80,35	19,2	349,05	8,6
Outras receitas de capital	28,78	0,9	0,38	0,1	8,48	3,0	1,78	0,4	39,43	1,0
Reposições não abatidas pagamentos	1,00	0,0	0,02	0,0	0,62	0,2	0,03	0,0	1,66	0,0
<b>Receitas de capital</b>	<b>306,28</b>	<b>9,9</b>	<b>58,74</b>	<b>21,6</b>	<b>73,71</b>	<b>26,3</b>	<b>83,72</b>	<b>20,0</b>	<b>522,46</b>	<b>12,9</b>
<b>Receita efetiva</b>	<b>2 864,15</b>	<b>92,7</b>	<b>262,77</b>	<b>96,7</b>	<b>262,63</b>	<b>93,6</b>	<b>396,98</b>	<b>94,9</b>	<b>3 786,53</b>	<b>93,3</b>
Receita com ativos financeiros	38,43	1,2	2,28	0,8	0,00	0,0	0,00	0,0	40,71	1,0
Receita com passivos financeiros	89,95	2,9	6,71	2,5	17,83	6,4	21,50	5,1	136,00	3,3
Saldo da gerência anterior – Op orç	97,29	3,1	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	97,29	2,4
<b>Receita não efetiva</b>	<b>225,67</b>	<b>7,3</b>	<b>8,99</b>	<b>3,3</b>	<b>17,84</b>	<b>6,4</b>	<b>21,51</b>	<b>5,1</b>	<b>274,00</b>	<b>6,7</b>
<b>Receita total</b>	<b>3 089,82</b>	<b>100</b>	<b>271,76</b>	<b>100</b>	<b>280,47</b>	<b>100</b>	<b>418,49</b>	<b>100</b>	<b>4 060,54</b>	<b>100</b>

Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

**Gráfico 45 – Estrutura da receita previsual total (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2021**

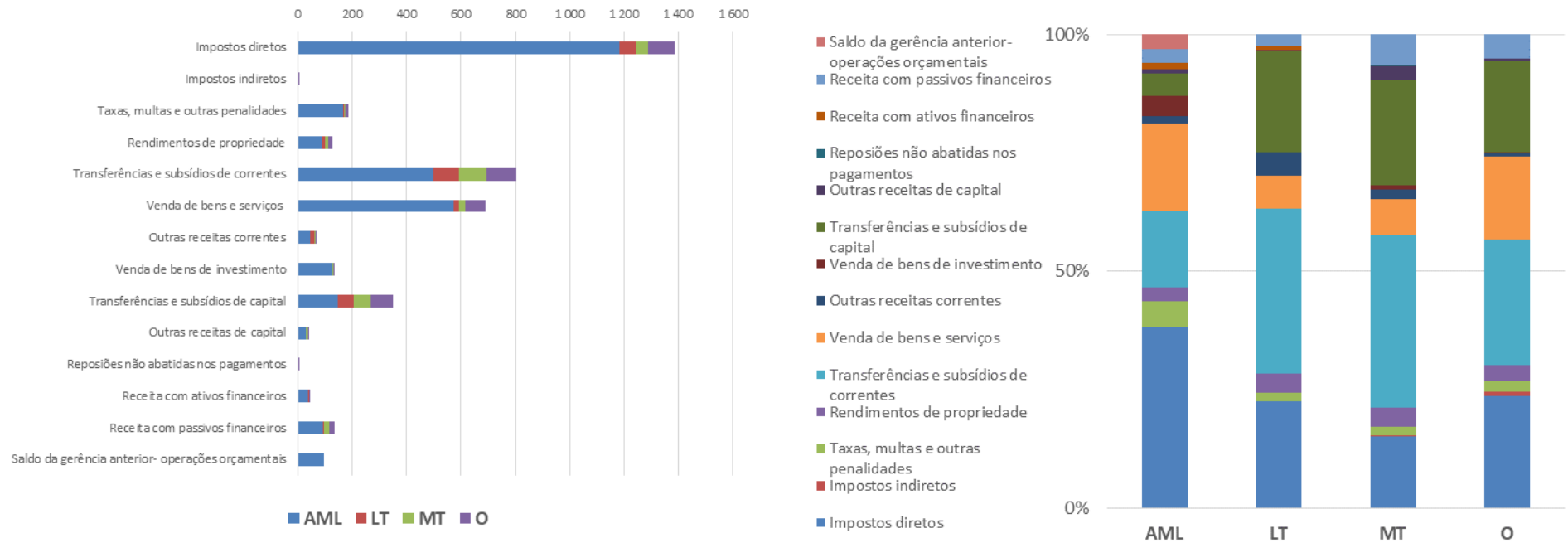
Unidade: M€



Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

**Gráfico 46 – Estrutura da receita previsual total, por NUTS III – 2021**

Unidade: M€ e %

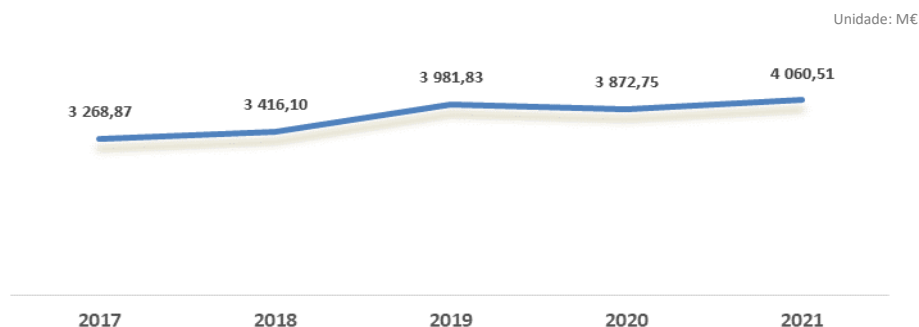


## 3.2 DESPESA PREVISIONAL TOTAL (MUNICÍPIOS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS)

### 3.2.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA PREVISIONAL TOTAL – 2017 A 2021

Entre 2017 e 2021, na RLVT, a despesa conjunta prevista, correspondente ao somatório dos valores registados nos orçamentos iniciais dos municípios e dos serviços municipalizados, evoluiu de 3.268,87 M€ para 4.060,51 M€, refletindo um acréscimo previsional em +791,64 M€ (+24,2%).

**Gráfico 47 – Evolução da despesa previsional total (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2017 a 2021**



Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Ao longo do período em análise evidenciaram-se acréscimos anuais sucessivos das despesas previsionais totais, na RLVT, à exceção do ano de 2020, ou seja, +4,5% (2018), +16,6% (2019), -2,7% (2020) e +4,8% (2021).

**Tabela 25 – Evolução da despesa previsional total (municípios e serviços municipalizados), por NUTS III – 2017 a 2021**

Unidade: M€

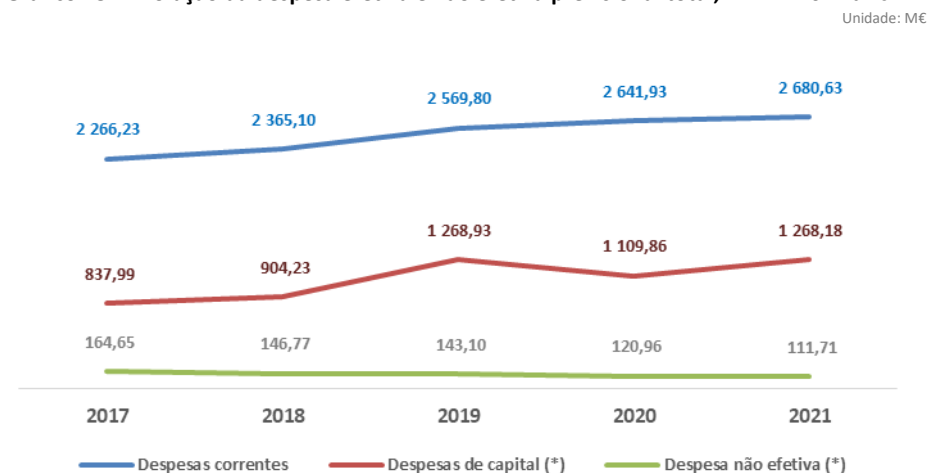
NUTS III	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2017-2021	2020-2021
AML	2 464,61	2 588,78	3 116,74	2 992,98	3 089,82	25,4	3,2
Lezíria do Tejo	228,31	214,25	223,97	242,86	271,76	19,0	11,9
Médio Tejo	228,40	244,73	261,52	257,59	280,47	22,8	8,9
Oeste	347,43	368,35	379,59	379,32	418,49	20,5	10,3
<b>RLVT</b>	<b>3 268,74</b>	<b>3 416,10</b>	<b>3 981,83</b>	<b>3 872,75</b>	<b>4 060,54</b>	<b>24,2</b>	<b>4,8</b>

Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Sublinhe-se o crescimento das despesas previsionais municipais em todas as NUTS III, entre 2017 e 2021, confirmando a tendência regional, embora não de forma contínua ao longo dos anos.

A tendência anual regional foi influenciada pela dinâmica revelada pelas sub-regiões da Área Metropolitana de Lisboa, do Médio Tejo e do Oeste. Na Lezíria do Tejo, a descida na previsão das despesas ocorreu entre 2017 e 2018.

**Gráfico 48 – Evolução da despesa efetiva e não efetiva previsional total, RLVT – 2017 a 2021**



(\*) Reajustamento e agregação das componentes da despesa 2017, 2018 e 2019 em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Analisando a evolução dos grandes agregados de despesa releve-se o crescimento anual contínuo evidenciado pelas despesas correntes previsionais. As despesas de capital revelam uma previsão de aumento entre 2017 e 2019, descendo em 2020 para depois se estimar um aumento no ano seguinte, influenciando a linha evolutiva da despesa efetiva regional. Já a despesa não efetiva, composta pelos ativos e passivos financeiros estima uma descida contínua, ao longo do período em análise.

Tabela 26 – Evolução das despesas previsionais, RLVT – 2017 a 2021

Unidade: M€

Despesas previsionais (municípios e serviços municipalizados)	2017 (*)	2018 (*)	2019 (*)	2020	2021	Variação		
						2017-2021		2020 - 2021
						Abs.	%	%
Despesas com o pessoal	947,40	994,05	1 040,94	1 117,94	1 153,27	205,87	21,7	3,2
Aquisição de bens e serviços	972,26	977,83	1 069,99	1 086,36	1 079,10	106,84	11,0	-0,7
Juros e outros encargos	28,84	22,68	77,46	14,98	13,26	-15,58	-54,0	-11,5
Transferências correntes	237,50	227,59	249,25	285,39	290,40	52,91	22,3	1,8
Subsídios correntes	42,12	43,39	77,38	78,22	90,51	48,39	114,9	15,7
Outras despesas correntes	38,11	99,57	54,78	59,02	54,09	15,97	41,9	-8,4
<b>Despesas correntes</b>	<b>2 266,23</b>	<b>2 365,10</b>	<b>2 569,80</b>	<b>2 641,93</b>	<b>2 680,63</b>	<b>414,40</b>	<b>18,3</b>	<b>1,5</b>
Aquisição de bens de capital	742,57	813,66	1 134,12	1 004,65	1 168,04	425,47	57,3	16,3
Transferências e subsídios de capital	92,03	87,23	125,88	98,29	98,08	6,05	6,6	-0,2
Outras despesas de capital	3,40	3,34	8,93	6,93	2,06	-1,34	-39,4	-70,3
<b>Despesas de capital (*)</b>	<b>837,99</b>	<b>904,23</b>	<b>1 268,93</b>	<b>1 109,86</b>	<b>1 268,18</b>	<b>430,18</b>	<b>51,3</b>	<b>14,3</b>
<b>Despesa efetiva (*)</b>	<b>3 104,22</b>	<b>3 269,33</b>	<b>3 838,73</b>	<b>3 751,79</b>	<b>3 948,80</b>	<b>844,59</b>	<b>27,2</b>	<b>5,3</b>
Despesa com ativos financeiros	14,02	11,97	9,04	3,99	1,39	-12,63	-90,1	-65,3
Despesa com passivos financeiros	150,63	134,80	134,06	116,97	110,32	-40,31	-26,8	-5,7
<b>Despesa não efetiva (*)</b>	<b>164,65</b>	<b>146,77</b>	<b>143,10</b>	<b>120,96</b>	<b>111,71</b>	<b>-52,94</b>	<b>-32,2</b>	<b>-7,6</b>
<b>Despesa total</b>	<b>3 268,87</b>	<b>3 416,10</b>	<b>3 981,83</b>	<b>3 872,75</b>	<b>4 060,51</b>	<b>791,64</b>	<b>24,2</b>	<b>4,8</b>

(\*) Reajustamento e agregação das componentes da despesa 2017, 2018 e 2019 em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

As despesas correntes projetadas evidenciam um aumento em +18,3%, entre 2017 e 2021, refletindo uma expectativa de aumento de despesas em +414,40 M€, decorrente essencialmente:

- Aumento previsto, sempre contínuo, nas despesas com o pessoal (+21,7%);
- Os montantes para aquisição de bens e serviços, apesar da sua tendência crescente, projetam uma queda pontual em 2021, estimando-se um aumento global em +11,0%;
- Subida contínua prevista nos gastos em transferências (à exceção de 2018) e subsídios correntes, em parte justificados pela delegação de competências nas freguesias e transferência dos inerentes recursos financeiros;

- Descida prevista no pagamento de juros e outros encargos financeiros, atendendo à redução verificada nos últimos anos nas taxas de juro aplicadas no recurso ao crédito e à diminuição das dívidas a terceiros que se tem registado nos municípios. No entanto, as previsões para 2019 refletiram uma dinâmica diferente.

Já as despesas de capital projetadas evidenciam um aumento em +51,3%, entre 2017 e 2021, refletindo uma expectativa de aumento de despesas em +430,18 M€. Esta evolução foi suportada, essencialmente:

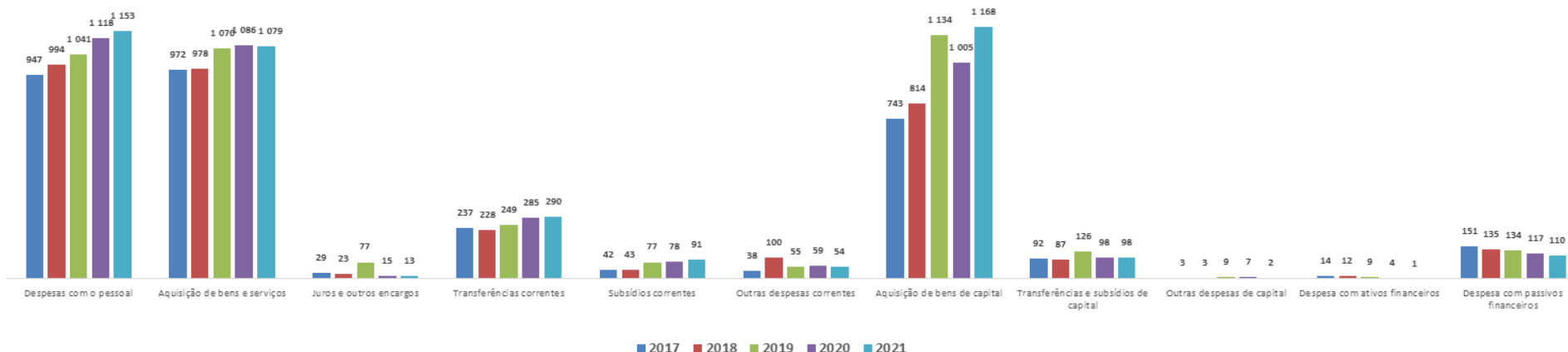
- Com a previsão efetuada para os investimentos a realizar através da aquisição de bens de capital, projetando-se subidas anuais, com exceção para o ano de 2020, num aumento global em +425,47 M€ (+57,3%);
- Já as transferências e subsídios de capital para outras entidades refletem tendências irregulares, entre 2017 e 2021, evidenciando um pico nas previsões para 2019, estimando-se para 2021 valores que crescem em +6,6% face aos de 2017.

Relativamente à previsão para a despesa não efetiva evidencia-se uma descida contínua, em -52,94 M€ (-32,2%), entre 2017 e 2021, refletindo uma expectativa de:

- Descida contínua dos passivos financeiros ao longo do período em análise, projetando-se queda nos valores pagos com amortizações de empréstimos financeiros, descendo dos 150,63 M€ em 2017 para os 110,32 M€ em 2021;
- As despesas previstas com ativos financeiros evidenciam também uma descida contínua ao longo do período, decorrente essencialmente, como referido anteriormente, da descida das contribuições dos municípios para o Fundo de Apoio Municipal. A despesa prevista com ativos financeiros, rondando os 14,02 M€ em 2017, desce significativamente para os 1,39 M€ em 2021.

**Gráfico 49 – Evolução das despesas previsionais (municípios e serviços municipalizados), por rubrica, RLVT – 2017 a 2021**

Unidade: M€



Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Comparando agora o exercício financeiro previsto para 2021, face ao ano anterior, reflete também uma tendência de subida nas despesas municipais (+4,8%), essencialmente devido ao acréscimo previsto para os gastos em pessoal, transferências e subsídios correntes e aquisição de bens de capital, numa aposta reforçada no investimento.

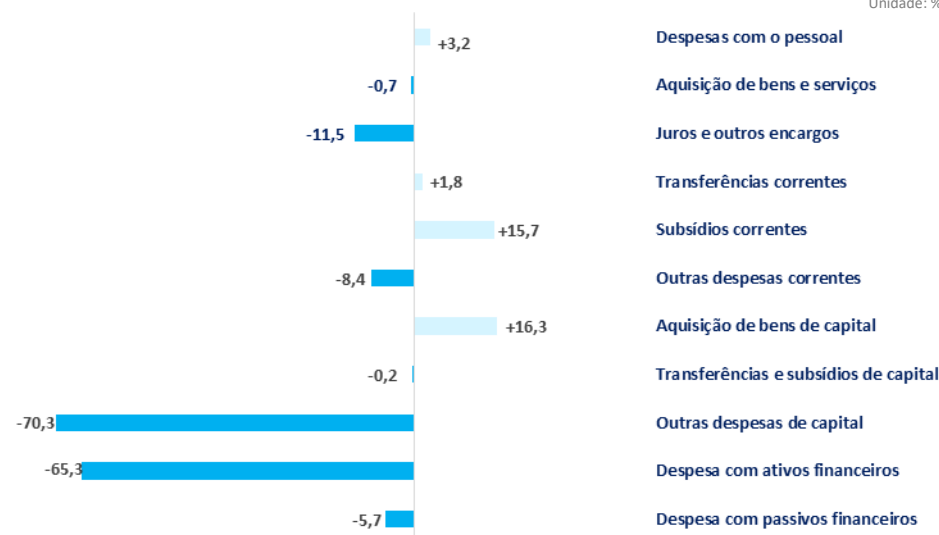
Em 2021, na RLVT, as previsões para a despesa corrente apresentam um valor acrescido em +1,5% relativamente ao ano anterior, projetando-se também um acréscimo em +14,3% para as despesas de capital, resultando num aumento previsto para a despesa efetiva em +5,3%. Já as previsões para a despesa não efetiva foram de descida, -7,6%, devido às previsões de queda com ativos e passivos financeiros.

Por componente de despesa previsional resultam as seguintes tendências:

- Aumentam os valores previstos com as despesas com o pessoal (+3,2%), transferências correntes (+1,8%) e subsídios correntes (+15,7%) bem como no investimento através da aquisição de bens de capital (+16,3%);
- Estima-se uma diminuição dos gastos com o serviço de dívida com o decréscimo previsto nas despesas em juros e outros encargos (-11,5%) e nos passivos financeiros (-5,7%), aquisição de bens e serviços (-0,7%), outras despesas correntes (-8,4%), transferências e subsídios de capital (-0,2%), outras despesas de capital (-70,3%), e ativos financeiros (-65,3%).

**Gráfico 50 – Variação da despesa previsional, por natureza económica, RLVT – 2020 a 2021**

Unidade: %



Fonte: Orçamentos iniciais para 2020 e 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

### 3.2.2 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA PREVISIONAL TOTAL – 2017 A 2021

Na desagregação entre a previsão de despesas correntes, despesas de capital e despesas não efetivas predominam, nos vários exercícios analisados, as despesas previstas com a natureza corrente.

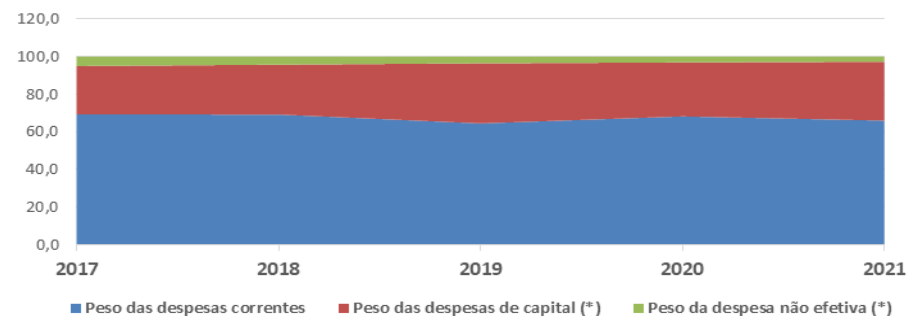
No entanto, resultado da tendência crescente que se tem vindo a revelar com as previsões de aumento do peso do investimento direto, nomeadamente aquisição de bens de capital, em especial nos anos 2019 e 2021, tem ocorrido uma redução do peso das despesas correntes.

Da análise à estrutura da despesa previsional total da RLVT, no conjunto dos exercícios financeiros que vão de 2017 a 2021, salienta-se o seguinte:

- Tendência decrescente do peso das despesas correntes nas despesas totais – de 69,3% (2017) para 66,0% (2021), sobretudo devido às projeções, em baixa, no peso da aquisição de bens e serviços e no peso das despesas com o pessoal, entre 2020 e 2021;
- Tendência de subida nas despesas de capital previstas, peso de 25,6% e de 31,2% no total das despesas, respetivamente em 2017 e 2021, destacando-se o aumento do peso das despesas na aquisição de bens de capital;
- Tendência decrescente do peso da despesa não efetiva, de 5,0% para 2,8%, entre 2017 e 2021, resultante da descida do peso das despesas com ativos financeiros e passivos financeiros;
- Em média, as despesas correntes projetadas representam 67,5% do total previsto, contra 28,8% das despesas de capital, resultando num peso médio da despesa efetiva de 96,2%, sendo que o peso médio, entre 2017 e 2021, das despesas não efetivas é de 3,8%.

**Gráfico 51 – Evolução do peso da despesa efetiva e despesa não efetiva prevista, RLVT – 2017 a 2021**

Unidade: %



(\*) Reajustamento e agregação das componentes da despesa 2017, 2018 e 2019 em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

**Tabela 27 – Evolução do peso das despesas previsionais, por natureza económica, RLVT – 2017 a 2021**

Unidade: %

Peso nas despesas previsionais totais (municípios e serviços municipalizados)	2017 (*)	2018 (*)	2019 (*)	2020	2021	Variação		
						2017-2021		2020 - 2021
						Abs.	%	%
Despesas com o pessoal	29,0	29,1	26,1	28,9	28,4	-0,6	-2,0	-1,6
Aquisição de bens e serviços	29,7	28,6	26,9	28,1	26,6	-3,2	-10,6	-5,3
Juros e outros encargos	0,9	0,7	1,9	0,4	0,3	-0,6	-63,0	-15,6
Transferências correntes	7,3	6,7	6,3	7,4	7,2	-0,1	-1,6	-2,9
Subsídios correntes	1,3	1,3	1,9	2,0	2,2	0,9	73,0	10,4
Outras despesas correntes	1,2	2,9	1,4	1,5	1,3	0,2	14,2	-12,6
<b>Despesas correntes</b>	<b>69,3</b>	<b>69,2</b>	<b>64,5</b>	<b>68,2</b>	<b>66,0</b>	<b>-3,3</b>	<b>-4,8</b>	<b>-3,2</b>
Aquisição de bens de capital	22,7	23,8	28,5	25,9	28,8	6,0	26,6	10,9
Transferências e subsídios de capital	2,8	2,6	3,2	2,5	2,4	-0,4	-14,2	-4,8
Outras despesas de capital	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	-0,1	-51,2	-71,7
<b>Despesas de capital (*)</b>	<b>25,6</b>	<b>26,5</b>	<b>31,9</b>	<b>28,7</b>	<b>31,2</b>	<b>5,6</b>	<b>21,8</b>	<b>9,0</b>
<b>Despesa efetiva (*)</b>	<b>95,0</b>	<b>95,7</b>	<b>96,4</b>	<b>96,9</b>	<b>97,2</b>	<b>2,3</b>	<b>2,4</b>	<b>0,4</b>
Despesa com ativos financeiros	0,4	0,4	0,2	0,1	0,0	-0,4	-92,0	-66,9
Despesa com passivos financeiros	4,6	3,9	3,4	3,0	2,7	-1,9	-41,0	-10,0
<b>Despesa não efetiva (*)</b>	<b>5,0</b>	<b>4,3</b>	<b>3,6</b>	<b>3,1</b>	<b>2,8</b>	<b>-2,3</b>	<b>-45,4</b>	<b>-11,9</b>
<b>Despesa total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>			

(\*) Reajustamento e agregação das componentes da despesa 2017, 2018 e 2019 em função da estrutura e classificação orçamental definida pelo SNC-AP. Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

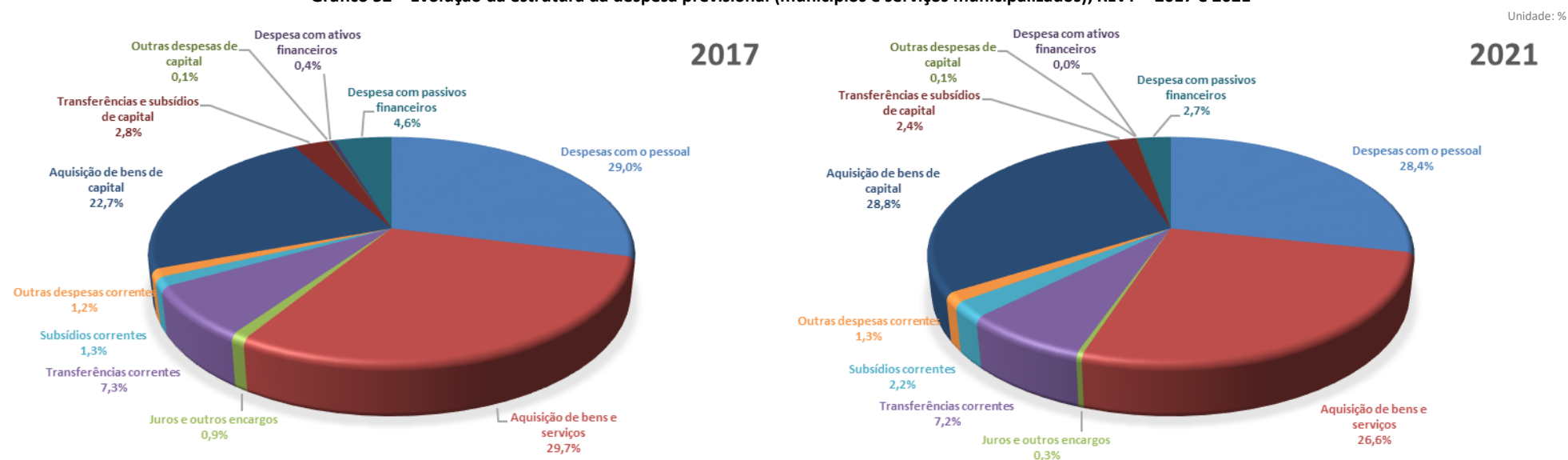


Analisando a evolução do peso dos principais agregados de despesas, destaca-se:

- Sendo que em 2017 a maior fatia da despesa previsional foi com a aquisição de bens e serviços (peso de 29,7%), com a descida genérica do peso deste agregado passou a ocupar a terceira posição na realização prevista de despesas, atingindo previsivelmente um peso de 26,6% em 2021, na RLVT;
- Irregularidade evolutiva no peso das despesas com o pessoal a rondar entre um peso de 26,1% em 2019 (o peso mais baixo previsto nos últimos 5 anos) e o peso de 29,1% em 2018, sendo que em 2021 se estima um peso deste agregado em 28,4%;

- A subida genérica no peso previsto para a aquisição de bens de capital, de 22,7% para 28,8%, reforçando-se o peso do investimento direto, ultrapassando em 2019 e em 2021 o peso previsto para as despesas com o pessoal;
- A descida ligeira do peso das transferências correntes cedidas, peso mais baixo ocorrido em 2019 (6,3%), prevendo-se atingir um peso de 7,2% em 2021; se às transferências adicionarmos os subsídios correntes atribuídos a tendência revela-se de acréscimo, evoluindo dos 8,6% para os 9,4%, entre 2017 e 2021;
- Tendência genérica de descida na projeção dos encargos com o serviço da dívida, evoluindo de um peso de 5,5% em 2017 para 3,0% em 2021.

**Gráfico 52 – Evolução da estrutura da despesa previsional (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2017 e 2021**



Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 e 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

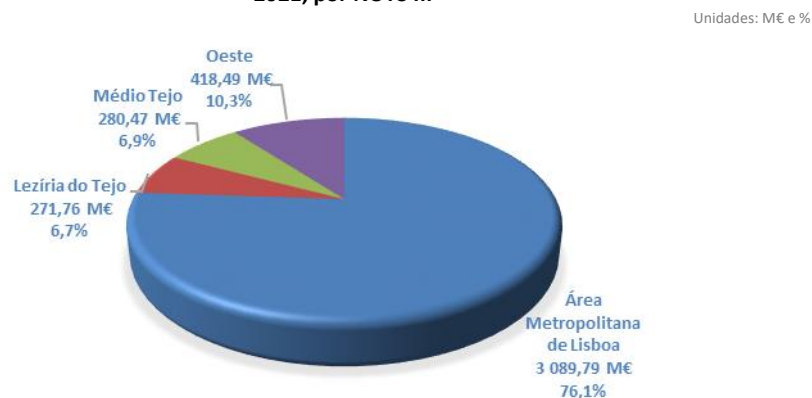


### 3.2.3 DESPESA PREVISIONAL TOTAL – 2021

As despesas totais estimadas para o ano de 2021 rondam os 4.060,51 M€, sendo que ¾ (76,1%) estão previstas ser gastas pelo conjunto dos municípios e serviços municipalizados pertencentes à área de atuação da AML.

O valor de despesas totais estimadas para 2021 na AML foi de 3.089,79 M€, sendo de 418,49 M€ (10,3%) na sub-região do Oeste, 280,47 M€ (6,9%) no Médio Tejo e 271,76 M€ (6,7%) na Lezíria do Tejo.

**Gráfico 53 – Previsão inicial da despesa total (municípios e serviços municipalizados) em 2021, por NUTS III**



Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

As principais aplicações de despesa na RLVT para 2021 incidem sobre o investimento, sendo que a aquisição de bens de capital regista, em termos de previsão, um peso de 28,8%, atingindo os 31,2% se for também considerado o investimento indireto, através das transferências e subsídios de capital.

Seguem-se as despesas de pessoal e as despesas com a aquisição de bens e serviços, projetando-se um peso de 28,4% e de 26,6%, respetivamente.

O peso previsto para as despesas em transferências e subsídios correntes junto de outras entidades ronda os 9,4%, na RLVT, em 2021.

Já a projeção para o serviço de dívida, correspondente ao peso conjunto dos juros e outros encargos com o dos passivos financeiros, atinge os 3,0%.

Cada sub-região apresenta situações distintas na previsão dos principais agregados de despesas:

- Na AML as despesas com maior peso no total das despesas prevêem-se ocorrer com as de pessoal (peso de 28,9%);
- No Oeste (32,5%), no Médio Tejo (38,0%) e na Lezíria do Tejo (35,2%) o peso com a aquisição de bens de capital prevê-se que ultrapasse as despesas previstas com o pessoal;
- O peso na aquisição de bens e serviços no total das despesas previstas para 2021 é de 27,3% na AML, 26,4% no Oeste, 22,7% no Médio Tejo e 22,0% na Lezíria do Tejo;
- O peso dos passivos financeiros nas respetivas despesas totais previsto para o Médio Tejo (4,0%) e para a Lezíria do Tejo (3,8%) ultrapassa o peso regional (2,8%).

**Tabela 28 – Composição das despesas previsionais totais, por NUTS III, 2021**

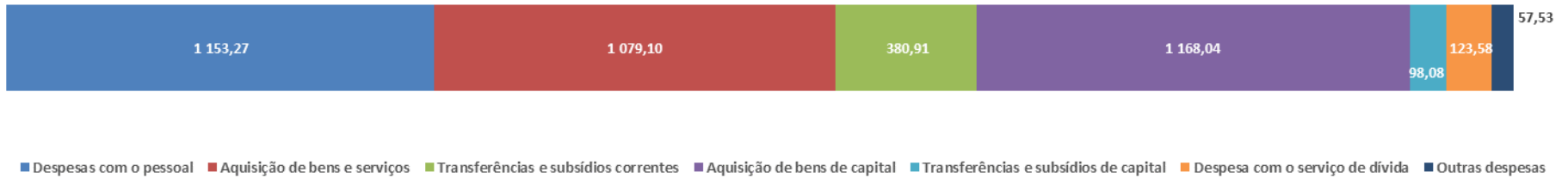
Unidades: M€ e %

Despesas previsionais (municípios e serviços municipalizados)	AML		Lezíria do Tejo		Médio Tejo		Oeste		RLVT	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
Despesas com o pessoal	891,67	28,9	74,72	27,5	72,76	25,9	114,12	27,3	1 153,27	28,4
Aquisição de bens e serviços	844,86	27,3	59,91	22,0	63,70	22,7	110,63	26,4	1 079,10	26,6
Juros e outros encargos	7,99	0,3	1,70	0,6	1,00	0,4	2,58	0,6	13,26	0,3
Transferências correntes	226,67	7,3	18,14	6,7	17,20	6,1	28,40	6,8	290,40	7,2
Subsídios correntes	87,56	2,8	1,23	0,5	0,14	0,0	1,58	0,4	90,51	2,2
Outras despesas correntes	43,62	1,4	1,78	0,7	2,48	0,9	6,21	1,5	54,09	1,3
<b>Despesas correntes</b>	<b>2 102,36</b>	<b>68,0</b>	<b>157,48</b>	<b>57,9</b>	<b>157,27</b>	<b>56,1</b>	<b>263,51</b>	<b>63,0</b>	<b>2 680,63</b>	<b>66,0</b>
Aquisição de bens de capital	829,66	26,9	95,68	35,2	106,63	38,0	136,06	32,5	1 168,04	28,8
Transferências e subsídios de capital	77,04	2,5	7,85	2,9	4,96	1,8	8,23	2,0	98,08	2,4
Outras despesas de capital	0,36	0,0	0,36	0,1	0,10	0,0	1,24	0,3	2,06	0,1
<b>Despesas de capital</b>	<b>907,06</b>	<b>29,4</b>	<b>103,89</b>	<b>38,2</b>	<b>111,69</b>	<b>39,8</b>	<b>145,53</b>	<b>34,8</b>	<b>1 268,18</b>	<b>31,2</b>
<b>Despesa efetiva</b>	<b>3 009,42</b>	<b>97,4</b>	<b>261,38</b>	<b>96,2</b>	<b>268,96</b>	<b>95,9</b>	<b>409,04</b>	<b>97,7</b>	<b>3 948,80</b>	<b>97,2</b>
Despesa com ativos financeiros	0,90	0,0	0,11	0,0	0,24	0,1	0,14	0,0	1,39	0,0
Despesa com passivos financeiros	79,47	2,6	10,27	3,8	11,27	4,0	9,30	2,2	110,32	2,7
<b>Despesa não efetiva</b>	<b>80,37</b>	<b>2,6</b>	<b>10,38</b>	<b>3,8</b>	<b>11,51</b>	<b>4,1</b>	<b>9,45</b>	<b>2,3</b>	<b>111,71</b>	<b>2,8</b>
<b>Despesa total</b>	<b>3 089,79</b>	<b>100</b>	<b>271,76</b>	<b>100</b>	<b>280,47</b>	<b>100</b>	<b>418,49</b>	<b>100</b>	<b>4 060,51</b>	<b>100</b>

Fonte: Orçamentos iniciais para 2017 a 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Gráfico 54 – Estrutura da despesa previsional total (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2021

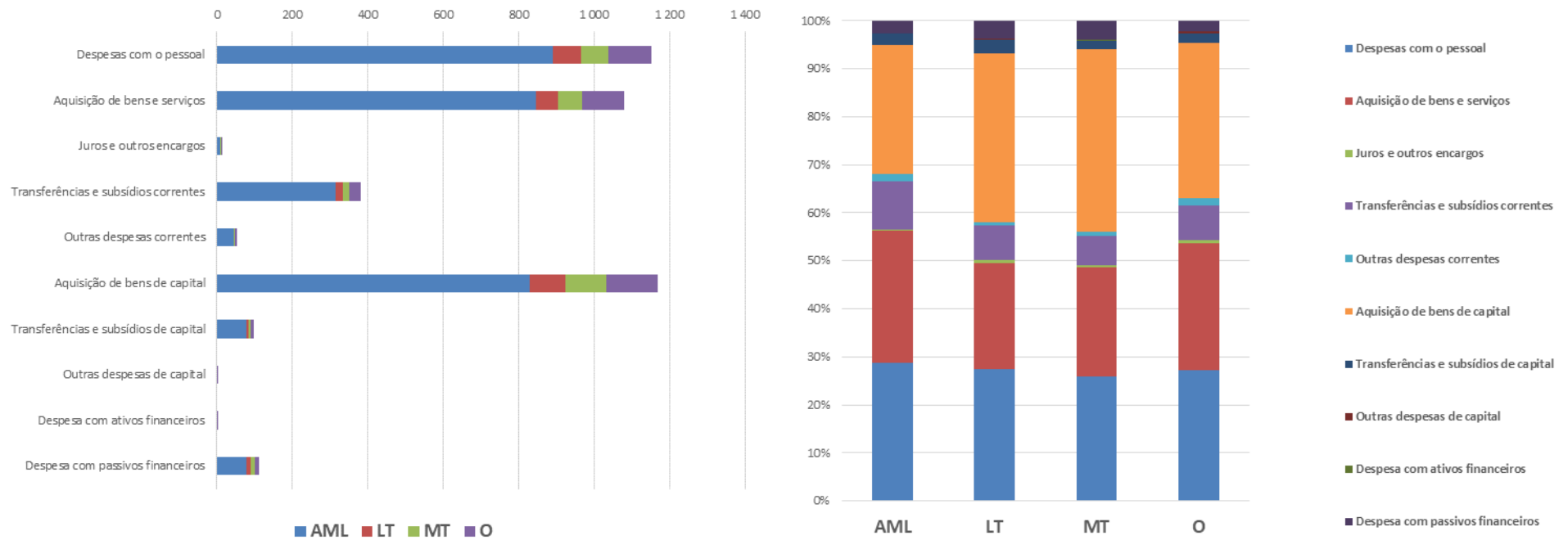
Unidade: M€



Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Gráfico 55 – Estrutura da despesa previsional total, por NUTS III – 2021

Unidade: M€ e %

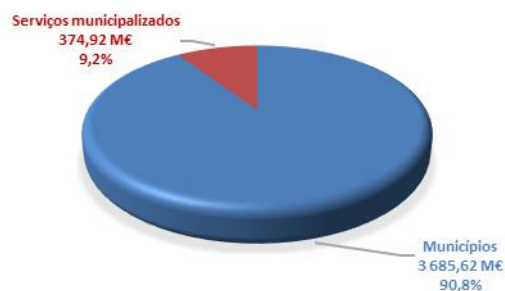


Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

## CAPÍTULO IV. NOTAS FINAIS

Prevendo-se para 2021 um valor global de receitas orçamentais na ordem dos 4.060,54 M€, constata-se que nos exercícios em análise do conjunto dos municípios da RLVT se preveem receitas no valor de 3.685,62 M€, 90,8% das receitas totais, e no universo dos serviços municipalizados se prevê arrecadar receitas na ordem dos 374,92 M€, 9,2% das receitas totais.

**Gráfico 56 – Previsão inicial das receitas totais na RLVT, 2021**



Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Nos municípios a maior fonte previsível de receitas assenta na recolha de impostos diretos (peso de 37,6%), seguindo-se as transferências e subsídios correntes (peso de 21,8%), a venda de bens e serviços (peso de 9,4%) e as transferências e subsídios de capital (peso de 9,3%).

A maior fonte de receitas previstas receber pelos serviços municipalizados em 2021 decorre da venda de bens e serviços (90,8%), se considerarmos o universo global municipal, incluindo os serviços municipalizados, o peso deste agregado passa de 9,4% para os 17,0%, quase o dobro.

Os impostos diretos representam, em estimativa, 34,1% (maior receita global) e as transferências e os subsídios correntes um peso de 19,8% no total de receitas.

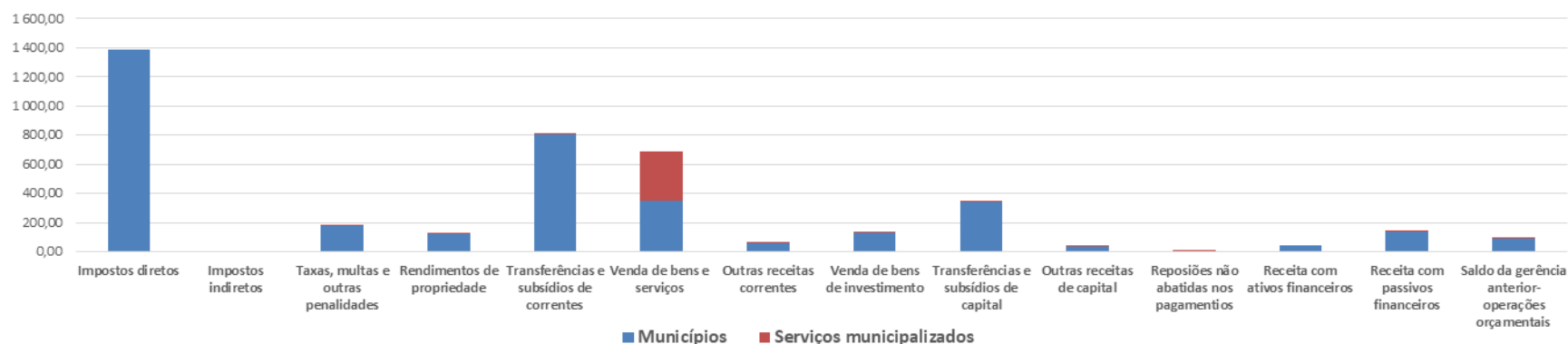
**Tabela 29 – Previsão das receitas totais na RLVT, municípios e serviços municipalizados, 2021**

Unidade: M€ e %

Receitas previsionais	Municípios	Serviços municipalizados (SM)	Receitas totais	Peso na receita total sem SM	Peso na receita total com SM
Impostos diretos	1 385,79	0,00	1 385,79	37,6	34,1
Impostos indiretos	6,52	0,00	6,52	0,2	0,2
Taxas, multas e outras penalidades	174,81	9,80	184,60	4,7	4,5
Rendimentos da propriedade	125,15	0,30	125,44	3,4	3,1
Transferências e subsídios correntes	803,31	2,15	805,46	21,8	19,8
Venda de bens e serviços	347,89	340,50	688,39	9,4	17,0
Outras receitas correntes	63,31	4,57	67,88	1,7	1,7
<b>Receitas correntes</b>	<b>2 906,77</b>	<b>357,31</b>	<b>3 264,08</b>	<b>78,9</b>	<b>80,4</b>
Venda de bens investimento	132,18	0,14	132,32	3,6	3,3
Transferências e subsídios de capital	341,55	7,50	349,05	9,3	8,6
Outras receitas de capital	39,42	0,01	39,43	1,1	1,0
Reposições não abatidas pagamentos	1,56	0,10	1,66	0,0	0,0
<b>Receitas de capital</b>	<b>514,71</b>	<b>7,75</b>	<b>522,46</b>	<b>14,0</b>	<b>12,9</b>
<b>Receita efetiva</b>	<b>3 421,48</b>	<b>365,06</b>	<b>3 786,53</b>	<b>92,8</b>	<b>93,3</b>
Receita com ativos financeiros	40,71	0,00	40,71	1,1	1,0
Receita com passivos financeiros	136,00	0,00	136,00	3,7	3,3
Saldo da gerência anterior – Op orç	87,43	9,86	97,29	2,4	2,4
<b>Receita não efetiva</b>	<b>264,14</b>	<b>9,86</b>	<b>274,00</b>	<b>7,2</b>	<b>6,7</b>
<b>Receita total</b>	<b>3 685,62</b>	<b>374,92</b>	<b>4 060,54</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

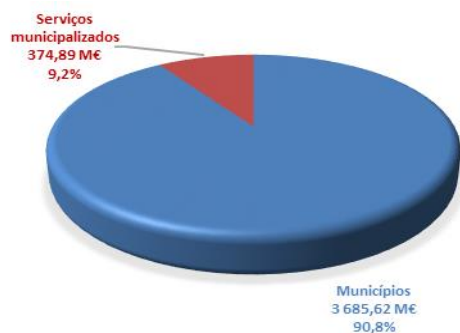
**Gráfico 57 – Receitas previstas pelos municípios e pelos serviços municipalizados, por rubrica, 2021**



Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Tal como nas receitas, as despesas totais previstas para 2021 ascendem aos 4.060,54 M€, prevendo os serviços municipalizados despesas na ordem dos 374,89 M€, correspondentes a 9,2% do total das despesas previstas na RLVT.

**Gráfico 58 - Previsão inicial das despesas totais na RLVT, 2021**



Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Os municípios projetaram despesas no valor de 3.685,62 M€ (90,8% do total) tendo por principal aplicação a aquisição de bens de capital (1.105,15 M€), seguindo-se as despesas previstas com o pessoal (1.061,13 M€) e as despesas na aquisição de bens e serviços (872,02 M€).

No caso dos serviços municipalizados prevê-se que a maior parte das despesas serão realizadas na aquisição de bens e serviços (207,08 M€), seguindo-se as despesas com o pessoal (92,14 M€) e as despesas na aquisição de bens de capital, nomeadamente investimento (62,89 M€).

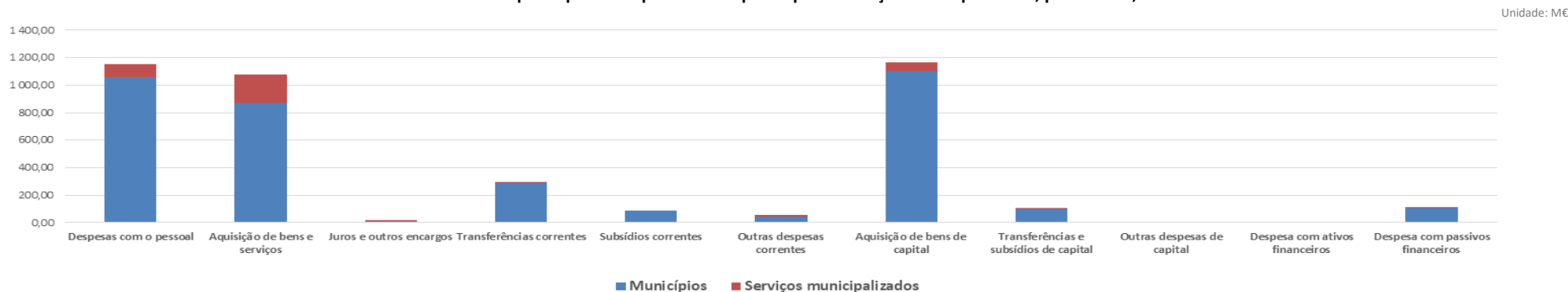
Agregando os exercícios financeiros dos municípios com os dos serviços municipalizados conclui-se que a maior aplicação de despesas estará, em 2021, associada ao investimento direto (peso de 28,8%), seguindo-se a previsão das despesas com o pessoal (peso de 28,4%) e da aquisição de bens e serviços (26,6%).

**Tabela 30 - Previsão das despesas totais, municípios e serviços municipalizados RLVT, 2021**

Despesas previsionais	Municípios	Serviços municipalizados (SM)	Despesas totais	Unidade: M€ e %	
				Peso na despesa total sem SM	Peso na despesa total com SM
Despesas com o pessoal	1 061,13	92,14	1 153,27	28,8	28,4
Aquisição de bens e serviços	872,02	207,08	1 079,10	23,7	26,6
Juros e outros encargos	12,71	0,56	13,26	0,3	0,3
Transferências correntes	290,25	0,16	290,40	7,9	7,2
Subsídios correntes	90,51	0,00	90,51	2,5	2,2
Outras despesas correntes	45,64	8,45	54,09	1,2	1,3
<b>Despesas correntes</b>	<b>2 372,25</b>	<b>308,38</b>	<b>2 680,63</b>	<b>64,4</b>	<b>66,0</b>
Aquisição de bens de capital	1 105,15	62,89	1 168,04	30,0	28,8
Transferências e subsídios de capital	97,93	0,15	98,08	2,7	2,4
Outras despesas de capital	2,05	0,01	2,06	0,1	0,1
<b>Despesas de capital</b>	<b>1 205,13</b>	<b>63,05</b>	<b>1 268,18</b>	<b>32,7</b>	<b>31,2</b>
<b>Despesa efetiva</b>	<b>3 577,38</b>	<b>371,43</b>	<b>3 948,80</b>	<b>97,1</b>	<b>97,2</b>
Despesa com ativos financeiros	1,39	0,00	1,39	0,0	0,0
Despesa com passivos financeiros	106,85	3,47	110,32	2,9	2,7
<b>Despesa não efetiva</b>	<b>108,24</b>	<b>3,47</b>	<b>111,71</b>	<b>2,9</b>	<b>2,8</b>
<b>Despesa total</b>	<b>3 685,62</b>	<b>374,89</b>	<b>4 060,51</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

**Gráfico 59 - Despesas previstas pelos municípios e pelos serviços municipalizados, por rubrica, 2021**



Fonte: Orçamento inicial para 2021 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

